



MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

Histórico da retomada do
prédio e resultados preliminares
do projeto de implantação

expressão
POPULAR

MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

Histórico da retomada do
prédio e resultados preliminares
do projeto de implantação

NÚCLEO MEMÓRIA

MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

Histórico da retomada do
prédio e resultados preliminares
do projeto de implantação

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2017

Copyright © 2017, by Núcleo Memória

Produção Editorial

NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA

Cordenação geral: *Maurice Politi*

Organização: *Ana Paula Brito*

Pesquisa e produção: *Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles*

Elaboração dos textos: *Ana Paula Brito, Andréa Falcão, Caroline Menezes, Gabriela Beraldo, Maurice Politi, Oswaldo dos Santos Junior, Paula Ribeiro Salles*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Núcleo Memória
N963m Memorial da Luta pela Justiça: histórico da retomada do prédio e resultados preliminares do projeto de implantação. / Núcleo Memória; organização Ana Paula Brito. —1. ed.— São Paulo: Expressão Popular, 2017. 160 p.: graf.; fotos.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-7743-306-3

1. Memorial da Luta pela Justiça – São Paulo.
2. Memorial da Luta pela Justiça – Implantação. 3. Patrimônio histórico – Preservação. I. Brito, Ana Paula (Org.). II. Título.

CDD 720

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Distribuição Gratuita – Venda Proibida

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa do Núcleo de Preservação da Memória Política.

1ª edição: agosto de 2017

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Alameda Nothmann, 806, Campos Elíseos

CEP 01216-001 – São Paulo – SP

atendimento@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://twitter.com/editoraexpressaopopular)

Ordem Dos Advogado do Brasil – Seção São Paulo Gestão 2016/2018

Presidente

MARCOS DA COSTA

Vice-Presidente

FABIO ROMEU CANTON FILHO

Secretário-Geral

CAIO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS

Secretária-Geral Adjunta

GISELE FLEURY CHARMILLOT GERMANO DE LEMOS

Tesoureiro

RICARDO LUIZ DE TOLEDO SANTOS FILHO

Núcleo de Preservação da Memória Política

Conselho de Administração

Airton Soares
Anivaldo Padilha
Elza Lobo
Inês Virgínia Prado Soares,
Ivan Seixas
Maria Auxiliadora Arantes
Paulo Vannuchi
Rafael Martinelli

Diretor Administrativo

Maurice Politi

Diretor Financeiro

Oswaldo de Oliveira dos Santos Júnior

Diretora de Comunicação, Ação Educativa e Cultural

Ana Paula Brito

Conselho Fiscal

Carlos Lichtsztejn
Edmur Alves
Geraldo Sardinha

Projeto de intervenção para o Memorial da Luta pela Justiça Primeira etapa de implantação – Fase dois

Coordenador administrativo

Maurice Politi

Coordenadora da Pesquisa Histórica e Museológica

Ana Paula Brito

Pesquisadores

Paula Ribeiro Salles
Oswaldo de Oliveira dos Santos Júnior

Comunicação

Gabriela Beraldo

Estagiária

Helena Tacola Ramalho

Entrevistas

Direção e Produção

Alessandra Haro
José Luiz Olmos de Araujo

Cinegrafistas e som direto

Mário Abel Bastos
Felipe Meireles
Maycon Almeida
Danilo Correia
Raphael B. Gomes
Rafael Grendene
Danilo Correa de Oliveira
Anderson Santana Domingues
Ernesto Satuchengo Júnior
André Paulo de Oliveira
Sergio Manabu Uehara
Edson Harada

Pós-produção

André Cebola de Oliveira
Lucas Peeu
Laise Pereira
Regis Eleutério
Guilherme Bravo Alves
Gustavo Batistão

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
I. PROJETO DE RETOMADA E TRANSFORMAÇÃO DO PRÉDIO DA ANTIGA AUDITORIA MILITAR	
RESSIGNIFICANDO UM LUGAR DE MEMÓRIA.....	19
O QUE FOI A AUDITORIA MILITAR FEDERAL DE SÃO PAULO?.....	21
ETAPAS DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO.....	25
PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	33
II. ACERVO DE TESTEMUNHOS – ENTREVISTAS DE ADVOGADOS E EX-PRESOS POLÍTICOS	
HISTÓRIA ORAL – IMPORTÂNCIA DOS TESTEMUNHOS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	41
METODOLOGIA DO PROJETO DE COLETA DE TESTEMUNHOS.....	45
PERFIL DOS ENTREVISTADOS E RESUMO DAS ENTREVISTAS.....	51
LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS E COMO CITAR.....	81
III. ACERVO DOCUMENTAL – LEVANTAMENTO DE ACERVOS SOBRE O PERÍODO	
LEVANTAMENTO DE FONTES HISTÓRICAS E MAPEAMENTO DE ARQUIVOS DA JUSTIÇA MILITAR DURANTE A DITADURA.....	87
<i>BRASIL: NUNCA MAIS. DO PAPEL AO DIGITAL.....</i>	91
PESQUISA NOS ARQUIVOS DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS E DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.....	97
IV. REFLEXÕES PRELIMINARES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUSEOLÓGICO	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGUNDA FASE DA PESQUISA.....	105
A LISTA DE RÉUS E ADVOGADOS (PERCURSO DE ENTRADA).....	107
“AQUELES QUE NÃO PUDEAM ESTAR ALI” (PAINEL ARTÍSTICO).....	109

DIVERSIDADE DOS DOCUMENTOS E GRUPOS SOCIAIS REPRESENTADOS NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO (SALA DO JUIZ)	111
AMPLIAÇÃO DA COLETA DE TESTEMUNHOS (SALA DOS TESTEMUNHOS).....	117

V. OCUPAÇÃO CULTURAL DO PRÉDIO DA ANTIGA AUDITORIA MILITAR

ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS	121
ATIVIDADES EDUCATIVAS REALIZADAS	133
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM SÍTIOS DE MEMÓRIA	135

VI. FUTURO MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA. OS DESAFIOS CONTINUAM

UM SÍTIO DE MEMÓRIA PARA A CIDADANIA.....	141
---	-----

ANEXOS

1. FICHA TÉCNICA – ADVOGADOS.....	147
2. FICHA DE DECUPAGEM – ADVOGADOS.....	149
3. FICHA TÉCNICA – EX-PRESOS POLÍTICOS.....	151
4. FICHA DE DECUPAGEM – EX-PRESOS POLÍTICOS	155
5. MODELO DE TERMO DE LICENÇA PARA USO DE ENTREVISTA	157
6. PROCESSOS CONSULTADOS NO PROJETO BNM DIGITAL E NO ARQUIVO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	159

Agradecimentos

Todo o projeto do Memorial da Luta pela Justiça só foi possível porque a Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo assumiu esta reivindicação como bandeira de luta. Por isso, nosso primeiro agradecimento vai ao Presidente Marcos da Costa e toda equipe da OAB SP pela parceria para a realização desse projeto imprescindível para a preservação da Memória Política.

A realização da segunda fase desta etapa de implantação não teria sido possível, nesse momento, sem a colaboração e o apoio financeiro da OAK Foundation.

Agradecemos, ainda, a todos os entrevistados, que com muita generosidade compartilharam suas memórias para esse projeto: Airton Estevens Soares, Aldo Silva Arantes, Antonio Funari, Artur Machado Scavone, Belisário dos Santos Júnior, Eny Raimundo Moreira, Heládio Leme, Iberê Bandeira de Mello, Idibal Pivetta, José Carlos Dias, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Augusto Diniz Cerqueira, Márcia Ramos de Souza, Maria Regina Pasquale, Mario de Passos Simas, Paulo Vannuchi, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Tales Oscar Castelo Branco, Técio Lins e Silva, e Virgílio Egdio Enei. Além da colaboração da ex-presa política Leila Tavares Lapyda, que compartilhou conosco sua busca pelos documentos de seu processo na 2ª Auditoria Militar de São Paulo.

Muitas pessoas e instituições foram parceiras no projeto de história oral. Agradecemos especialmente a Juliana Salazar, da Academia Internacional de Cinema. Ao ex-reitor da Universidade Metodista de São Bernardo, Prof. Dr. Márcio de Moraes e ao atual, Prof. Dr. Paulo Borges Campos Jr., e também a Oswaldo de Oliveira Santos Júnior, José Luiz Olmos e Guilherme Bravo, da mesma universidade. A Silvio e Ana Rosa Tandler, da Caliban Produções Cinematográficas, a Kátia Felipini, do Memorial da Resistência de São Paulo e ao cineasta Camilo Tavares.

Na pesquisa documental igualmente contamos com o apoio de muitos colaboradores, entre eles: a equipe do Arquivo Edgard Leuenroth; o procurador Marlon Weichert, do Ministério Público Federal, responsável pelo projeto do BNM Digital; Inês Stampa e Vicente Arruda, do Arquivo Nacional; Heloísa de Faria Cruz, Viviane Tessitori e Amanda Correa, do Centro de Documentação e Informação da PUC/SP; Rosana Pinto de Aguiar Lima e Gustavo Faustino, do Arquivo da 2ª CJM; equipe do Arquivo do Superior Tribunal Militar, especialmente Maria Juvani Borges, Airton Guimarães Xavier, Alexandre Guimarães, Heigon Henrique da Silva Lins e Lucas Matias Navarro.

Agradecemos finalmente a todos os conselheiros, diretores e associados do Núcleo de Preservação da Memória Política que contribuíram com o trabalho apresentado neste livro-relatório.

Prefácio

DE ONTEM PARA HOJE

O Brasil superou o passado. Vivemos em regime democrático há pelo menos três décadas. Mas, apesar disso, trata-se ainda de uma democracia jovem. Ao reavivar a memória da luta da advocacia na época da ditadura militar – pela recuperação de direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão, de participação na vida política, econômica e cultural da sociedade – e incentivar a reflexão a partir dela, o projeto *Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros Contra a Ditadura* espera contribuir para a contínua construção do Estado Democrático de Direito.

O projeto ganhou corpo em lugar simbólico. O número 1.249 da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, na capital paulista, é uma das representações da luta pela democracia brasileira. Era nesse endereço que, nos anos de chumbo, como ficou conhecido o período da ditadura (1964-1985), presos políticos foram julgados no âmbito da 2ª Circunscrição Judiciária Militar – estruturas que integram o ramo da Justiça mais antigo da história do país, a Justiça Militar da União. O edifício abrigou tensão, medo e esperança. Ali, perseguidos políticos e seus advogados fizeram cumprir o exercício do direito de defesa em um Estado de exceção, que desrespeitou leis e direitos daqueles que lutavam pela volta de um sistema democrático.

Foi uma época em que surgiram verdadeiros heróis, que nos enchem de orgulho e nos servem de inspiração. Os advogados que, de forma desmedida, enfrentaram ameaças, prisões, torturas, para reclamar pela defesa de presos políticos, como Belisário Santos Júnior, Tales Castelo Branco, Idibal Pivetta, José Carlos Dias, Maria Luiza Bierrenbach, Eny Moreira, Luiz Eduardo Greenhalgh, Airton Soares, Antonio Funari Filho, Maria Regina Pasquale, Wellington Cantal, Técio Lins e Silva e tantos memoráveis advogados e advogadas. A lista a ser citada não caberia neste artigo.

Raimundo Pascoal Barbosa, o advogado dos advogados, que tantas vezes foi chamado pela OAB SP para defender os colegas que tinham sido presos no exercício da advocacia. Cid Vieira de Souza, que saiu preso de uma solenidade no Tribunal de Justiça porque – como presidente da instituição – fez um discurso em que dizia ouvir o badalar dos sinos da catedral como que a contar o tempo que faltava para a redemocratização do país. Mário Sergio Duarte Garcia, que reclamou corajosamente a necessidade de apuração das prisões ilegais de advogados como Dalmo Dallari, e tantos outros gigantes da cidadania.

Nos dias atuais, porém, os portões do edifício se abrirão novamente para dar lugar a outras atividades de cunho mais nobre, preservando a memória, mas deixando para trás os tempos da triste realidade vivida por brasileiros naquele período de desrespeito ao direito de defesa. Após um trabalho de resignificação, o local abrigará a educação em direitos humanos com o intuito de promover reflexão sobre o tema, a fim de proteger as futuras gerações do cometimento de erros similares. É um dever de quem vivenciou e assistiu tais atrocidades contra direitos no Brasil.

A requalificação do edifício tem o propósito de promover debates, conferências e exposição da história da época – registrada em documentos processuais e gravações de relatos de réus e advogados. Esse é o mote do projeto Memorial da Luta pela Justiça. A iniciativa nasceu da parceria entre a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB SP) e o Núcleo de Preservação da Memória Política. E, em outubro de 2015, foi enquadrada no segmento ‘Restauração de Patrimônio Material’ da Lei de Incentivo à Cultura (*Lei Rouanet*).

O resgate dos esforços feitos no passado, com a intenção de contribuir para a valorização dos direitos humanos de forma ampla, é fundamental sobretudo nos tempos atuais, quando assistimos ao aumento da intolerância no país e também em todo o mundo. Foi sempre seguindo a diretriz de contribuir para a construção de uma sociedade mais cidadã que a OAB lutou pelo resgate da democracia – e, sendo assim, a advocacia enfrentou com coragem o arbítrio da ditadura de 1964 na defesa dos presos políticos, batalhou pelo retorno do *habeas corpus* na década de 1970 e pelo direito de os brasileiros escolherem seus governantes durante o movimento das “Diretas Já”. Hoje desafios distintos estão postos – e são muitos. Em meio a uma grave crise moral, econômica e política, empunhamos a bandeira de combate à corrupção, realizamos denso trabalho pela reforma política, que culminou com um volumoso compêndio de propostas; temos multiplicado

nossas campanhas pelos direitos das mulheres, pela inclusão das minorias, pela diversidade sexual e pelo acesso dos mais carentes à Justiça.

O Memorial da Luta pela Justiça, aliado a tantas outras ações que levamos a cabo, é mais uma parte importante da larga frente de trabalhos da instituição, que sempre agiu com dinamismo e boas parcerias durante esses 85 anos de trajetória completados no ano de 2017. Que ao trazer para os dias atuais os exemplos do passado, os envolvidos com esse projeto consigam cooperar para o enriquecimento do diálogo em torno da prática da cidadania e da defesa de garantias constitucionais, sempre da forma mais transparente e participativa possível.

Marcos da Costa
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil
Seção São Paulo

Apresentação

Esta publicação pretende-se um livro-relatório de divulgação sobre as atividades culturais e de pesquisa realizadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo. Estas atividades aconteceram entre agosto de 2016 e julho de 2017, no âmbito do que veio a ser a chamada de Segunda fase da Primeira etapa de implantação para a criação do futuro Memorial da Luta pela Justiça.

Para contextualizar o leitor no projeto de recuperação do prédio da antiga Auditoria Militar e sua transformação em Memorial, será apresentado um breve histórico do processo de tomada cultural daquele espaço, assim como as primeiras iniciativas em torno da criação desse novo sítio de memória, por meio da elaboração de documentos arquitetônicos e museológicos para o projeto.

No âmbito da Segunda fase, serão apresentados os principais resultados da pesquisa histórica realizada junto aos arquivos da Justiça Militar da União, preservados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais e pelo Arquivo do Superior Tribunal Militar, bem como os resumos das entrevistas realizadas com advogados e ex-presos políticos.

Já em movimento, o futuro Memorial realizou diversas atividades educativas e culturais nesse período, mobilizando um público bastante diversificado, de crianças a idosos, que contribuíram com discussões sobre o passado e reflexões sobre o presente. Os principais temas serão apresentados no último capítulo desta obra, que pretende, antes de tudo, divulgar essa preciosa iniciativa de preservação da memória política que é o Memorial da Luta pela Justiça.

Os desafios presentes e vindouros são muitos, e a proposta final deste livro é apresentar uma breve reflexão da diretoria do Núcleo Memória sobre o futuro desse Memorial que já é referência para os cidadãos paulistas que desejam conhecer mais sobre o período ditatorial.

Núcleo de Preservação da Memória Política

I. Projeto de retomada e transformação do prédio da antiga Auditoria Militar

Ressignificando um lugar de memória

Em São Paulo, um lugar símbolo da repressão e da resistência durante a ditadura civil-militar é o prédio que abrigou as Auditorias Militares Federais da 2ª Circunscrição Judiciária. Local de repressão e institucionalização de um Estado de exceção que violou leis e não reconhecia os direitos dos cidadãos, mas também de resistência de civis que ousaram enfrentar a violência do regime – que tomou o poder no ano de 1964 – e que encontravam, nesse lugar, além de uma garantia de sobrevivência, um espaço para protestar, por meio de seus advogados, contra as arbitrariedades do Estado.

Ao pleitear sua resignificação e uso cultural, o Núcleo de Preservação da Memória Política e a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil almejam transformar esse espaço num lugar destinado a ser a representação da memória dos advogados e dos ex-presos políticos, que mesmo em condições adversas, souberam dar um exemplo à sociedade com a busca e a defesa dos direitos e valores fundamentais da humanidade. O Memorial da Luta pela Justiça será mais um espaço voltado para a educação em direitos humanos na cidade de São Paulo.

O que foi a Auditoria Militar Federal de São Paulo?

A história da Auditoria Militar remonta ao período colonial brasileiro, em especial, à vinda da família real para o Brasil. Esse evento fortaleceu a necessidade de organizar formalmente a Justiça Militar em 1808, que desempenhava atividades administrativas e judiciárias. Após a Proclamação da República, em 1889, assistiu-se a uma reorganização do sistema judiciário brasileiro que, de acordo com a historiadora Angela Silva (2003),¹ incidiu discretamente sobre a Justiça Militar. Comissões Militares eram organizadas para conter manifestações públicas de movimentos simpatizantes à Monarquia, que fora deposta para dar lugar à República. E os crimes de conspiração contra a República eram passíveis de penas militares.

Com o Código Penal de 1890 foram tipificados os crimes de natureza política, contra a segurança interna e externa, como competência da Justiça Militar. Somente com a Constituição Federal de 1891 esta competência passou para a Justiça Federal, no entanto, vários crimes de natureza política ao longo dos anos continuavam a ser julgados em foros militares.

Muitos historiadores se especializaram em analisar as fronteiras entre o crime político e o militar no Brasil durante os períodos do Império e da República até o fim da Ditadura civil-militar (1964-1985), sendo possível encontrar importantes trabalhos sobre o tema. No entanto, o que nos interessa ressaltar é que há uma duradoura relação entre a Justiça Militar e julgamentos a civis em nome da Segurança Nacional.

Durante o período ditatorial, que vigorou no Brasil do ano de 1964 a 1985, aqueles que fossem contrários à ordem estabelecida eram considerados inimigos internos do Estado e enquadrados na Lei da Segurança Nacional. A implantação do Ato Institucional n. 2 (AI-2) no ano de 1965 ampliou o poder da Justiça Militar trazendo para sua jurisprudência os crimes políticos de civis. Os julgamentos buscavam dar “ares de legalidade” aos inquéritos

¹ Silva, Angela Moreira Domingues da. Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2013.

e processos forjados em prisões ilegais e confissões obtidas em sessões de torturas, que muitas vezes culminavam em assassinatos e desaparecimentos.

Os julgamentos dos militares e civis qualificados como “inimigos do Estado” eram realizados na Auditoria Militar da 2ª CJM,² instuída pela Lei n. 5.048, de 22 de dezembro de 1958. Considerada como a 1ª instância de julgamento, a Auditoria era composta por: um juiz de Direito Militar, com a designação de auditor; um promotor; advogados de ofício; um escrivão; três escreventes; um oficial de justiça; e um contínuo, todos de função efetiva e com ingresso por concurso público.

Os julgamentos eram, no entanto, feitos por um Conselho Permanente de Justiça, composto por um juiz auditor e quatro militares de patente superior à do acusado (no caso de julgamento de militares). Os componentes militares do Conselho eram sorteados trimestralmente, em sua maioria com patentes de tenente, capitão e major. Não era necessária uma formação jurídica e o militar com a patente mais alta presidia o Conselho. É importante registrar que, muitas vezes, as sentenças eram previamente determinadas e meramente encenadas como peças teatrais.



Defesa do advogado Idibal Pivetta perante o Conselho Permanente de Justiça na 2ª Auditoria Militar de São Paulo.

Fonte: Estação Conteúdo

² Em 1920, foram criadas 12 Circunscrições Militares por meio do Decreto n. 14.450. A 8ª CJM foi estabelecida na cidade de São Paulo e atendia os casos do Estado de São Paulo e do Estado de Goiás. Após uma reestruturação das Circunscrições Militares, feita pelo Decreto n. 17.231-A, de 1926, os Estados de São Paulo e de Goiás passaram a integrar a 2ª CJM. Somente em 1969, com o Decreto 1.003, a 2ª CJM passou a responder apenas pelo Estado de São Paulo.

Com o acirramento da repressão militar e a prisão de civis acusados de crimes contra a Segurança Nacional, houve um aumento significativo de processos na Auditoria Militar de São Paulo, conforme publicou o jornal *Folha de São Paulo*,³ ao noticiar o Decreto-Lei n. 252, de 29 de maio de 1970, que criou a 2ª Auditoria Militar da 2ª CJM.

O decreto estaleceu uma nova denominação para a Auditoria existente, passando a ser chamada de 1ª Auditoria, e a 2ª Auditoria criada recebeu as mesmas competências e atribuições, além de uma Corregedoria Geral, que era responsável por fiscalizar e orientar os serviços judiciários e administrativos dos órgãos de 1ª Instância. A distribuição dos processos, de acordo com o Decreto, deveria ocorrer de forma alternativa, observando-se a ordem cronológica de entrada na Justiça Militar.

As duas auditorias não foram suficientes para o elevado número de processos julgados pela Justiça Militar durante o período ditatorial, e no ano de 1971 foi criada a 3ª Auditoria Militar da 2ª CJM, através da Lei n. 5.661. De acordo com a lei, por estarem todas as auditorias em São Paulo, funcionando na mesma sede, deveriam ter jurisdição mista, ou seja, as três auditorias poderiam receber processos da Marinha, Exército e Aeronáutica.

O juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, que atuou na 2ª Auditoria, afirmou em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2014, que presidiu audiências em que os presos deram depoimentos com evidentes sinais de torturas, e que a tortura era uma prática sistemática, como também as prisões ilegais em dependências militares e policiais durante a ditadura.

Das decisões tomadas nessas Auditorias, cabiam ainda recursos ao Superior Tribunal Militar (STM), que corresponde à segunda instância da Justiça Militar. A 3ª Auditoria foi extinta pela Lei n. 8.719, de 19 de outubro de 1993, existindo atualmente apenas a 1ª e 2ª Auditoria da 2ª CJM.

O prédio que abrigou essas Auditorias foi um espaço de luta e de resistência. Muitos advogados que atuaram na defesa de presos políticos utilizavam a denúncia como estratégia para trazer a público as prisões realizadas pelos órgãos repressivos. Em alguns dos casos, essa prática poderia impedir o assassinato nas sessões de tortura.

Os presos políticos valeram-se também das audiências nos processos para denunciar as torturas e abusos sofridos, juntamente com seus familiares e amigos que resistiram nesse longo período de exceção.

³ *Folha de São Paulo*, 31 de maio de 1970. Primeiro caderno, p. 27. Acervo Folha. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1970/05/31/2/>>.

Etapas do processo de recuperação do prédio

O Núcleo de Preservação da Memória Política, que possui como um de seus campos de atuação a reivindicação para a preservação dos lugares de memória, solicitou em julho de 2012, representado por seu então presidente Alípio Raimundo Viana Freire, que o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo adotasse “medidas de acompanhamento e investigação sobre as ações do Poder Público para criação, proteção e administração de Lugares de Memória, monumentos, paisagens e outras formas de homenagens às vítimas da ditadura militar, sugerindo, dentre as ações, um olhar especial e prioritário para a tutela da Auditoria Militar (Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1249, São Paulo – capital)”⁴.

Essa solicitação foi reforçada pelo apoio do Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Sub-Procurador Geral da República, que recebeu dos fundadores do Núcleo Memória, Maurice Politi e Ivan Seixas, cópia do ofício enviado ao MPF. Entendendo a importância da solicitação, a demanda foi repassada para o Procurador Federal sediado em São Paulo, Marlon Alberto Weichert, que verificou o *status* do edifício sob o aspecto jurídico de propriedade e utilização e passou a acompanhar essa solicitação feita pelo Núcleo Memória.

A partir deste momento, foram envidados esforços de mobilização para reunir outros atores sociais e militantes de direitos humanos que compartilhavam do interesse na preservação deste importante lugar de memória do período ditatorial. Entre eles, cabe mencionar os Drs. Mário Sérgio Duarte Garcia e Belisário dos Santos Júnior, que além de suas trajetórias jurídicas, eram respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão da Verdade da OAB SP; Adriano Diogo, então deputado estadual e presidente da Co-

⁴ Pedido feito ao MPF pelo Núcleo de Preservação da Memória Política. São Paulo, 6 de julho de 2013.

missão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo; Paulo Abrão, então Secretário Nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia, assim como as Procuradoras da República Inês Virgínia Prado Soares e Eugênia Gonzaga.

O imóvel da antiga Auditoria pertence à Superintendência do Patrimônio da União, e a primeira reunião feita com este órgão específico da Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representada pela Dra. Ana Lúcia dos Anjos, foi realizada no dia 1º de outubro de 2012, com um representante do Núcleo Memória e um do MPF. Na ocasião, foi comunicado que o prédio já havia sido cedido à Polícia Federal, que tinha o objetivo de instalar ali a Delegacia de Estrangeiros da PF, posto que havia uma demanda de atendimento à população em local de fácil acesso.

A partir dessas informações, o Núcleo Memória, o MPF, a OAB SP e o então Deputado Adriano Diogo empreenderam diálogos com a Superintendência da Polícia Federal no sentido de sensibilizar sobre a importância da salvaguarda patrimonial do prédio da antiga Auditoria e sua ocupação cultural para a preservação da memória política. Esse esforço conjunto buscava também encontrar alternativas para as demandas de um espaço amplo que o órgão tinha, e também à falta de recursos disponíveis no orçamento da Polícia Federal para adaptação do prédio da Auditoria às suas necessidades.

Diante da intervenção do Ministério Público Federal e do Núcleo Memória, após uma reunião feita com o Dr. Marlon Weichert do MPF e Maurice Politi, do Núcleo Memória, em 4 de outubro de 2012, a então Secretária da Justiça e da Cidadania do Estado de São Paulo, Dra. Eloísa Arruda, cedeu um prédio na Barra Funda para que a Polícia Federal realizasse o atendimento aos estrangeiros nesse local que outrora abrigou o Procon. Após essa disponibilidade, em resposta à SPU, o então Superintendente da Polícia Federal devolveu a cessão do prédio da antiga Auditoria Militar e ressaltou, no documento, a importância da recuperação do espaço para uso cultural.

Paralelamente a essas gestões, surgiu um pedido através do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) do bairro da Bela Vista, que também manifestou interesse pelo prédio. O objetivo do grupo era que fosse instalada ali uma unidade da Guarda Civil Metropolitana ou da Polícia Militar do Estado. Novamente, diligências feitas pelo Dr. Marlon Weichert em conjunto com o presidente da Comissão Estadual da Verdade, deputado Adriano Diogo e do Núcleo Memória, na Prefeitura Municipal de São Paulo e no Governo do Estado, foram prósperas no sentido de mostrar a importância da recuperação histórica do prédio, e a proposta apresentada pelo Conseg não avançou.

Em 30 de abril de 2013, a Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, representada por seu presidente Marcos da Costa, a Comissão da Verdade da OAB SP, na pessoa de seu presidente Mário Sérgio Duarte Garcia, tendo como parceiro o Núcleo de Preservação da Memória Política, representado por seu diretor Maurice Politi, solicitaram formalmente à Superintendência do Patrimônio da União a cessão do prédio onde funcionou a Auditoria Militar, para transformá-lo em espaço cultural, dotando-o de museu histórico.⁵

Este pleito só foi possível graças à atuação de diversos atores sociais e autoridades, e ao apoio da União, Estado e do município, que compreenderam a importância da sua recuperação histórica.

Finalmente, em 5 de agosto de 2013, a OAB SP e o Núcleo Memória emitiram um convite para “um ato de transgressão democrática”, ou lançamento das futuras instalações do Memorial da Luta pela Justiça, no prédio da antiga Auditoria Militar. No evento, que contou com a presença de um grande público, entre autoridades da OAB SP, representantes de organizações da sociedade civil, ex-presos políticos, familiares de vítimas, advogados e autoridades dos governos municipal, estadual e federal, foi assinado o “Termo de Cessão sob o Regime de Utilização Gratuita”, entre a Ordem dos Advogados do Brasil e a Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, de acordo com o processo de destinação n. 04977.002193/2013-80. Por meio deste, a OAB SP se comprometeu a instalar um “memorial histórico dedicado à pesquisa, conservação, estudo e exposição de objetos de valor histórico relativo ao período da ditadura civil-militar que se instalou no Brasil com o golpe de 1964” pelo prazo de 10 anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

No mesmo dia, a Comissão da Verdade da OAB SP coletou depoimentos dos advogados: Rosa Maria Cardoso da Cunha, José Carlos da Silva Arouca, Paulo Sérgio Leite Fernandes e do ex-preso político Leopoldo Paulino.

Ocupação cultural pela Companhia de Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV)

A primeira ocupação cultural feita no prédio, já no âmbito das atividades para o futuro Memorial da Luta pela Justiça, foi empreendida pela Companhia de Teatro Popular União e Olho Vivo, dirigida por César Vieira (nome artístico de Idibal Pivetta). O TUOV foi fundado no ano de 1966, no Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universi-

⁵ Ofício n. 499/13 apresentado à SPU, protocolado em 14/5/2013.

dade de São Paulo, e a partir do início da década de 1970 concentra-se em promover um *teatro popular brasileiro*.

Todas suas peças versam sobre a realidade brasileira e contemplam a participação popular, temas pouco discutidos na sociedade. Augusto Boal, renomado diretor de teatro, ressaltou a importância do TUOV em recente livro publicado pela companhia:

Em seu quase meio século de teatro, César fez o que nenhum entre nós conseguiu fazer: durante mais de quarenta anos esteve, e está, à frente de um grupo, União e Olho Vivo, sempre vivo, ativo, dirigindo, escrevendo, – jamais hibernando, mesmo nos piores momentos da ditadura que assolou nosso país, mesmo na prisão. É admirável que tenha ainda hoje, ao seu lado, alguns dos fundadores desse grupo, valentes como ele (TUOV, 2015).⁶

Como advogado, Idibal foi preso em 1973 em pleno exercício de sua função e por realizar, em suas palavras, “uma advocacia militante” que lutava pelo respeito à liberdade e à vida humana. Foi mantido preso no DOI-Codi, Deops/SP e no Presídio do Hipódromo até ser absolvido pelo Tribunal da Justiça Militar. O teatro fundado por ele (TUOV) também enfrentou a violência da censura e a prisão de seus artistas durante vários anos. Augusto Boal relatou um de tantos episódios da advocacia militante que esse artista engajado realizou:

Tanto quanto centenas de outros dos seus amigos, eu atesto sua coragem: estava eu exilado em Buenos Aires, para onde fui banido em 1971; o consulado brasileiro, obedecendo ordens, recusou-se a revalidar meu passaporte, em 1976, ano cruento. Avançavam ditaduras, aqui e por boa parte da América Latina, e eu não podia ficar por lá, nem podia voltar. Destemido, o dramaturgo César Vieira assumiu-se cidadão Idibal Pivetta, advogado, e processou o então ministro da injusta Justiça da ditadura (TUOV, 2015).

O TUOV, como seu diretor, possuía uma atuação múltipla, e enfrentou os anos ditatoriais com uma resistência artística e política que contribuiu na luta pela anistia e pela volta da democracia. De acordo com relatos de advogados que trabalharam com Idibal Pivetta, em suas diligências na Auditoria durante a ditadura, recorrentemente dizia aos escrivães e funcionários daquela repartição pública que a Democracia iria chegar e tomar aquele espaço. A democracia chegou, levou alguns anos de silêncio institucionalizado sobre o tema da ditadura, mas em 30 de abril de 2013 ocupou aquele espaço, abrindo as portas do que virá a ser o Memorial da Luta pela Justiça com a apresentação do espetáculo “A cobra vai fumar”.

⁶ Teatro Popular União e Olho Vivo. Em busca de um Teatro Popular. São Paulo, 5ª ed., nov. 2015.



Cristovão Bernardo/OAESP

Folder da Ocupação Cultural em 30/11/2013

Fonte: Acervo do TUOV

Marcos da Costa
Presidente da OAB-SP

Somente o teatrólogo Cesar Vieira Idbal Piveta poderia celebrar a vida e a alegria em um espaço que se destinou a perseguir os defensores da democracia e da liberdade.

Humberto D'Urso
Diretor do Departamento de Cultura e Eventos

Somente o teatrólogo Cesar Vieira Idbal Piveta poderia celebrar a vida e a alegria em um espaço que se destinou a perseguir os defensores da democracia e da liberdade.

A COBRA VAI FUMAR

Uma estória da FEB - Força Expedicionária Brasileira - é um espetáculo musical que conta a participação de um contingente de 25.000 soldados (Pracinhas) brasileiros na Segunda Grande Guerra Mundial (1944-1945), na Itália em defesa da liberdade contra os regimes nazi-fascistas que vigoravam na Europa naquele período.

Martim de Almeida Sampaio
Diretor de Direitos Humanos da OAB-SP

A ocupação do prédio da Justiça Militar em São Paulo é a reafirmação da crença no Estado Democrático de Direito. Uma justa homenagem à advocacia que com desassombro enfrentou o arbítrio e a exceção em tempos sombrios.

Mario Sergio Duarte Garcia
Presidente da Comissão da Verdade da OAB-SP

O espaço da Justiça Militar na época da ditadura será ocupado pelo Memorial da Luta pela Justiça. Será uma homenagem à resistência, ao autoritarismo e uma advertência de que sem advocacia, não há democracia nem

Adriano Diogo
Presidente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

LOCAL DA OCUPAÇÃO

O número 1249 da Avenida Brigadeiro Luís Antonio, em São Paulo, foi palco dos mais importantes julgamentos de perseguidos políticos durante toda a feroz ditadura que dominou o Brasil por mais de 20 anos.

Ali compareceram como réus: operários, estudantes, camponeses, intelectuais, artistas, professores e representantes de segmentos sociais e políticos que lutaram e várias formas contra a barbárie.

No local estiveram presentes advogados que defenderam centenas de cidadãos e denunciaram as arbitrariedades, torturas e assassinatos que aconteceram em todo o País.

COMO CHEGAR

Foi marcante o contraste entre o fato de o Brasil estar dominado por uma ditadura e mandar seus filhos morrerem sem sequer saberem porque...

O Olho Vivo conta, em fragmentos, um passado - presente: como se a memória levasse em esquecer e lembrar.

Apoio

Belisário dos Santos Jr.
Vice Presidente da Comissão da Verdade da OAB-SP

Projeto Estúdio Preto e Branco

Folder da Ocupação Cultural em 30/11/2013

Fonte: Acervo do TUOV

O espetáculo musical conta uma estória da Força Expedicionária Brasileira, que com um contingente de 25 mil soldados (Pracinhas) participou da Segunda Guerra Mundial (1944-1945), atuando na Itália em defesa da liberdade contra os regimes nazifascistas que vigoravam na Europa naquele período. A professora e pesquisadora de teatro, Iná Camargo Costa, destacou a especificidade desta estória apresentada pelo TUOV:

Empenhado em desmistificar, o TUOV expõe as mais clamorosas contradições desta participação, com especial destaque para o destino catastrófico de um gaúcho descendente de alemães que foi tomado por nazista na confusão extrema da babelônia linguística em que mergulharam os brasileiros em meio a *partigiani* (guerrilheiros italianos antifascistas) e comandantes americanos. Neste episódio temos a pergunta sobre o sentido da formação do povo brasileiro – na figura do descendente de imigrantes europeus – que, perdido numa guerra entre forças que ignora, se vê sob as ordens de comandantes cuja língua não entende, participa de ações cuja estratégia não alcança e mata inimigos que poderiam ser seus parentes (Iná Camargo Costa, TUOV, 2014).⁷

O espetáculo foi apresentado no pátio do prédio, em um sábado à tarde, no dia 30 de novembro de 2013, reunindo um público de aproximadamente 300 pessoas, entre advogados, ex-presos políticos, familiares de vítimas e integrantes da sociedade civil. O evento marcou a inauguração do prédio como lugar de memória. Por meio de atividades culturais e de recuperação histórica, o local, que foi um lugar de lutas históricas por justiça e liberdade durante um dos piores anos de censura e repressão que vigorou no nosso país, promove agora o respeito aos direitos humanos.



Projeto Estúdio Preto e Branco

⁷ “A cobra vai fumar”, uma estória da Força Expedicionária Brasileira. Teatro Popular União e Olho Vivo. São Paulo, 2014.



Projeto Estúdio Preto e Branco

Atividade de cessão do prédio da SPU para a OAB em 05 de agosto de 2013. Foto: Cristovão Bernardo. Acervo OAB/SP

Parceria entre a OAB SP e o Núcleo Memória

A parceria entre o Núcleo de Preservação da Memória Política e a Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo nasceu no processo de reivindicação para que o prédio da antiga Auditoria Militar se transformasse em mais um lugar de memória da ditadura musealizado em São Paulo.

Tendo grande valor simbólico para a história das duas instituições, a preservação desse bem tombado uniu o Núcleo Memória e a OAB SP, que firmaram um Termo de Parceria em 7 de fevereiro de 2014. O objetivo foi estabelecer as atribuições das entidades para compartilhar a gestão administrativa do futuro memorial que deverá

desenvolver ações museológicas, educativas e culturais a partir da valorização das memórias das iniciativas individuais e coletivas a favor da luta pelo direito à justiça no Brasil, com ênfase para a atuação da OAB SP e dos movimentos políticos que marcaram as estratégias de resistência às arbitrariedades e a construção dos caminhos da redemocratização.

No contexto de atividades culturais que marcaram os 50 anos do Golpe Militar, o Memorial da Luta pela Justiça, em parceria com a Comissão da Anistia e seu projeto Marcas da Memória, promoveu o evento “50 anos depois: os advogados da resistência”, que juntou o lançamento do filme *Os advogados contra a ditadura – por uma questão de justiça*, do cineasta Silvio Tendler, que esteve presente, e do livro *Advocacia em tempos difíceis*, de Paula Spieler e Rafael Queiroz.

Projeto de intervenção

Fase um – Elaboração dos projetos arquitetônico e museológico

Após a cessão do prédio pela SPU e sua tomada cultural feita pela OAB SP e pelo Núcleo Memória, estas instituições, como gestoras do projeto de criação do Memorial da Luta pela Justiça, consideraram submeter o projeto à apreciação do Ministério da Cultura do Governo Federal. Para isso, a OAB SP contratou uma equipe de profissionais para a elaboração do Plano Museológico e do Projeto de Intervenção Arquitetônica.

Em novembro de 2013, foi formado um grupo técnico de trabalho composto por duas museólogas (Maria Cristina Bruno e Kátia Felipini), um arquiteto (Marcos Cartum), um jornalista (Vladimir Sacchetta), um pesquisador e ex-presos político (Maurice Politi) e o Estúdio Preto e Branco para os trabalhos de *design* gráfico.

O grupo de trabalho atuou até julho de 2014, quando apresentou à OAB SP os seguintes resultados:

– Projeto Básico de Arquitetura e Restauro

O documento compreende uma pesquisa sobre a história do bairro e suas arquiteturas, até chegar mais detidamente ao sobrado onde será instalado o memorial. O imóvel foi construído no fim do século XIX e foi reformado em 1919, pelo arquiteto italiano Guiseppe Sacchetti. Na pesquisa foram encontrados desenhos arquitetônicos feitos em 1938 pelo Serviço de Engenharia do Exército, quando o imóvel foi comprado para sediar as Auditorias Militares de São Paulo. Também apresenta um relatório arquitetônico da situação do imóvel e especificidades dos restauros necessários para o novo uso do bem tombado, e quais os procedimentos mais adequados de restauração e conservação que deverão ser feitos nos pisos, forros, fachadas e cobertura, além de um relatório técnico de prospecções pictóricas e um relatório fotográfico.

– Plano Museológico

Considerado como ferramenta básica de planejamento estratégico, este documento é exigido pela Lei n. 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus no Brasil. Vale destacar que o Plano do MLPJ foi elaborado pelas mesmas museólogas que elaboraram o Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo, primeiro memorial constituído pelo Poder Público no Brasil a tratar sobre o período ditatorial. Sobre o Plano do MLPJ:

Para a sua constituição foi organizado o Programa Museológico, elaborado e desenvolvido por equipe interdisciplinar, que norteou as suas atividades em torno de discussões conceituais sobre o perfil do repertório patrimonial a ser tratado pelo Memorial e divulgação sobre as intenções da proposta, da elaboração de projetos técnicos de qualificação arquitetônica e de museografia e, ainda, sobre o estabelecimento das premissas para a atuação pública institucional no que se refere às responsabilidades museológicas de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural).⁸

O documento apresenta os objetivos da instituição, conceito gerador, acervo institucional, visão e valores institucionais, função museológica, principais linhas de ação museológica, modelo de gestão e informações sobre as etapas de implantação institucional. A pesquisa, nessa fase, contemplou a realização de sete entrevistas em áudio com os seguintes advogados que atuaram na Auditoria Militar de São Paulo: Mario de Passos Simas, Belisário dos Santos Júnior, Idibal Pivetta, Airton Estevens Soares, Maria Luiza Bierrenbach, Jose Carlos Dias e Luiz Eduardo Greenhalgh. Estas entrevistas poderão ser consultadas no futuro Memorial.

– Projeto de Expografia

Apresenta os projetos de setorização e *layout* dos ambientes do térreo, primeiro e segundo pavimentos. Delimita os espaços expositivos (longa duração e temporária), educativo, área técnica/institucional, circulação e auditório. Para a exposição de longa duração, o projeto prevê: Linha do tempo (história das lutas pelos direitos à justiça no Brasil), Sala do Juiz (documentos de processos), Sala dos Testemunhos (acesso as gravações dos relatos orais), Sala dos Julgamentos (reconstituição com recursos audiovisuais), Sala da Cultura (vida cultural do país, música, teatro e cinema).

⁸ Plano Museológico do Memorial da Luta pela Justiça. São Paulo, 2014, p. 3.

– Projeto de Comunicação Visual

Este caderno apresenta o projeto básico da sinalização do futuro Memorial, com as especificações e quantificações de acordo com a legislação vigente sobre segurança em museus.

Todos esses documentos foram aprovados pela diretoria da OAB SP, que solicitou ao grupo técnico orçamentos preliminares para as restaurações, reformas, pesquisa e expografia para a constituição do memorial. A partir de então, a pedido da OAB SP, o Escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados adaptou o projeto para os formatos exigidos pelo Ministério da Cultura, para apresentação à Lei Rouanet. Esse projeto foi submetido na categoria “Restauro de patrimônio histórico e museus” para efeito de captação com incentivo fiscal de 100% do valor necessário, estimado em cerca de oito milhões de reais, o qual foi aprovado em outubro de 2015, tendo recebido o n. 140000.022620/15-55.

O projeto prevê que o Memorial terá uma exposição de longa duração que contará com uma linha do tempo com a história das lutas pelo direito à justiça no Brasil; exibição de documentos relativos a processos do período ditatorial; uma sala com testemunhos orais que estão sendo coletados pela equipe de pesquisa do Núcleo Memória com advogados e ex-presos políticos; e outros ambientes expositivos.



Projeto Estúdio Preto e Branco

Sala da Linha do Tempo. História das lutas pelos direitos à justiça no Brasil. Imagens do Projeto de Expografia do futuro MLPJ.

Fonte: Acervo do MLPJ



Projeto Estúdio Preto e Branco

Sala do Juiz. Documentos de processos. Imagens do Projeto de Expografia do futuro MLPJ.

Fonte: Acervo do MLPJ



Projeto Estúdio Preto e Branco

Sala dos Testemunhos. Acesso às gravações dos relatos orais. Imagens do Projeto de Expografia do futuro MLPJ.

Fonte: Acervo do MLPJ

O Memorial contará ainda com espaços para exposições temporárias, auditório na área externa do prédio e um Centro de Referência. Até maio de 2017, foi captado 14% do valor total do projeto. Estima-se que até dezembro deste ano sejam iniciadas as reformas no imóvel.

Fase dois – Pesquisa histórica e ocupação cultural

Com a captação em andamento, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, o Núcleo Memória se dedicou a iniciar a Fase dois da Primeira etapa de intervenção e, para isso, contou com o apoio financeiro da instituição OAK Foundation, entre agosto de 2016 e julho de 2017.

Essa fase compreendeu o início da pesquisa histórica para subsidiar a composição da exposição de longa duração, enriquecendo e ampliando as

perspectivas apresentadas no Plano Museológico. As atividades de pesquisa foram realizadas no escritório do Núcleo Memória e contou com a participação de três historiadores, uma jornalista e uma estagiária de história.

Considerando a importância do registro de história oral com testemunhas do período, priorizou-se a realização de entrevistas com advogados e ex-presos políticos. Paralelamente foi iniciada a pesquisa para o levantamento dos nomes de todos os que foram réus naquelas auditorias, e os advogados que ali atuaram. O resultado dessa pesquisa será projetado na parede de acesso à exposição de longa duração do futuro Memorial. A seguir, serão apresentados os principais caminhos metodológicos adotados para essas pesquisas.

Optou-se por acompanhar uma tendência muito comum na Argentina, de abrir os lugares de memória para visitação pública antes de eventuais restaurações nos prédios ou mesmo antes de inaugurar uma exposição de longa duração. Um exemplo muito importante a ser citado como referência foi a recuperação do prédio da Escuela Mecánica de la Armada (Esma), onde funcionou um dos centros clandestinos de detenção mais emblemáticos da ditadura argentina. Quando o Governo Federal destinou o prédio para uso cultural em 2004, o lugar foi aberto para visitas públicas e visitas guiadas, em especial o imóvel onde funcionou o Casino de Oficiales. No entanto, somente em 2015 foi instalada uma exposição de longa duração no local, e inaugurado como Espacio para la Memoria y los Derechos Humanos, sendo que, até esse momento, o lugar já havia recebido cerca de 10 mil pessoas em visitas com educadores ou sobreviventes do lugar.

O prédio da antiga Auditoria Militar, que é tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo, reconhecido como Patrimônio Histórico da cidade, também foi ocupado por atividades educativas e culturais antes de uma intervenção expográfica. O objetivo, a partir de referências de trabalhos de memória feitos na Argentina, foi promover atividades que pudessem ao mesmo tempo colocar o Memorial em funcionamento e divulgar o projeto de intervenção e captação de recursos. Nessa segunda fase do projeto, muitos visitantes puderam conhecer um pouco mais da história do lugar e, por meio de atividades diversas, ter a experiência de relacionar o passado com o presente, ressignificando as memórias do que ocorreu outrora naquele espaço de resistência e repressão.

II. Acervo de testemunhos – entrevistas de advogados e ex-presos políticos

História oral – importância dos testemunhos para a produção do conhecimento

Contrariando uma tendência mundial de revisar passados traumáticos, no Brasil, o tema das memórias da Ditadura tardou a se fortalecer na agenda pública, embora familiares de vítimas, ex-presos e perseguidos políticos nunca tenham abandonado essa pauta. Foi somente após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, que o tema ganhou repercussão na sociedade brasileira.

Como consequência de uma transição para a democracia, lenta, gradual e restrita no Brasil vigorou por anos um “silêncio institucionalizado”.¹ Para se ter uma ideia, o país ingressou oficialmente em 1985 no regime democrático e apenas em 1995 foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo Governo Federal, sendo que a primeira iniciativa de abertura dos arquivos para consulta dos documentos produzidos pelos órgãos de repressão se deu em dezembro de 1994, pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Embora cientes da importância e centralidade dos acervos e documentos públicos para a história nacional, entendemos que eles não são suficientes para compreendermos um período tão complexo e traumático como o da ditadura civil-militar.

Assim, as equipes do Núcleo Memória que desenvolvem o projeto de pesquisa histórica e museológica para criação do Memorial da Luta pela Justiça se lançaram na tarefa de ouvir as testemunhas, as pessoas que viveram e foram diretamente impactadas pela ditadura para conhecer mais sobre o período.

O alcance dos registros de história oral atravessa fronteiras e gerações, contribuindo para que as experiências e memórias do passado ditatorial

¹ Brito, Ana Paula. *Escrachos aos torturadores da Ditadura*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

possam ser ressignificadas. Centros de Documentação e Memória tais como o Cedec da PUC/SP, o Projeto Diversitas da USP, a Fundação Getúlio Vargas e o Memorial da Resistência de São Paulo são algumas instituições que preservam fontes orais sobre a ditadura no Brasil. Esses acervos contribuíram para o trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, com alguns testemunhos compondo o Relatório Final, publicado em 2014. Outras Comissões Estaduais da Verdade, espalhadas por todo o território nacional, reconheceram a importância do trabalho com fontes orais para investigar o passado ditatorial.

A coleta de testemunhos para o projeto do Memorial da Luta pela Justiça

O trabalho com fontes orais contribui para que as pesquisas histórias sobre o período ditatorial não fiquem restritas aos documentos oficiais do Estado ditatorial. Ao registrar os relatos e a versão das vítimas tem-se a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre como a repressão atuou e como suas ações impactaram os grupos de resistência e a sociedade de um modo mais amplo.

No que diz respeito ao tema da luta pela justiça, o uso da metodologia da história oral nos permite democratizar o acesso à memória e apresentar aspectos muitas vezes invisíveis ao falar sobre os acontecimentos do período. No caso do projeto do Memorial da Luta pela Justiça, advogados e ex-presos políticos contribuíram com seus testemunhos para a escrita da história sobre o funcionamento das Auditorias Militares de São Paulo, expondo detalhes que ainda não haviam sido registrados. Como, por exemplo, as estratégias utilizadas pelos advogados para atuar na Justiça Militar durante o período de exceção, em que o *habeas corpus* havia sido suspenso.

Por desenvolver a advocacia, na luta por justiça, muitos eram ameaçados, tinham escritórios invadidos, sofriam atentados e prisões e alguns perderam clientes, pois eram identificados como “advogados de terroristas”. Não menos importante é relatar que muitos advogados não cobravam honorários pela defesa de presos e perseguidos políticos. “Era uma advocacia emergencial, não era para ganhar dinheiro”, ouvimos de um dos entrevistados.

Informações obtidas a partir de experiências relatadas pelos entrevistados, complementadas por meio da consulta a documentos e acervos de órgãos públicos que atuaram durante a repressão, descortinam aspectos importantes de uma história que pertence a toda a sociedade. No caso dos advogados, ao compartilharem suas memórias sobre as rotinas de traba-

lho, sobre os casos em que atuaram, com menção aos processos e os julgamentos de que participaram na Justiça Militar, mencionando as estratégias utilizadas com o recrudescimento da ditadura, e explicando a dinâmica e o funcionamento das Auditorias Militares, nos permitem conhecer aspectos da luta pela justiça que não estão registrados em documentos.

Conhecer por dentro as práticas dos funcionários dessa instituição judiciária-militar, seu funcionamento, conceitos e procedimentos jurídicos é fundamental para entender como a ditadura utilizou aquele espaço para dar “ares de legalidade” aos crimes praticados.

Outras peculiaridades, como a ostensiva militarização do entorno da Auditoria Militar em São Paulo nos dias de audiência e julgamento, são importantes para entender a diferença dessas Auditorias em relação às de outros Estados. Os documentos oficiais produzidos nessa instância judicial são patrimônio histórico nacional. No entanto, assim como a história oral, são limitados e não revelam detalhes de outras relações e acontecimentos históricos ocorridos naquele contexto.

Um exemplo trazido por muitos entrevistados, e citado pelo advogado Idibal Pivetta, é que ele andava com uma máquina de escrever portátil em seu automóvel, pois a qualquer momento poderia receber uma denúncia de prisão ou desaparecimento. Com a máquina ao alcance, poderia fazer uma petição e formalizar na Auditoria Militar pedidos de informações. Muitas dessas petições ajudaram a salvar vidas de civis sequestrados em centros clandestinos de detenção e tortura.

Muitos advogados ultrapassaram as fronteiras do trabalho jurídico de defesa, e foram também solidários com os réus nos cárceres, levando-lhes informações sobre seus familiares e amigos, e apoio de diversos tipos, entre eles, o emocional. Alguns se reconhecem como advogados militantes, outros afirmam que fizeram do direito sua militância, e há aqueles que dizem que realizaram a advocacia possível. São múltiplas as perspectivas, e todas elas válidas.

O que interessa demonstrar aqui é que a história oral tem sido uma fonte indispensável para conhecer o período ditatorial. No entanto, traz desafios inerentes a sua composição: o esquecimento, a seletividade da memória, subjetividades da evocação, juízos de valor, entre outros. Por isso, o processo de coleta de testemunhos precisa ser realizado com uma metodologia adequada, elaborada para o objetivo que se deseja alcançar.

No caso das coletas de testemunhos feitas pela equipe do Núcleo Memória para compor o acervo do Memorial da Luta pela Justiça, apesar dos

limites próprios das fontes orais entendemos que o entrevistado era muito mais que um informante, para nós é fonte viva, agente e objeto da história, da nossa história. Por isso, cada entrevista se apresenta não só como um momento de escuta, mas também como possibilidade de acesso à experiência e memória do entrevistado. Nesse trabalho seguimos a metodologia de história oral adotada por outras instituições congêneres do Brasil e da América Latina, sendo seus principais aspectos apresentados a seguir.

Metodologia do projeto de coleta de testemunhos

O projeto de história oral realizou entrevistas temáticas a partir da atuação dos atores sociais – advogados e ex-presos e perseguidos políticos – durante a ditadura civil militar. O recorte estabelecido buscou identificar as interfaces entre as formas de luta por justiça e direitos humanos, e a atuação dos órgãos da Justiça Militar da União que julgaram os processos de crimes políticos nas Auditorias Militares de São Paulo.

Nessa fase de implantação do Memorial da Luta pela Justiça foram gravados 20 testemunhos entre julho de 2016 e março de 2017. Destes, 16 coletas com advogados que atuaram nas Auditorias Militares de São Paulo e quatro com ex-presos e perseguidos políticos que foram réus naquelas auditorias. A escolha dos advogados entrevistados considerou a lista de nomes indicados no Plano Museológico. Os ex-presos e perseguidos políticos foram selecionados pelo Conselho Administrativo do Núcleo Memória, que considerou a diversidade de organizações de resistência à ditadura das quais os entrevistados participaram.

Estes testemunhos foram gravados em audiovisual e em estúdio, pois além de fazerem parte do levantamento de referências memoriais e patrimoniais para compor o acervo do futuro Memorial, também serão utilizadas na exposição de longa duração, no espaço chamado *Sala de Testemunhos*.

Antes de apresentarmos a metodologia elaborada, é necessário reafirmar que muitos de seus instrumentos de sistematização de dados foram observados e adaptados de experiências de instituições congêneres. Especialmente os programas de história oral da Associação Memoria Abierta (Argentina), da Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi (Chile) e do Memorial da Resistência de São Paulo.

Os caminhos adotados

Uma vez selecionados os entrevistados, a equipe de pesquisa do Núcleo Memória estabeleceu o primeiro contato com os possíveis entrevistados, para explicar brevemente o projeto e fazer o convite para a coleta de testemunho. Após o aceite, foi enviada uma *Carta-convite* a cada um dos convidados explicando o objetivo da entrevista, a que ela se destinava, bem como sugestões de data e local para a realização da coleta.

A partir da aceitação, o próximo passo foi realizar uma *pesquisa prévia*, buscando informações biográficas e o envolvimento do entrevistado na Justiça Militar da União e nas Auditorias Militares de São Paulo durante o período ditatorial. No caso dos advogados, o foco principal é sua participação na defesa de presos e perseguidos políticos e o funcionamento daquela instituição judiciária-militar. Já no caso dos ex-presos, suas experiências como réus julgados por esses órgãos. A pesquisa prévia acrescentou, também, informações sobre os perfis de cada entrevistado.

Ao concluir a pesquisa prévia, o passo seguinte foi *confirmar, por contato telefônico com o entrevistado, os dados obtidos*. Na oportunidade se estabeleceu a interlocução entre pesquisador/entrevistador e entrevistado. Além de abrir esse diálogo com o objetivo de mostrar o nosso desejo de escuta, procuramos anotar e coletar dados objetivos de sua atuação no período militar e informações pessoais, como o estado civil e a data de nascimento, que farão parte do cadastro no banco de dados do acervo. Foram também apresentados os alcances do Termo de licença que o entrevistado assinaria no dia da entrevista, autorizando o Núcleo Memória e o Memorial da Luta pela Justiça a utilizar sua entrevista para os fins estabelecidos no termo.¹ Neste momento, eram feitas perguntas precisas e objetivas para confirmar dados encontrados na pesquisa prévia. Após este procedimento, foram elaborados dois documentos únicos para cada entrevista: a pauta e o roteiro da entrevista.

O *roteiro* continha as perguntas estruturadas, seguindo um caminho padrão de temas e perguntas para os advogados e outro para os ex-presos e perseguidos políticos. Este documento era de uso exclusivo dos pesquisadores, não sendo enviado previamente aos entrevistados, a não ser que fosse solicitado. O objetivo deste documento é ajudar o entrevistador a mediar o processo de memória feito pelos entrevistados no dia da entrevista, procurando respeitar as escolhas e o percurso da memória entre

¹ Um modelo do termo utilizado está disponível no Anexo 5 desta obra.

lembranças e esquecimentos. Havia temas comuns em todas as entrevistas, considerando questões de interesse do projeto como os julgamentos nas Auditorias Militares de São Paulo e as expectativas em relação ao futuro Memorial da Luta pela Justiça. No entanto, apesar das semelhanças dos roteiros, novas perguntas poderiam ser acrescentadas ou suprimidas de acordo com o perfil de cada um.

A *pauta* foi entregue ao entrevistado no dia da entrevista e continha os principais temas a serem abordados, enunciados por assuntos. A preocupação em apresentar temas e não perguntas era o de não induzir o processo de memória que será feito pelo entrevistado antes da entrevista. A pauta era discutida com o entrevistado já posicionado para a gravação, sendo uma oportunidade também de promover a ambientação de todos os envolvidos. Caso ele não desejasse tratar determinado tema presente no documento, imediatamente era retirado do roteiro dos pesquisadores.

Outros dois documentos são fundamentais para a metodologia do trabalho de história oral construída: a Ficha Técnica e a Ficha de Decupagem.

A *Ficha Técnica* reúne informações pessoais do entrevistado, dados técnicos sobre a entrevista, da equipe participante, além dos dados da pesquisa prévia com as principais fontes relacionadas ao entrevistado e o recorte temático estabelecido.

A *Ficha de Decupagem* é o documento que pode ser preenchido em parte durante a entrevista (pelo segundo entrevistador) e completada posteriormente à realização da gravação. Trata-se de um documento que reúne informações extraídas da entrevista, com dados que foram expostos pelo entrevistado.

Os modelos desses dois documentos estão anexados a esta obra e podem ser consultados. É importante ressaltar que esses modelos foram elaborados para a necessidade específica das entrevistas para o futuro Memorial da Luta pela Justiça nessa etapa do projeto, sendo necessário sinalizar que não são modelos acabados e que também que não é um padrão a ser seguido. Cada instituição ou projeto de história oral precisa desenvolver sua metodologia, a partir das necessidades próprias.

A entrevista – o momento da coleta do testemunho

No estúdio ou no local da gravação, todo o ambiente deve estar preparado para receber o entrevistado, com atenção exclusiva a ele. Para isso, toda a equipe de audiovisual deve estar pronta para apenas ajustar enquadramento, a luz e o microfone, e fazer uma foto 3x4 do entrevistado. Esse

procedimento é realizado no que chamamos de *ambientação do entrevistado* no local da gravação, estúdio, escritório ou residência.

A entrevista é conduzida por dois pesquisadores. O *entrevistador principal* discorre sobre a *pauta com o entrevistado* durante a ambientação, faz a *mediação* da entrevista durante a gravação (com dedicação exclusiva ao entrevistado) e precisa estar atento ao tempo estipulado para a realização da entrevista, de modo a cumprir com a pauta estabelecida.

O *segundo pesquisador*, durante a ambientação, *confere* as informações da *Ficha Técnica*, e pode ajudar com algumas intervenções na mediação. Durante a mediação da entrevista, é responsável pela comunicação com a equipe de gravação sobre os *aspectos operacionais* para evitar que qualquer tipo de problema técnico interfira na fluidez do testemunho. Além disso, atua no *preenchimento parcial da ficha de decupagem*, com as informações que estão sendo expostas pelo entrevistado.

Quando a emoção da evocação da memória ultrapassa o relato, a equipe técnica da gravação e os pesquisadores esperam o tempo necessário para que o entrevistado esteja em condições de, então, retomar a entrevista a partir da pauta discutida.

A equipe de pesquisa optou por não realizar cortes na edição do material gravado, a não ser que o entrevistado manifestasse esse desejo no momento da assinatura do Termo de Licença.² Dessa maneira, esse material se tornará fonte primária para a pesquisa desenvolvida para a implantação do Memorial da Luta pela Justiça, bem como para seleção de trechos que serão exibidos na *Sala de Testemunhos*.

É interessante mencionar que três perguntas foram feitas a todos os entrevistados a respeito do Memorial da Luta pela Justiça:

- o que eles esperam que seja o Memorial da Luta pela Justiça;
- que processos eles consideram que devem ser expostos na *Sala dos Processos* (um espaço expositivo que será dedicado a exibir documentos de processos da Justiça Militar); e
- que outras pessoas indicariam para serem entrevistadas pelo projeto.

Ao final da entrevista, era questionado se o entrevistado desejava que algum trecho de sua entrevista fosse restrito, foi lido o termo de licença a ser assinado em três vias, sendo uma delas entregue ao entrevistado.

² O modelo da estrutura do termo utilizado encontra-se disponível no Anexo 5 dessa obra. No termo, uma das questões é se o entrevistado desejava restringir algo do seu relato.

Pós-entrevista

Após a entrevista, todo o material produzido durante a coleta (pauta, roteiro, fichas técnica e de decupagem, termo de licença assinado) foi arquivado em pastas físicas, junto com o material da pesquisa prévia e cada entrevista e cada entrevistado recebeu um código individual. Logo após a entrevista foi feito o arquivamento digital do material audiovisual gerado e se produziu uma cópia de segurança do arquivo bruto.

Seguindo a metodologia, a ficha técnica foi revisada e a ficha de decupagem complementada com as informações obtidas a partir da coleta de testemunho, tendo sido necessário assistir à gravação da entrevista para fazer esse trabalho. Preenchidos digitalmente, os documentos foram salvaguardados nos suportes físico e digital.

Caso o entrevistado tenha doado algum documento, esse foi digitalizado e preservado na pasta digital da entrevista, e o original do documento entregue pelo entrevistado mantido na pasta física da entrevista correspondente.

A última etapa foi a edição da entrevista, feita apenas para incorporar a identidade visual da coleção de testemunhos do Memorial da Luta pela Justiça. Em alguns casos, foram realizadas restrições de temas que foram tratados, mas que o entrevistado não deseja manter no vídeo.

A preocupação com a segurança dos arquivos é algo muito importante a considerar, por isso o Núcleo Memória mantém duas cópias de segurança de cada arquivo do material bruto e da versão editada das entrevistas em suportes e lugares distintos.

A seguir, serão apresentados breves perfis dos entrevistados e o resumo de cada uma das entrevistas feitas nesta etapa da pesquisa.³ Cabe registrar

³ Os resumos das entrevistas e as breves biografias foram feitas pelas historiadoras Andréa Falcão e Caroline Grassi, e revisadas pelos entrevistados individualmente. Andréa Falcão é formada em História da Arte (UERJ), mestre em Memória Social (Unirio), doutora em Antropologia e Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) com pesquisas na área de memória e patrimônio cultural. Trabalha como consultora e pesquisadora para diversas instituições, com grande experiência no mercado editorial. Foi membro do Conselho Municipal de Patrimônio e Gerente de Museus da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Recentemente, com apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, desenvolveu o projeto para transformação do prédio do antigo Dops no Rio de Janeiro em um espaço de memória voltado para os Direitos Humanos. Além destas atividades, atua como professora e parecerista da Unesco. Caroline Grassi Franco de Menezes é graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e mestranda na Faculdade de Educação da mesma universidade. Atuou como coordenadora do Programa de Ação Educativa do Memorial da Resistência de São Paulo (2008-2015) e possui experiência na área de Direitos Humanos, Educação e Memória.

que a metodologia ora apresentada está em constante revisão e aprimoramento e que a coleta de testemunhos será retomada no segundo semestre de 2017. Essas entrevistas serão feitas com ex-presos políticos que foram réus na Auditoria Militar de São Paulo. O objetivo é aumentar a representatividade das organizações da sociedade civil que resistiram à ditadura civil militar nesse importante lugar de memória.

Perfil dos entrevistados e resumo das entrevistas

AIRTON ESTEVENS SOARES

Nasceu no dia 1º de setembro de 1945, em Pirajuí (SP). cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, participando ativamente da política estudantil. E fez o curso de desenvolvimento econômico da América Latina na Universidade de Harvard (1967-1969). Trabalhou como advogado de presos políticos. Foi deputado federal por São Paulo de 1975 a 1987. Elegeram-se pelo MDB em 1974 e 1978 e foi vice-líder do partido durante 4 anos. Em discurso pronunciado na tribuna da Câmara, em 1978, denunciou os métodos repressivos adotados pelos órgãos de segurança dos governos militares da América Latina e a existência de um pacto entre eles. Também propôs, juntamente com o deputado gaúcho Jorge Uequet, uma comissão parlamentar de inquérito para apurar torturas, mortos e desaparecidos políticos. Em 1979, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, logo tornando-se líder do partido na Câmara. Reeleito em 1982, deixou o PT em 1985 e filiou-se ao PMDB. Em maio de 1987 foi nomeado assessor especial para assuntos políticos do Ministério da Fazenda, na gestão de Luís Carlos Bresser Pereira. Em 1987, entrou para o PDT, tendo sido candidato à prefeitura de São Paulo em 1988 e ao cargo de deputado federal em 1990. Tornou-se presidente do PDT paulista e foi candidato a vice-prefeito, em 1992. Assessor especial do Ministro da Justiça Maurício Corrêa, entre 1992 e 1994, colaborou na produção de projeto para a área de direitos humanos. Representando a OAB SP, foi um dos advogados da Comissão Nacional da Verdade. Atualmente é comentarista do “Jornal da Cultura”/TV Cultura.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias e reflexões sobre sua atuação como advogado de presos políticos e como parlamentar envolvido na luta pela Anistia e redemocratização do país. Em seu relato, fala sobre o início de sua militância política, a entrada no curso

de direito da USP, as atividades do Diretório Acadêmico 11 de agosto, seu ingresso no escritório do advogado Idibal Pivetta e as circunstâncias em que foi preso. Observa que, de modo geral, sua atuação se deu no âmbito da Auditoria Militar de São Paulo, mas também no Tribunal Superior Militar e em outros Estados como RJ e PE. Conta que foi uma advocacia intensa, pois a atividade envolvia muitos riscos e na maior parte das vezes não era remunerada; destaca que faziam o trabalho mais por idealismo e por solidariedade. Ao longo da entrevista, descreve a rotina no escritório de Idibal Pivetta, o funcionamento das Auditorias Militares, a estrutura do prédio e a dinâmica das audiências. Conta como era atuar nestes processos, observando que havia uma rede de solidariedade entre os advogados. Informa que ao se eleger deputado mudou-se para Brasília e afastou-se do dia a dia do escritório, mas continuou contribuindo com alguns casos, e participou indiretamente da elaboração do Projeto Brasil: Nunca Mais, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Ao final, destacou a importância do projeto de transformação do edifício das antigas Auditorias Militares no Memorial da Luta pela Justiça. Apontou que, ao se constituir em fonte permanente de informações sobre o período, este terá o papel fundamental de mostrar os horrores que foram vividos, mas que nunca foram divulgados adequadamente. Cita os processos mais relevantes a serem expostos e termina dizendo que considera a atuação como advogado de presos políticos um tipo de militância, pois além da defesa dos réus teve papel significativo na denúncia dos abusos cometidos pelo regime militar.

Data da entrevista: 12 de dezembro de 2016.

ALDO SILVA ARANTES

Nasceu no dia 20 de dezembro de 1938, na cidade de Anápolis (GO). Iniciou sua atividade política como estudante secundarista, no Liceu de Goiânia. Em 1959 ingressou na Faculdade de Direito da PUC-Rio. Foi eleito presidente da UNE em 1961. Participou da Campanha da Legalidade, esteve à frente da luta pela Reforma Universitária, da criação do Centro Popular de Cultura da UNE e da formação da Ação Popular-AP. Após o golpe de 1964 exilou-se no Uruguai, retornando ao país em 1965 como dirigente da AP e viveu na clandestinidade durante 11 anos. Em 1968, foi preso em Alagoas, onde fazia trabalho junto aos camponeses, como dirigente da comissão camponesa da organização. Em 1972, a AP se incorporou ao PCdoB e seus membros passaram a ser militantes e dirigentes do

Partido. Já como membro da Comissão Executiva e do Comitê Central do PCdoB foi preso novamente, em 1976. Foi torturado juntamente com Haroldo Lima e Elza Monnerat, em decorrência do episódio que ficou conhecido como Massacre da Lapa. Através de seu advogado, Luís Eduardo Greenhalgh, denunciou publicamente as torturas a que foi submetido. Condenado em 1977, foi libertado em 1979 com base na Lei de Anistia. Com a retomada de seus direitos políticos exerceu os cargos de deputado federal por Goiás, de 1983 a 1986, e deputado constituinte de 1987 a 1990. Após eleito vereador por Goiânia retornou à Câmara Federal para o mandato de 1995 a 1999 e de 2001 a 2003. Foi membro da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB e Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Defesa do Meio Ambiente. Atualmente dirige a ADJC (Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania) e é membro da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias e reflexões sobre sua atuação como militante e preso político. Em seu relato descreve o início de sua militância como estudante secundarista em Anápolis e como aluno da Faculdade de Direito da PUC-Rio. Conta que com apoio da JUC foi eleito diretor do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa, presidente do DCE e presidente da UNE. Explica que, com a renúncia de Jânio, transferiu a sede da UNE para o Rio Grande do Sul para apoiar a Campanha da Legalidade comandada pelo governador Leonel Brizola. Na sequência, diz que sua gestão na UNE marcou a ascensão da Ação Popular (AP) criada em 1962 a partir de uma dissensão entre a JUC e a hierarquia religiosa. O entrevistado relata diversos episódios de sua vida política e como passou a ser perseguido pelos órgãos de repressão. Fala sobre sua passagem por Alagoas e sobre o trabalho com os sindicatos rurais, sua prisão e julgamento em Recife, a fuga da prisão e a volta para São Paulo. Relata ainda as atividades da AP e menciona que esteve na fatídica reunião da Lapa onde muitos militantes foram mortos. Conta também sobre sua prisão no episódio, as torturas a que foi submetido, a atuação de seus advogados. Ao falar da mãe se emociona e destaca seu papel na luta pela Anistia com Dom Evaristo Arns. Fala da vida na prisão e do convívio com os outros presos. Menciona a importância dos advogados que lutaram pela democracia, ressaltando sua coragem e profissionalismo, destaca a atuação de Raimundo Faoro à frente da OAB e o caso de sua secretária, Dona Lida, morta num atentado a bomba. Fala também dos desafios pós Anistia, a vida na legalidade e sua atuação como deputado. Ao final ressalta a im-

portância de se registrar a memória do período e de fazer com que estes conteúdos sejam levados às escolas e universidades. Sobre o Memorial diz que espera que este seja um espaço interativo e que estimule a visita, que tenha uma equipe preparada para lidar com temas polêmicos e que se busque novas formas de divulgá-lo.

Data da entrevista: 21 de fevereiro de 2017.

ANTONIO FUNARI FILHO

Nasceu no dia 20 de novembro de 1941, em Jaboticabal (SP). Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Paulista de Direito da PUC-SP em 1967. Durante a graduação atuou no movimento estudantil tendo sido eleito presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) em 1965. Neste período participou e colaborou também com a formação da Ação Popular (AP). Foi preso duas vezes entre 1964-1965 e em 1966 foi detido durante o Congresso da UEE em São Bernardo do Campo. Concluiu o curso de Direito em 1967 e ingressou no escritório do colega Aldo Lins e Silva onde passou a dedicar-se à defesa de presos políticos. Em 1969 foi preso novamente durante uma sessão na Auditoria Militar, tendo ficado detido por sete meses no Presídio Tiradentes. Ao sair da prisão, retomou sua militância prestando apoio a organizações de esquerda e advogando em casos de presos políticos. Colaborou com o processo de redemocratização e de reestruturação dos partidos políticos. Em 1983 tornou-se membro da Comissão de Justiça e Paz, na qual atua como seu presidente até hoje, em prol dos Direitos Humanos. Advogado trabalhista de renome, atuou em diversas instituições: foi um dos coordenadores nacionais do Movimento pela Ética na Política em 1992; titular da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, entre 1992 e 2003; foi conselheiro do Sesc, Senac, Sesi, Senai (1992/2003), da Fundacentro (1992/1997) e do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo (Caesp); Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo e coordenador do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias e reflexões sobre sua atuação como militante e advogado de presos políticos. Conta que despertou para a política ao ingressar na Faculdade de Odontologia em Ribeirão Preto. Ao descobrir que esta não era sua vocação, mudou-se para São Paulo, em 1963, decidido a cursar Direito, pois percebeu que a advocacia lhe possibilitaria conciliar o trabalho e a militância.

De modo a situar sua trajetória, descreve o contexto social, cultural e político efervescente da época. Conta que logo após o golpe de 1964 foi preso pela primeira vez. Explica que só foi fazer estágio, em 1966, quando terminou o mandato na UEE-SP. Neste mesmo ano foi preso pela segunda vez. Relata que após se graduar, em 1968, ingressou no escritório de Aldo Lins e Silva e que neste mesmo ano acompanhou diversos processos de estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna. Conta que como havia estudantes de todo o Brasil, ele acabaram intercedendo por advogados de outros Estados junto à Justiça Militar. Ressalta que havia uma relação de simpatia e solidariedade entre os advogados de presos políticos. Ao falar sobre suas memórias das Auditorias Militares destaca que lá foi tanto réu como advogado. Descreve suas prisões e os processos a que respondeu, destacando sua prisão dentro do prédio da Auditoria. Na sequência, explica como funcionavam os julgamentos e discorre sobre os funcionários e os espaços da Auditoria. Sobre a relação do advogado com os clientes chama atenção para a importância deles nestes processos, pois eram pessoas com fortes convicções políticas, o que implicava diferenças na forma de advogar. Fala ainda sobre as organizações que ajudaram na luta contra a ditadura; destaca o papel da Igreja Católica com a criação da Comissão de Justiça e Paz e o papel dos advogados no período. Sobre suas expectativas para o Memorial responde que este deve ser amplo e dinâmico, que deve lembrar o passado, mas que tem de estabelecer relação com o presente.

Data da entrevista: 14 de fevereiro de 2017.

ARTUR MACHADO SCAVONE

Nasceu no dia 11 de setembro de 1949, na cidade de São Paulo (SP). Iniciou sua militância no Movimento Estudantil Secundarista, em 1967, como aluno do Colégio Estadual Fernão Dias Paes. Ingressou na Faculdade de Física da USP em 1969 e foi eleito presidente do Centro Acadêmico do Instituto de Física. Logo após começou a participar de ações da resistência com um dos dirigentes do Partido Operário Revolucionário Trotskista, como pichações e panfletagens, denunciando a perseguição aos professores da Física da USP. Em 1970, entrou para os quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e integrou-se ao movimento de guerrilha urbana através do Comando Estudantil da ALN. Algum tempo depois, já na clandestinidade, contribuiu para a articulação do Movimento de Libertação Popular

(Molipo). Foi preso em fevereiro de 1972 em uma emboscada armada pela equipe do DOI-Codi/SP no bairro do Itaim-Bibi. Baleado na ocasião, foi levado ao DOI-Codi/SP e em seguida ao Hospital das Clínicas e ao Hospital Militar. Permaneceu nove meses preso no DOI-Codi/SP onde foi submetido a inúmeras sessões de tortura. Em 1973 foi julgado e ficou preso por 5 anos. Neste período participou de diversos protestos por melhores condições carcerárias e começou a militar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Após sua libertação em 1977, quando saiu sob condicional, fundou com outros companheiros o Partido Revolucionário Comunista e participou também da fundação da CUT e do PT, tendo integrado a direção nacional das duas instituições. Atua profissionalmente como jornalista e é estudante de Filosofia da USP.

Resumo da entrevista: O entrevistado inicia falando sobre sua participação no movimento secundarista e a entrada na faculdade. Em seguida, faz uma contextualização ampla refletindo sobre acontecimentos marcantes do período e o ambiente tenso em que viviam. Menciona que foi presidente do Centro Acadêmico de Física e participou de manifestações organizadas pelos estudantes. Conta que na Universidade teve contato com militantes dos movimentos de resistência armada e que ingressou na ALN em 1970. Relata o rigor da vida clandestina, as ações em que esteve envolvido e como surgiu o Molipo. Expõe as circunstâncias de sua prisão em 1972 e como ela se deu. Menciona as torturas que sofreu e o tempo que ficou incomunicável no DOI-Codi. Conta que o primeiro contato que teve com Idibal Pivetta foi 9 meses após sua prisão quando já estava no Presídio Tiradentes. Explica que havia uma relação estreita entre a Auditoria e o DOI-Codi e que presenciou a entrada do juiz Nelson Machado Guimarães em suas dependências. Sobre a Auditoria, descreve a chegada dos presos e todo aparato repressivo que era montado em volta. Lembra que foi defendido por José Carlos Dias e que pediu para anexar ao processo uma carta onde faz a defesa de suas ideias. (Durante a entrevista leu um trecho e doou uma cópia para o Memorial). Observa que a Auditoria “era um grande circo”, “um teatro mal feito que não convencia ninguém” e que o julgamento era mera formalidade, mas serviu pelos registros que ficaram. Destaca a importância dos advogados atuarem lá e sua postura corajosa. Ao falar sobre as expectativas para futuro Memorial, diz que nossa sociedade tem uma dívida com este passado, pois até hoje não condenou publicamente os abusos cometidos pela repressão. Emociona-se ao dizer que o espaço deve homenagear acima de tudo os que não passaram por lá pois foram mortos

antes, e destacar a importância dos que foram solidários e contribuíram para que um pouco de justiça fosse feita. Termina ressaltando que “nenhuma nação se constrói sobre tortura”.

Data da entrevista: 7 de fevereiro de 2017.

BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR

Nasceu em 23 de junho de 1948, na cidade de São Paulo. Aos 17 anos ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), onde se formou em 1970. Participou ativamente do movimento estudantil, foi processado por ter participado da ocupação de sua faculdade em 1968. Integrou o Teatro do XI e foi presidente do Diretório Acadêmico. Desenvolveu inicialmente sua trajetória profissional na defesa de presos e perseguidos políticos durante o período ditatorial. Nessa época, ainda como solicitador acadêmico, trabalhou com Idibal Pivetta e foi sócio de outros advogados. Especializou-se em direito penal, administrativo e direitos humanos. Foi membro da Comissão Justiça e Paz, presidente da Associação de Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos e procurador autárquico (Ipesp, 1972-1998). No âmbito do Poder Público, chefiou o gabinete da Superintendência do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (1983), a Secretaria da Administração Penitenciária (1995) e a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania (1995-2000). Implantou o Programa de Direitos Humanos do Estado de São Paulo (1997), criou e presidiu a Comissão Estadual de Indenizações por Tortura. Atualmente é advogado e sócio de Rubens Naves-Santos Jr. Advogados. Integra o conselho curador da Fundação Padre Anchieta e da Fundação Mário Covas e é vice-presidente da Comissão da Verdade da OAB SP. Membro do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa para El Salvador e da Comissão Internacional de Juristas. Realizou inúmeras missões internacionais na área de direitos humanos.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias e reflexões de sua trajetória profissional como advogado de presos e perseguidos políticos, nascida em decorrência de sua participação no movimento estudantil durante a graduação. Sobre essa fase, destacou o estágio realizado com o advogado Idibal Pivetta, por quem foi influenciado pela advocacia política. Uma vez formado, passou a exercer a atividade de advogado criminal na Justiça Militar, relatando que era procurado por amigos e familiares de presos e perseguidos pela ditadura civil-militar, assim como

também os advogados indicavam clientes entre si. Ao longo da entrevista, Belisário relembrou casos nos quais esteve envolvido, de forma a explicitar as estratégias cotidianas, os conceitos e procedimentos jurídicos, o rito do julgamento e o funcionamento das auditorias militares em São Paulo. Segundo ele, o exercício do ofício permitiu aos advogados vivenciarem as mudanças e o endurecimento das leis ao longo dos anos do regime militar. Destacou a rede de solidariedade formada entre os advogados e discorreu ainda sobre o papel e o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante esses anos. Por fim, falou sobre a conquista do edifício do antigo Dops/SP (atual Memorial da Resistência de São Paulo) e o da Auditoria Militar (futuro Memorial da Luta pela Justiça), revelando a expectativa de que este se configure num espaço vivo, de preservação e de discussões atuais das novas gerações, com o objetivo de que a opressão vivida durante a ditadura não se repita.

Data da entrevista: 8 de novembro de 2016.

ENY RAIMUNDO MOREIRA

Nasceu na cidade de Santos Dumont (MG), em 5 de abril de 1946. Iniciou os estudos na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1964, pouco antes do golpe militar. Em 1966, após ler uma matéria sobre a vida de Sobral Pinto, decidiu se mudar para o Rio de Janeiro para tentar trabalhar com ele. Seguiu para lá e conseguiu estágio no escritório de advocacia dele, dando continuidade à sua graduação na Faculdade Nacional de Direito. Foi no ambiente das Auditorias Militares acompanhando Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Bento Rubião na defesa de presos e perseguidos políticos pela ditadura militar que Eny assumiu para si a luta pela democracia, pelos direitos humanos e contra a tortura. Depois de formada, atendeu casos de presos, perseguidos e desaparecidos políticos nas Circunscrições Judiciárias Militares (CJM) de todo o país, prestando também assessoria jurídica a famílias e exilados. Foi presidente fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), lançado em fevereiro de 1978, e uma das idealizadoras do Projeto Brasil: Nunca Mais. Atualmente reside no Rio de Janeiro (RJ) e continua advogando na área criminal e de propriedade intelectual.

Resumo da entrevista: Eny Moreira iniciou a entrevista afirmando que nunca teve dúvidas em relação à sua vocação, pois desde criança queria ser advogada. Contou que, em 1966, tentou a sorte em busca de uma

oportunidade junto ao renomado advogado Sobral Pinto e que ele não somente a aceitou como estagiária, como também se tornou seu padrinho profissional. Durante o estágio, acompanhou Sobral Pinto, Bento Rubião e Oswaldo Mendonça na defesa de presos e perseguidos políticos pela ditadura civil-militar, estando presente diariamente nas Auditorias Militares do Rio de Janeiro/RJ. A partir de 1969, já formada, seguiu no caminho da advocacia militante, atendendo casos por todo o país. Eny foi enfática ao assinalar a ostensiva militarização do entorno da Auditoria Militar em São Paulo nos dias de audiência e julgamento, o que não ocorria em outros Estados, lembrando também dos seus espaços físicos e funcionamento. Sobre a atuação dos advogados, mencionou a criatividade, as estratégias jurídicas para enfrentar as restrições impostas pela legislação vigente, e a repressão sofrida pela maioria deles, tendo sido ela mesma presa duas vezes, em 1969 e 1970. Relembrou que, no final da década de 1970, assumiu a presidência do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e foi uma das protagonistas do Projeto Brasil: Nunca Mais, cujo objetivo era denunciar as violações contra os direitos humanos, levadas a cabo pela ditadura. No desfecho da entrevista, assinalou que o Brasil é um país com déficit de justiça e que a defesa de presos políticos foi para ela uma forma de resistência contra a ditadura. Finalizou dando sugestões para a composição do futuro Memorial da Luta pela Justiça.

Data da entrevista: 14 de outubro de 2016.

HELÁDIO JOSÉ DE CAMPOS LEME

Nasceu no dia 4 de fevereiro de 1949, em Amparo (SP). Ainda adolescente trabalhou de barbeiro com o pai em sua cidade natal. Mudou-se para São Paulo em 1966, ingressou no cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia e começou a trabalhar como bancário. No final de 1967 foi recrutado pela Ação Popular (AP) e pouco tempo depois ingressou na Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em sua militância atuou como dirigente de uma célula clandestina da organização do movimento dos bancários. Após delação de um ex-companheiro, que resultou em uma sucessão de quedas de militantes da AP e da APML, foi preso em 1971. Foi mantido sequestrado por dois meses no Dops/SP onde foi submetido a torturas. Também esteve preso no DOI-Codi/SP e no Presídio Tiradentes. Acusado de pertencer à organização subversiva, ficou detido por 11 meses, sendo que seu julgamento na Auditoria Militar o condenou a nove meses de de-

tenção. Foi defendido pelos advogados Idibal Pivetta, Airton Soares e Luiz Eduardo Greenhalgh. Durante sua prisão, presenciou a tortura e agonia do companheiro de cela Luiz Hirata, pouco antes de sua morte no Hospital das Clínicas em decorrência das torturas sofridas nas dependências do Deps/SP. Depois de formado, atuou como professor de Economia e Ciência Política da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é membro do Núcleo Memória, coordenador do curso “Ditadura História e Memória” e dedica-se a diversos projetos em defesa dos Direitos Humanos.

Resumo da entrevista: O entrevistado conta que até os 17 anos morou em Amparo e que a chegada em São Paulo foi impactante. Faz uma análise da conjuntura anterior ao golpe de 1964 e observa que este foi um momento de grande mobilização social e política. Relata que ao chegar à capital ingressou no cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia e ao participar das passeatas, se aproximou das lideranças do movimento estudantil. Na sequência, discorre sobre a criação da AP, suas origens ligadas à Juventude Católica, sua estrutura, princípios e etapas do processo de recrutamento e filiação. Menciona que entrou para a organização em 1967 e logo em seguida passou a ser dirigente de uma célula bancária. Relata sua prisão em 1971 e as torturas que sofreu. Ao falar sobre a importância de Idibal Pivetta em sua vida diz que a relação dos advogados com os presos políticos ia além da relação advogado-cliente, observa que eles tinham um triplo papel: eram seus representantes jurídicos; faziam a mediação com a família e corriam riscos para fazer circular documentos com denúncias e informações sobre os presos e desta forma salvaram muitas vidas. Conta que sua defesa foi feita por Luiz Eduardo Greenhalgh e lembra desta ter sido vigorosa. Sobre o lugar da Auditoria no conjunto das instituições da repressão diz que ela funcionava como um espaço de fachada do regime, ali se representava uma farsa, uma encenação burlesca, mas reveladora de como funcionava o sistema. Diz que não consegue esquecer a expressão dos membros do conselho e os comentários intimidadores do juiz. Em seu relato menciona ainda o convívio com outros presos políticos no Presídio Tiradentes e as estratégias de sobrevivência. Como militante dos direitos humanos acredita que as pessoas precisam saber o que se passou e acha importante que o Memorial não fique apenas no relato dos presos para que possa ampliar a reflexão e mostrar como a repressão impactou a sociedade brasileira como um todo. Para ele, o Memorial deve refletir a memória do povo brasileiro.

Data da entrevista: 10 de fevereiro de 2017.

IBERÊ BANDEIRA DE MELLO

Nasceu no dia 19 de julho de 1939 em Miranda (MS). Cresceu em Santos e estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Universidade Católica de Santos (1960-1964). Iniciou carreira como estagiário no escritório de Enzo Poggiani e depois estabeleceu escritório próprio em São Paulo, em parceria com Pedro Paulo Negrini. Atuou a partir de 1968 na defesa de presos políticos durante o período da ditadura civil-militar, período em que foi sócio de Belisário dos Santos Júnior. Devido a suas ações em favor da resistência, foi preso duas vezes no exercício da profissão: a primeira em 1971, junto com os advogados Rosa Maria Cardoso, Maria Regina Pasquale, Airton Soares, Belisário dos Santos Júnior, Idibal Pivetta, Hélio Navarro, Virgílio Egydo Lopes Enei por causa de uma petição encaminhada aos juízes da 1ª e 2ª Auditorias reclamando das condições de prisão no Presídio Tiradentes; e a segunda em 1972, por causa da petição sobre a greve de fome no Presídio Tiradentes, quando foi obrigado a prestar esclarecimentos aos agentes da repressão. Atuou também defendendo metalúrgicos presos durante as greves no ABC paulista no início dos anos 1980. Foi o responsável pelo encaminhamento do pedido para a regularização do Partido Comunista Brasileiro ao Ministro da Justiça Armando Falcão, em 1984. Secretário dos Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo em 1985. Atualmente é sócio, administrador e dono da empresa Bandeira de Mello e Bandeira de Mello Advogados Associados.

Resumo da entrevista: O entrevistado inicia falando sobre a família, menciona que cursou o primário em Santos, depois o Liceu Pasteur em São Paulo e o ginásio e científico no Colégio Militar no Rio de Janeiro. Explica que pensava em fazer carreira diplomática, mas que por orientação de um professor fez vestibular para Direito em Santos e já no final do primeiro ano começou a estagiar no escritório de Enzo Poggiani. Lembra que após a formatura, em 1964, e por conta das perseguições que sofreu foi para São Paulo onde montou escritório com Pedro Paulo Negrini. Diz que começou a advogar em defesa de presos políticos por acaso quando um casal de amigos, Nilda Maria e José Luiz Barros, foi preso e que na ocasião descobriu que havia muitos jovens sem advogado e que o fato o mobilizou. Observa que gostou de atuar nestes casos, pois o advogado tinha a oportunidade de exercitar seu talento. Conta ainda como era a atuação na Auditoria Militar e as estratégias jurídicas que usavam. Lembra que atuou nas 3 auditorias e descreve os espaços do prédio. Na sequência explica a dinâmica dos órgãos de repressão, a tortura e o clima de total insegurança que se vivia no pe-

ríodo. Observa também que os advogados que defendiam presos políticos eram poucos, mas que funcionavam com uma fraternidade e comenta o papel de destaque que tiveram Heleno Fragoso e Sobral Pinto. Menciona a sociedade com Belisário dos Santos Júnior, os casos em que atuou e a repercussão que tiveram. Relata as prisões e atentados que sofreu no exercício da profissão. Comenta sobre a atuação de Teotônio Vilella no processo de Anistia e se emociona ao falar de Dom Paulo Evaristo Arns, dizendo que ele nunca negou auxílio a ninguém e sempre foi solidário. Sobre os documentos a serem expostos menciona a defesa de seis horas no processo do Partido Comunista, já no final da ditadura. Sobre as expectativas para o futuro Memorial diz que ele é importante para os advogados, pois mostrará o valor da advocacia, e para a sociedade como registro do que se passou e não se pode repetir.

Data da entrevista: 9 de dezembro de 2016.

IDIBAL MATHOS GOMES DE ALMEIDA PIVETTA

Nasceu no dia 28 de julho de 1931, em Jundiá (SP). Iniciou sua atuação política no Colégio Bandeirantes, onde presidiu o Centro Estudantil. Foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e também dos Centros Acadêmicos 11 de Agosto da PUC-SP e Cásper Líbero. Formado em Direito e Jornalismo, concomitante à atuação política, investiu na dramaturgia e é reconhecido como um dos fundadores do Teatro Popular União e Olho Vivo (TUOV). Como diretor e autor teatral adotou o nome artístico de César Vieira, dedicando-se a uma dramaturgia comprometida com questões sociais e populares. Em 1973 foi eleito Presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Por suas peças e trabalho à frente do TUOV foi agraciado com diversos prêmios. Destacou-se também como advogado de presos políticos durante a ditadura civil militar tendo atuado em importantes processos no período. Por sua militância no teatro e na advocacia, foi perseguido pela censura e preso seis vezes, sendo que em 1973 ficou detido 90 dias no DOI-Codi, Deops e Presídio do Hipódromo. Como advogado integrou a Comissão de Direitos Humanos da OAB SP (1991-1995) e atuou como conselheiro seccional da instituição (1993-1995), tendo sido ainda vice-presidente do Sindicato dos Advogados de São Paulo. Atualmente, é juiz conselheiro da Comissão de Anistia de Presos Políticos da Secretaria de Justiça do Governo do Estado de São Paulo e integra a Comissão de Direito às Artes da OAB SP. Por sua atuação e militância em

prol dos direitos humanos recebeu prêmios de suma importância como: “Franz de Castro Holzwarth”, da OAB SP (2010).

Resumo da entrevista: O entrevistado fala de sua experiência na Auditoria Militar de São Paulo, tanto como advogado quanto como preso político. Ele inicia a entrevista contando sobre sua participação no movimento estudantil e na presidência da UNE em 1957. Explica que no início da carreira trabalhou como advogado dos sindicatos dos aeroviários, dos aeronautas e dos previdenciários, grupos que tinham uma intensa atuação política na época. Relata que em 1968 foi responsável por cuidar de muitos casos de estudantes presos durante o Congresso de Ibiúna. Refere-se a esta advocacia como uma “advocacia militante”. Conta que havia uma boa relação entre os advogados que atuavam nesta área, pois quase todos sentiam que tinham ali uma missão. Observa que foi um período de grandes dificuldades, com muitos limites à atuação dos advogados, mas que conseguiram muitas vezes evitar mortes e desaparecimentos, e em outras, interromper e amenizar a tortura. Destaca que andava com uma máquina de escrever portátil no capô do carro para que, a qualquer momento, ao receber uma denúncia ou notícia de desaparecimento, pudesse formalizar um pedido de informação e repassar os dados para órgãos de combate à tortura, como a Anistia Internacional. Outro episódio destacado refere-se à jurisprudência criada com sua vitória no pedido de emissão de passaporte para Augusto Boal. Menciona também a importância que os grupos de teatro no Brasil e no mundo tiveram ao fazer ecoar a situação vivida no país. Na sequência, conta sobre suas prisões, com destaque para os 94 dias que ficou detido no Dops e no Presídio Tiradentes. Menciona ainda a censura a que estiveram submetidas suas peças e textos teatrais, relata alguns episódios que mostram as arbitrariedades e despreparo dos censores para atuar na área. Termina falando de suas preocupações com a situação atual do país e espera que o futuro Memorial possa ser um espaço dinâmico que ajude a refletir sobre o período da ditadura militar e estabeleça uma relação com as questões do presente.

Data da entrevista: 30 de março de 2017.

JOSÉ CARLOS DIAS

Nasceu no dia 30 de abril de 1939, na cidade de São Paulo (SP). Formou-se pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo sido orador da turma. Tornou-se advogado, optando pelo ramo criminal. A partir

de 1968, atuou como defensor de centenas de perseguidos políticos. A convite de Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, participou da criação da Comissão Justiça e Paz, ligada à Arquidiocese de São Paulo, em 1972, vindo a ser seu presidente. Intermediou a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ocasião em que foi preso com mais lideranças da sociedade civil e sindicais, inclusive Luiz Inácio Lula da Silva. Foi Secretário da Justiça do Governo Franco Montoro de 1983 a 1986. Participou ativamente do movimento “Diretas Já”. Em 1999 assumiu o Ministério da Justiça, cargo que exerceu até meados de 2000, quando retornou à sua atividade de advogado. Foi presidente do Conselho Superior do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas e Tratamento do Delinquente (Ilanud) e conselheiro da Fundação Padre Anchieta. Integrou a Comissão Nacional da Verdade. É membro do Conselho de Administração da Osesp.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias sobre sua trajetória profissional, inicialmente como advogado criminal e posteriormente como advogado de presos e perseguidos políticos. Ao longo da entrevista, menciona os casos mais notórios em que atuou durante a ditadura civil-militar, explicando com detalhes as circunstâncias e sua participação em cada um deles. Comenta que depois de iniciar a defesa de presos e desaparecidos políticos em 1969 houve uma queda na sua advocacia, pois muitas pessoas tinham preconceito com advogados que atuavam na área. Na sequência, explica os critérios adotados para cobrança de honorários e a relação com os clientes e seus familiares que, com o tempo, foram se tornando amigos pela proximidade que se estabelecia entre eles. Relata ainda as ameaças que recebeu e as diversas vezes em que foi preso no exercício da profissão. Em seu testemunho conta que atuou nas duas Auditorias Militares de São Paulo e também no Rio de Janeiro, Curitiba e Juiz de Fora, descreve o funcionamento das Auditorias Militares discorrendo sobre o perfil e características dos funcionários que conheceu no local, além de explicar o papel dos órgãos de repressão na produção das confissões e inquéritos. Observa que após o AI-5, os advogados tiveram de improvisar muito e desenvolver novas estratégias de atuação. Destaca a importância da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e o protagonismo de Dom Paulo Evaristo Arns na denúncia dos casos de tortura e desaparecimento promovidos pela ditadura. Ao final, falou sobre a importância da OAB assumir o edifício da antiga Auditoria Militar contribuindo para a efetivação do projeto do Memorial da Luta pela Justiça e também sobre sua participação como membro da Comissão Nacional da Verdade. Destaca a

qualidade do relatório produzido que aponta, entre as recomendações finais, a necessidade de se construírem memoriais como este, onde se possa refletir sobre o passado e compreender a responsabilidade que temos para com o futuro.

Data da entrevista: 2 de dezembro de 2016.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Nasceu no dia 11 de abril de 1948, em São Paulo (SP). Ingressou na Faculdade de Direito da USP em 1969 tendo participado ativamente da militância estudantil, foi diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto e representante no Conselho Universitário. Em 1973, ingressou no escritório de Idibal Pivetta e Airton Soares. Atuou na defesa de inúmeros presos e desaparecidos políticos durante o período ditatorial, dentre outros participou do processo conhecido como “Massacre da Lapa” e de militantes mortos na Guerrilha do Araguaia, além de ter se destacado na defesa dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1981. Foi um dos fundadores do Comitê Brasileiro pela Anistia e coordenou o Projeto Brasil: Nunca Mais entre 1979 e 1985. Foi filiado ao MDB entre 1974-1979 e participou em 1980 da criação do Partido dos Trabalhadores. Em novembro de 1986 candidatou-se a deputado federal constituinte pelo PT paulista obtendo uma suplência. Foi eleito deputado federal para quatro mandatos, nos períodos de 1990-1991, 1997-1999, 2001-2003, 2003-2007, tendo participado de diversas comissões e grupos de trabalho. Como parte de suas atividades partidárias, foi eleito vice-prefeito de São Paulo (1989-1992); membro do Diretório Nacional; Secretário de Relações Internacionais e Terceiro-Vice-Presidente da Executiva Nacional; Vice-Líder do governo na Câmara (1997-1998); Vice-Líder do PT, 2005-2006. Integrou o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul e o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina. Fundou e dirigiu o Centro Santo Dias de Direitos Humanos contra a violência policial. Atuou também como advogado do MST e seus líderes. É membro do Conselho Universitário da USP e atualmente trabalha como advogado em São Paulo.

Resumo da entrevista: Iniciou comentando que foi estudante de Direito da USP e conheceu Idibal Pivetta quando era representante dos alunos no Conselho Universitário. Lembra que na época achava as denúncias de tortura exageradas, mas um dia, porém, soube que Pivetta havia sido

preso e ofereceu ajuda a Airton Soares; relata que começou a fazer visitas aos presos na Casa de Detenção e saiu de lá revoltado, muito mobilizado com o que viu e foi pegando gosto por atuar na área. Conta que quando Idibal foi solto após de 67 dias na prisão, disse ao pai ter encontrado sua vocação. Observa que recebeu ajuda da Madre Cristina Sodré Doria, do Instituto Sedes Sapientiae, e deve muito do que é a ela. Menciona que, com o tempo, tornou-se sócio de Idibal e Airton. Lembra que 1975 foi um ano de muito trabalho e que começou a se destacar com o processo dos policiais militares acusados de pertencer ao Partido Comunista. Explica como se aproximou de Dom Paulo e da luta pela Anistia, e descreve o episódio da Chacina da Lapa; como foi procurado para defender Aldo Silva Arantes e Haroldo Lima; como conseguiu quebrar a incomunicabilidade dos presos e o encontro com o delegado Fleury. Diz que o caso da Lapa lhe deu muito respeito. Sobre a Auditoria descreve em detalhes os espaços e as unidades que funcionavam no prédio e ressalta a atitude corajosa dos presos nos julgamentos. Aponta as particularidades do processo dos metalúrgicos do ABC e do julgamento de Lula na Auditoria, lembra que foi o primeiro processo anulado no STM por pré-julgamento. Sobre o período de luta pela Anistia menciona o júri simulado e o enterro simbólico da Lei de Segurança no Teatro Municipal de São Paulo. Relata como surgiu a ideia do projeto Brasil: Nunca Mais e explica como obtiveram apoio para sua realização, menciona os principais colaboradores e as estratégias utilizadas para copiar e processar o material obtido. Após a Anistia, dedicou-se à política e participou da criação do PT. Sobre o futuro Memorial diz que deseja que dê certo e que contribua para que esses tempos terríveis não voltem jamais. Expressa sua preocupação com a conjuntura atual e os problemas que a área jurídica enfrenta. Lembra que os advogados têm função social e seus casos têm que ser antes de tudo uma causa. Termina fazendo menção às atuações emblemáticas de Sobral Pinto e Heleno Fragoso na defesa da democracia.

Data da entrevista: 2 de dezembro de 2016.

MARCELO AUGUSTO DINIZ CERQUEIRA

Nasceu no dia 6 de agosto de 1938, no Rio de Janeiro (RJ). Formou-se em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. Atuante no movimento estudantil, participou da fundação do Centro Popular de Cultura (CPC) e da revista *Movimento*. Vice-

-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964, por conta do golpe militar, exilou-se na Bolívia, depois Chile e Europa. Começou a exercer a advocacia em causa própria, fazendo sua defesa nos diversos processos a que respondeu. Destacou-se, entre 1968 e 1978, como defensor de mais de mil pessoas, acusadas com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) e em casos de “desaparecidos políticos”. Elegeu-se, em 1978, deputado federal pelo MDB-RJ e foi um dos fundadores do PMDB. Por causa de sua atuação firme e combativa foi vítima de dois atentados de extrema direita (1980/1981). Em 1985, foi nomeado consultor jurídico do Ministério da Justiça e atuou como principal articulador do PSB. Após breve passagem pelo PSDB, filiou-se ao PDT. Entre 1992 e 1993, foi Procurador-geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade). Em 1994, transferiu-se para o PPS. Em 1997, participou ativamente da campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Em abril de 2000 foi empossado na presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Resumo da entrevista: O entrevistado compartilhou memórias e reflexões sobre a sua experiência como advogado de presos e perseguidos políticos e também sobre sua atuação como deputado federal pelo Rio de Janeiro e em instituições importantes do campo jurídico. Inicia o testemunho contando que começou a advogar em causa própria, tendo sido indiciado em três IPMs e que só depois vieram outras causas. Ao longo da entrevista descreve as características dos principais advogados do grupo carioca e a dinâmica de defesa montada por eles nas Auditorias Militares e no STM, explicando sua estrutura e funcionamento. Ressalta que até a transferência da Justiça Federal para Brasília, os advogados do Rio eram muito procurados por colegas de outros Estados para acompanhar seus processos e que a camaradagem entre eles imperava nestes casos, sendo a recíproca verdadeira. Lembra que atuou na Auditoria em São Paulo no processo de Aldo Silva Arantes e que no dia do julgamento dividiu a defesa com Luiz Eduardo Greenhalgh. Observa ainda que além dos grandes desafios de advogar num período de exceção era preciso coragem, pois eram permanentemente ameaçados. Na sequência, relata os atentados que sofreu e suas prisões no exercício da advocacia. Como parlamentar destaca a participação na luta pela Anistia e as visitas que fez aos presídios com o senador Teotônio Vilella. Além disso, conta que participou do grupo que, com Ignez Etienne Romeu, revelou o centro clandestino de tortura e exter-

mínio Casa da Morte em Petrópolis (RJ). Sobre o projeto do Memorial da Luta pela Justiça entende a importância da iniciativa e expressa sua satisfação com a possibilidade dos advogados que atuaram no período darem sua contribuição. Lamenta apenas que Modesto da Silveira não tenha podido dar seu testemunho, para ele o mais importante advogado de presos políticos. Segundo explica, sua deferência para com o colega deve-se ao fato não só dele ter sido quem mais pessoas defendeu, mas à maneira obstinada e abnegada com que se dedicou à causa.

Data da entrevista: 1º de fevereiro de 2017.

MÁRCIA RAMOS DE SOUZA

Nasceu no dia 28 de outubro de 1947 na cidade de São Paulo (SP). Ingressou no curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1967 e ainda como aluna participou do movimento estudantil. Formou-se como advogada pela faculdade do Largo São Francisco, em 1971. Iniciou a carreira trabalhando em escritórios de advocacia imobiliária, atividade à qual se dedicou até meados de 1975. Neste mesmo ano, após convite de um amigo ingressou no escritório de Airton Soares, para cobrir as férias de Luiz Eduardo Greenhalgh. No entanto, acabou permanecendo no escritório até 1979. Durante este período atuou na defesa de diversos presos e perseguidos políticos dando suporte especial aos processos a cargo de Greenhalgh. Depois, seguiu carreira ingressando no Serviço Público do Estado de São Paulo tendo atuado no Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), órgão ligado à Secretaria de Estado de São Paulo e trabalhado como Procuradora do Estado concursada até se aposentar, em 1998. Foi ainda membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB SP em duas gestões distintas. A partir de 1998 trabalhou como assessora jurídica de diversas Secretarias de Estado, entre elas a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública. Hoje é aposentada e vive na cidade de São Paulo.

Resumo da entrevista: A entrevistada inicia o testemunho contando como começou a atuar na defesa de presos e desaparecidos políticos. Conta que estudou na Faculdade de Direito da USP, onde fez vários amigos, como resultado desta amizade manteve contato regular com os colegas. Relata que estava saindo de um escritório quando encontrou um amigo que atuava na área da Justiça Militar e este perguntou se ela poderia ficar em seu lugar durante suas férias. Dessa forma ingressou no escritório de Idibal

Pivetta em 1974, onde ficou até 1976. Sobre o dia a dia do trabalho lembra que no início acompanhava Luís Eduardo Greenhalgh em suas atividades, ia todos os dias na Auditoria acompanhar os processos e era responsável pela elaboração de pedidos de informação. Depois de quebrada a incomunicabilidade dos presos era responsável também pelos pedidos de visita e o acompanhamento dos processos. Menciona que o trabalho era exaustivo e que se precisava ter muita paciência, pois os policiais costumavam deixar os advogados esperando muito tempo para serem atendidos. Fala das diferenças e do perfil dos juizes de cada uma das três auditorias e descreve os espaços que ocupavam no prédio da Av. Brigadeiro Luis Antônio. Relata que viveu situações difíceis no período e que a mais trágica talvez tenha sido comunicar a morte de José Ferreira de Almeida para sua esposa. Conta-nos, também, como foi impactante acompanhar a saída do presídio de um militante que ficou preso por sete anos. Diz que independente de ideologia era difícil não ter afinidade com os clientes, pois eram todos em sua maioria jovens, idealistas e bem intencionados. Observa que as visitas aos presídios deixaram marcas, até hoje ouve barulhos de trancas e diz que o cheiro era insuportável. Na sequência, faz uma descrição bem estruturada de como funcionavam os julgamentos nas auditorias e menciona as etapas do rito. Ao final, fala da importância de registrar a memória do período e ressalta a relevância da iniciativa de criação do Memorial da Luta pela Justiça.

Data da entrevista: 9 de dezembro de 2016.

MARIA REGINA PASQUALE

Nasceu no dia 9 de outubro de 1944, na cidade de São Paulo (SP). Ingressou na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no início de 1964 e formou-se em 1968. Durante o curso participou ativamente do movimento estudantil, chegando a ser eleita vice-presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto. Começou a trabalhar como estagiária no escritório de Francisco Moraes Barros e Antônio Mercado Júnior, pai de um colega de faculdade. Iniciou sua atuação na defesa de presos políticos na Justiça Militar ainda como estudante em 1968, tendo atuado tanto nas Auditorias Militares de São Paulo e do Rio de Janeiro como no Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal no período de 1968 a 1979. Como advogada criminalista trabalhou no seu próprio escritório com Belisário dos Santos Júnior, Antônio Mercado Neto e Rosa

Maria Cardoso da Cunha. Por conta de suas atividades profissionais em defesa de presos e desaparecidos políticos, foi presa duas vezes e levada para a Operação Bandeirantes/DOI-Codi; em 1971 foi presa com mais sete outros advogados por causa de uma petição encaminhada aos juízes da 1ª e 2ª Auditorias reclamando das condições de prisão no Presídio Tiradentes, os quais foram defendidos no processo por Heleno Fragoso. Esta prisão gerou em 1972 um desagravo da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo. Atualmente é advogada em São Paulo.

Resumo da entrevista: Inicia contando que fez faculdade em meio a muita repressão no período de 1964 a 1968, mas que começou a advogar em defesa de presos políticos por acaso, quando o irmão da namorada de um colega do escritório onde era estagiária foi preso. Diz que depois começaram a aparecer outros casos. Observa que advogar na Auditoria Militar era muito diferente da atuação na área civil, o ambiente era tenso e havia muita pressão. Menciona que atuou nas duas Auditorias de São Paulo e acredita que as penas já vinham pré-definidas do DOI-Codi e outros órgãos de repressão. Na sequência, descreve em detalhes os dias de julgamento, o aparato para a chegada e saída dos presos e a dinâmica das audiências na Auditoria, destacando que na maior parte das vezes havia mais de um réu por processo. Fala sobre casos em que atuou sem mencionar o nome dos envolvidos e cita defesas de outros colegas. Conta que trabalhou no escritório de Rosa Cardoso e Belisário Santos Júnior e destaca a solidariedade e o companheirismo entre os advogados que atuavam na área, lembrando ainda a importância deles nas denúncias de tortura. Menciona que, por sua atuação na defesa dos presos políticos, foi presa duas vezes e teve o escritório arrombado. Emociona-se ao comentar que acabavam tendo uma relação muito próxima com os clientes, pois muitos como ela eram pessoas que tinham acabado de sair da faculdade, eram praticamente da mesma idade. Diz que sofreu muito, pois não foi fácil aceitar a morte e o desaparecimento de tantas pessoas em situações tão arbitrarias. Não sabe se fez muito ou pouco, mas diz que não se arrepende e sente ter cumprido o juramento que fez à Ordem na defesa do direito e da liberdade. Mesmo depois da Anistia continuou na área fazendo a adequação das penas e acompanhando a chegada de muitos exilados em Viracopos. Lembra que esteve na tomada cultural do prédio e que entrar lá foi emocionante. Espera que o projeto possa realmente mostrar o que se passou durante a ditadura para que as gerações de hoje saibam o que se aconteceu e não repitam o passado.

Data da entrevista: 8 de novembro de 2016.

MARIO DE PASSOS SIMAS

Nasceu em 12 de abril de 1934 na capital paulista. Formou-se no curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1958. Sua carreira como advogado teve início no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo, onde prestava assistência jurídica na área da justiça comum e trabalhista. Devido à sua atuação com os trabalhadores realizou seu primeiro processo de defesa de presos políticos em 1963, em parceria com o advogado e jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto, no caso dos Sargentos e Operários, em Quitaúna, município de Osasco. Durante a ditadura civil-militar, defendeu cerca de 250 clientes envolvidos em casos de crimes políticos, dentre os quais os professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, os freis dominicanos e o estudante Alexandre Vannucchi Leme. Além da atuação como advogado, ele foi um dos fundadores da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em 1972, e presidente do Centro de Defesa de Direitos Humanos Santo Dias. Seus colegas advogados consideram-no um patrono, por ter começado a carreira mais cedo que os outros e por sua ampla atuação com clientes provenientes de variados setores sociais e políticos. Mário Simas publicou o livro *Gritos de Justiça: Brasil 1963-1979*, um importante relato histórico do regime ditatorial brasileiro. Atualmente é aposentado e vive em São Paulo (SP).

Resumo da entrevista: O entrevistado começou compartilhando sobre o início de sua trajetória profissional em 1958 no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo, onde atuou na área da justiça comum do departamento jurídico. A atuação como advogado de presos políticos, por sua vez, teve início antes do golpe militar, em 1963, no caso da prisão do presidente e do vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e de membros do Partido Comunista Brasileiro, em Osasco (SP). Ao longo da entrevista, Mário Simas explanou sobre os instrumentos jurídicos da Justiça Militar durante a ditadura, como por exemplo o *habeas corpus*. Contudo, com o endurecimento do regime, mesmo esses mecanismos foram retirados dos advogados. Para ele, foi o momento em que os advogados saíram de uma posição estática e passaram a criar, ou seja, o momento apontou para a necessidade de uma “advocacia arte”. Nos julgamentos, destacou a importância da sustentação oral como forma de defesa. Também compartilhou suas memórias sobre a composição da Auditoria Militar de São Paulo e explanou a respeito de como ocorriam os processos na Justiça Militar. Além disso, destacou a

participação da Ordem dos Advogados de São Paulo, ao auxiliar advogados a favor da liberdade e justiça no período. Contou sobre a iniciativa da fundação da Comissão Justiça e Paz, em 1972, criada com o objetivo de fornecer assistência aos perseguidos políticos e familiares. Sobre o projeto do futuro Memorial da Luta pela Justiça mostrou-se apreensivo, embora tenha ressaltado a importância da preservação desse prédio histórico e da divulgação das memórias sobre o período da ditadura civil-militar, para que não se repita.

Data da entrevista: 14 de outubro de 2016.

PAULO DE TARSO VANNUCHI

Nasceu no dia 15 de maio de 1950 em São Joaquim da Barra (SP). cursou a Faculdade de Medicina da USP de 1969 a 1971, ingressou no movimento estudantil e foi secretário do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. Participou ativamente dos movimentos de esquerda durante o regime militar sendo preso pelo DOI-Codi/SP em 1971. Detido de 1971 a 1976, é um dos signatários do dossiê entregue à OAB em 1975 denunciando a tortura e assassinatos cometidos pela ditadura. Estudou jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da USP (1977-1980) e obteve o título de Mestre em Ciência Política (2001). Entre 1977 e 1985 trabalhou no Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, ministrou cursos para Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Operária. De 1980 a 1985 trabalhou na equipe do projeto Brasil: Nunca Mais, coordenada por Dom Evaristo Arns. Cofundador do Instituto Cajamar, assessor político do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do PT, trabalhou no Instituto Cidadania e nas campanhas de Lula à presidência em 1994 e 2002. De 2005 a 2010 foi Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Em 2014, foi empossado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Atualmente é diretor do Instituto Lula e atua como analista político da TVT e da Rádio Brasil Atual.

Resumo da entrevista: O entrevistado começa seu testemunho com breve análise do contexto de criação da ALN e seus princípios políticos, chamando atenção para a centralidade de Carlos Marighella no processo. Na sequência fala sobre o início de sua militância política em São João da

Barra e o ingresso no curso preparatório para o vestibular do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Explica que, ao entrar na Faculdade de Medicina, em 1969, passou a integrar o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz e em seguida a ALN. Em seguida, faz uma análise de conjuntura e aponta que a partir do Sequestro do Embaixador Americano o aparelho repressivo do Estado se fortaleceu no uso da tortura citando os casos dramáticos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Relata alguns episódios em que esteve envolvido, sua prisão em 1971 e menciona as torturas a que foi submetido no DOI-Codi e também no hospital do Cambuci. Observa que os seus primeiros advogados foram Airton Soares e Idibal Pivetta, mas que ao final foi defendido por Eny Raimundo Moreira. Ao falar da advogada descreve sua atuação na Auditoria Militar e cita sua importância como a idealizadora do Projeto Brasil: Nunca Mais. Sobre os 5 anos em que ficou preso conta que foi levado várias vezes para o Dops e que, por ter sido indiciado em dois processos, esteve várias vezes na Auditoria Militar. Narra ainda o dia a dia no presídio, o convívio com os padres dominicanos presos e a greve de fome de 1972. Conta que saiu da prisão em 1976 e que em 1980 foi convidado para trabalhar no núcleo do projeto BNM. Explica o método de trabalho adotado e menciona as principais pessoas envolvidas no projeto. Descreve também o papel da Comissão de Justiça e Paz e de Dom Paulo Evaristo Arns no processo. Sobre suas expectativas para o novo Memorial diz que este deve ampliar a compreensão que se tem do período, mostrando os diversos segmentos sociais atingidos pela repressão e reforçar o compromisso de não repetição aliando-se às diretrizes internacionais da Justiça de Transição.

Data da entrevista: 29 de março de 2017.

ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA

Nasceu no dia 13 de dezembro de 1946, em Recife (PE). Graduada em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969, mestre em direito penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e curso de doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro. Advogada criminalista, especializou-se na defesa de crimes políticos, com intensa atuação no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, onde trabalhou, especialmente, no Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Atuou em defesa de muitos presos políticos no período da ditadura civil-

-militar. Posteriormente passou a desenvolver atividades em todos os campos da advocacia criminal, com maior destaque para os delitos previstos em legislação especial (crimes contra o meio ambiente, contra o mercado financeiro, contra a ordem tributária e a economia popular, contra o consumidor etc.). Professora de diversas universidades no Brasil e no exterior (1975-2012). Foi Subsecretária de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1991-1994) e integrou o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 1999 a 2002. Foi membro da Comissão Nacional da Verdade (CNV) desde sua instalação, em 16 de maio de 2012, até o encerramento de suas atividades, tendo assumido a coordenação geral no período de maio a agosto de 2013. Foi presidente da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (2014/2015). É autora também de diversos livros jurídicos e sobre política.

Resumo da entrevista: A entrevistada conta que começou a atuar na defesa de presos políticos ainda estudante da Faculdade Nacional de Direito e que foi trabalhar no escritório de Modesto da Silveira, pois entendeu que ali poderia fazer um trabalho bem amplo, uma vez que, como diz, lá era a primeira porta em que as pessoas batiam. Com Modesto chegou a atender sindicatos com 30, 50 clientes. Ao descrever sua rotina, destaca que não tinha horário, era muito trabalho. Sobre os honorários revela que em geral os advogados dos presos políticos não cobravam, salienta que esta era uma advocacia emergencial, não era para ganhar dinheiro. Sobre sua transferência para São Paulo, relata que trabalhou no escritório de Aldo Lins e Silva e atuou na 1ª e 2ª Auditoria Militar. Ao descrever as etapas do processo e julgamento, aponta que os dias de interrogatório se caracterizavam como dias de acusação do regime em que os presos denunciavam que haviam sido torturados, “eram dias em que a verdade vencia o medo”. Outro dia que tinha este sentido era o do julgamento, então eram os advogados que denunciavam, porém aí era mais perigoso. Lembra com detalhes diversos casos de organizações e pessoas que defendeu. Observa que trabalhar na CNV e na CVRJ levou-a a reconsiderar a importância de falar sobre o período, entendendo que este é antes de tudo um compromisso com as vítimas. Ao mencionar suas expectativas para o futuro Memorial diz que fica feliz que as lutas por memória, verdade e justiça estejam desembocando em projetos como este. Sobre o material a ser exibido observa que o mais importante nos processos eram as denúncias dos presos, uma vez que os advogados não deixavam escritas suas defesas, pois estes documentos eram lidos pelos órgãos que segurança. Ressalta que acha impor-

tante apresentar as peças de acusação que evidenciam o furor acusatório desmedido do regime militar. Diz ainda que é uma oportunidade de ouvir os testemunhos dos colegas e recuperar a memória de um momento muito significativo da história do país.

Data da entrevista: 3 de fevereiro de 2017.

TALES OSCAR CASTELO BRANCO

Nasceu no dia 22 de agosto de 1935, em Fortaleza (CE). Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1961. Atuou como advogado criminalista em prol de diversos presos políticos durante a ditadura civil-militar. Entre os mais de 50 acusados que defendeu estavam o diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, a arquiteta Lina Bo Bardi e o engenheiro civil Ricardo Zarattini Filho. A partir de 1990, voltou sua atuação profissional para as novas leis relacionadas ao combate dos chamados “crimes econômicos” (Código de Defesa do Consumidor, Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, a Ordem Econômica e as Relações de Consumo, Lei de Lavagem de Dinheiro etc.). Foi diretor do Departamento de Cultura (1968-1978) e Conselheiro Estadual da OAB SP por quatro mandatos (1979-1981; 1981-1983; 1983-1985; 1985-1987); atuou, também, como conselheiro federal da OAB, por indicação do Conselho Seccional da OAB SP (1988-1989; 1990-1991), sendo vice-presidente nacional do Conselho Federal da OAB (1990-1991) e presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp) (2004-2006). Foi professor da Escola Superior de Advocacia da OAB SP, na área de Direito Penal e Processo Penal (1998-2000), presidente do Conselho Curador da Escola Superior de Advocacia da OAB SP (1999-2001; 2001-2003). É sócio do escritório Castelo Branco Advogados Associados, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e autor dos livros *Da prisão em flagrante, Teoria e prática dos recursos criminais* e *Memorabilia*, além de inúmeros artigos jurídicos e várias separatas de arrazoados forenses.

Resumo da entrevista: O entrevistado atribui sua atuação na defesa de presos e perseguidos políticos à ligação com dissidentes do Partido Comunista Brasileiro que conheceu por intermédio de seu irmão, o arquiteto Bernardo Castelo Branco. Conta que ficou muito próximo a estes políticos e que estabeleceu uma grande amizade, dentre outros, com José Maria Crispim, de quem guarda boas lembranças. Iniciou carreira como advogado criminalista e já tinha adquirido certo prestígio quando começou a ad-

vogar em defesa de perseguidos políticos, ao todo foram aproximadamente 100 casos defendidos na Primeira e Segunda Auditorias Militares. Ao longo da entrevista, relembra os casos mais emblemáticos e revela detalhes de alguns processos, tais como os de José Celso Martinez Correa, Ricardo Zarattini, Lina Bo Bardi e Antônio Carlos Fon, através dos quais evidencia as soluções encontradas para garantir a liberdade e preservar a vida de seus clientes. Observa que era muito difícil advogar no período e que foi necessário desenvolver diversas estratégias para driblar os limites impostos pelo regime militar. Aponta ainda como, estudando os autos e examinando as provas, conseguia-se desconstruir evidências e derrubar provas forjadas. Conta que não foi pessoalmente atingido pela repressão e que de uma forma paradoxal sentia-se protegido por ser advogado da União Cultural Brasil Rússia. Sobre sua extensa atuação nos órgãos de classe e na OAB SP, conta que, em seu primeiro mandato (1978), foi responsável por parecer sobre redução das penas de presos políticos em casos de banimento e que Técio Lins e Silva, da OAB-RJ, também teria se pronunciado favorável sobre o assunto. Sobre suas expectativas em relação ao Memorial da Luta pela Justiça revela que ficou feliz em ver que o projeto que parecia impossível está se concretizando e reforçou a importância de iniciativas como esta. Sobre os processos a serem expostos, diz que se ressentia de não ter guardado os arquivos do período.

Data da entrevista: 12 de dezembro de 2016.

TÉCIO LINS E SILVA

Nasceu em 16 de junho de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1968. Mestre em Direito Penal e doutor em Direito Político pela UFRJ. Membro de uma família de importantes juristas, tornou-se herdeiro do escritório criado, na década de 1930, pelos irmãos Raul, Evandro e Haroldo Lins e Silva. Advogado criminal, defendeu inúmeros presos políticos durante o período ditatorial, estreando no STM em maio de 1968, antes de formado. Militante na advocacia contenciosa perante a Justiça Comum (estadual e federal), na primeira e segunda instâncias (Tribunais de Justiça dos Estados e Regionais Federais), nas Auditorias da Justiça Militar e no Superior Tribunal Militar (STM), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Fez o seu primeiro júri no Rio de Janeiro, em 1975, ainda estudante. Membro do Conselho Nacional de Justiça (2007-2010), da

Comissão de Juristas para a Reforma do Código Penal (2011), do Conselho Diretor do Cesa (2012-2015), do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2013), da Comissão do Senado para a reforma da Lei de Execução Penal (2013). Foi conselheiro da OAB/RJ e do Conselho Federal (1975-1981, 1983-1985, 2007-2010); vice-presidente da OAB/RJ (1987); presidente do Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) (1985-1987), Secretário de Estado de Justiça e Procurador-Geral da Defensoria Pública do Estado do RJ (1987-1990), Secretário adjunto da Federação Interamericana de Advogados (FIA) (1993-1994), membro da União Internacional de Advogados (UIA) e da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP). Fundador da Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim). É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e seu presidente, nas gestões de 2014/2018.

Resumo da entrevista: O entrevistado conta que, como estudante da Faculdade Nacional de Direito, participou da resistência ao golpe em 1964. Membro de uma família de eminentes juristas conta que amigos e colegas o procuravam para serem defendidos por seu pai, o advogado Álvaro Lins e Silva. Lembra que estreou no Tribunal Superior Militar em 1968 logo após a morte do pai. Explica que, como o Tribunal Superior Militar ficou no Rio de Janeiro até 1973, representou advogados do Brasil inteiro, dentre eles vários advogados paulistas. Ao longo da entrevista, ao citar casos em que atuou, expõe aspectos do trabalho do advogado criminal e do funcionamento da Justiça Militar fazendo paralelos com a situação vivida no presente e apontando alguns paradoxos do exercício da profissão durante a ditadura militar.

Ressalta os valores que moviam os advogados que atuaram durante o período e observa que nestas causas eles não cobravam; era, como se refere, uma advocacia cívica. Sobre sua atuação em São Paulo menciona que conheceu o prédio das Auditorias Militares e cita outros advogados cariocas que advogaram lá. Ao falar sobre sua experiência, relata as condições em que se davam as audiências e descreve o funcionamento dos Conselhos de Justiça, apontando os desafios e estratégias usadas em suas defesas. Ressalta o papel que tiveram os familiares, em especial, as mães dos presos políticos, diz que elas ajudaram muito. Menciona ainda a atuação da OAB durante a ditadura destacando a importância da gestão de Raimundo Faoro. Sobre as expectativas para o futuro Memorial diz que gostaria que ele servisse como símbolo, como exemplo para que não se repitam os erros do passado. Afinal, como aponta, esta foi uma fase de glória da advocacia cri-

minimal e deve ser valorizada. Na sequência, faz uma digressão e observa que a imagem de Cristo nos tribunais não deve ser vista como uma imagem religiosa, mas como imagem do mais grave erro judiciário que a história nos legou, e lembra os perigos de um julgamento sem direito de defesa.

Data da entrevista: 3 de fevereiro de 2017.

VIRGILIO EGYDIO LOPES ENEI

Nasceu em 1º de agosto de 1944, no município de Itapetininga, interior do Estado de São Paulo. Com o auxílio da família, em 1951, mudou-se para a capital paulista para estudar na Escola Caetano de Campos e depois para cursar Direito na Universidade de São Paulo. No segundo ano da graduação, começou a defender presos e perseguidos políticos no escritório de Aldo Lins e Silva. Entre os anos de 1965 e 1977, atuou nas Auditorias Militares de São Paulo e também advogou em outros Estados como Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. Em seu ofício, defendeu casos como o de Dilma Rousseff, Carlos Franklin Paixão de Araújo e Luís Carlos Prestes, Aylton Adalberto Mortatti, Fernando Casadei Salles e Silvino Alves de Carvalho. Contudo, privilegiou a defesa de exilados, mortos e desaparecidos políticos. Durante o exercício da sua função em meio à ditadura civil-militar, foi preso 11 vezes. Seu último grande caso na defesa de presos políticos foi o do Partido Comunista do Brasil. Posteriormente, passou a atuar em processos menores. Em 2015, foi testemunha de acusação na denúncia do Ministério Público Federal contra o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em relação ao sequestro de Edgard de Aquino Duarte. Atualmente possui escritório próprio e reside em São Paulo, capital.

Resumo da entrevista: O entrevistado iniciou contando lembranças da faculdade e recordando de colegas com quem estudou, como José Dirceu e Iara Iavelberg. A trajetória como advogado de presos políticos começou no escritório do doutor Aldo Lins e Silva, local procurado por muitos familiares e amigos de presos e perseguidos pela ditadura civil-militar. Ao longo da entrevista, Virgílio Enei destacou o *habeas corpus*, os mandatos de segurança e as comunicações ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto recursos padrões para tentar quebrar a incomunicabilidade de seus clientes. Trouxe informações sobre os julgamentos e o funcionamento das Auditorias Militares em São Paulo, além de mencionar o trabalho realizado nos julgamentos de militantes desaparecidos. Contou ainda que foi preso pelo aparato repressivo 11 vezes e, sem advogado de defesa, realizou to-

dos os trâmites jurídicos para solicitar a própria soltura. Segundo ele, o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil teria chegado somente no final da ditadura, quando houve uma sessão solene de desagravo aos advogados. Contudo, ressalta a solidariedade entre os escritórios de advocacia do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por fim, refletiu sobre o papel dos advogados no período dos governos militares, cuja importância se deu ao divulgar os casos de maus-tratos, torturas e desaparecimentos. Sobre o projeto do futuro Memorial da Luta pela Justiça, revelou não possuir grandes expectativas, mas afirmou a importância do trabalho de preservação dessas memórias.

Data da entrevista: 28 de outubro de 2016.

Lista das entrevistas realizadas e como citar

ARANTES, Aldo Silva. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Caroline Grassi. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 21/02/2017.

BRANCO, Tales Oscar Castelo. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 12/12/2016.

CERQUEIRA, Marcelo Augusto Diniz. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, Rio de Janeiro, 01/02/2017.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, Rio de Janeiro, 03/02/2017.

DIAS, José Carlos. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 02/12/2016.

ENEI, Virgílio Egydio Lopes. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeir-

ro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 28/10/2016.

FUNARI FILHO, Antonio. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 14/02/2017.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 02/12/2016.

LEME, Heládio José de Campos. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Bernardo do Campo, 10/02/2017.

MELLO, Iberê Zeferino Bandeira de. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 09/12/2016.

MOREIRA, Eny Raimundo. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 14/10/2016.

PASQUALE, Maria Regina. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 08/11/2016.

PIVETTA, Idibal Mathos Gomes de Almeida. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Paula Ribeiro Salles e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 30/03/2017.

SANTOS Jr., Belisário dos. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 08/11/2016.

SCAVONE, Artur Machado. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Bernardo do Campo, 07/02/2017.

SILVA, Técio Lins e. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, Rio de Janeiro, 03/02/2017.

SIMAS, Mário de Passos. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 14/10/2016.

SOARES, Airton Estevens. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção de Implantação do Memorial.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 12/12/2016.

SOUZA, Márcia Ramos de. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Ana Paula Brito e Paula Ribeiro Salles. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Paulo, 09/12/2016.

VANNUCHI, Paulo de Tarso. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Oswaldo dos Santos Júnior e Ana Paula Brito. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, São Bernardo do Campo, 29/03/2017.

III. Acervo documental – levantamento de acervos sobre o período

Levantamento de fontes históricas e mapeamento de arquivos da Justiça Militar durante a Ditadura

A Justiça Militar, estabelecida desde meados do século XIX, é o órgão federal que apura os crimes cometidos por militares, porém durante a ditadura civil militar (1965-1985) também apurou civis acusados de crimes políticos. Assim, o governo transferiu, a partir de 1965, a tramitação dos processos de crimes políticos da justiça comum para a justiça militar, a fim de centralizar a sua vigilância e controle sobre os opositores ao regime.

No campo da luta pelos direitos humanos e da pesquisa histórica sobre o período militar um tema muito debatido e reivindicado por grupos da sociedade civil é a abertura dos arquivos do Estado, principalmente os das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). No caso específico dos arquivos da Justiça Militar da União (JMU) a pesquisa ora apresentada encontrou acesso público aos documentos do período militar. Eles estão localizados nas Auditorias Militares de São Paulo e do Superior Tribunal Militar (STM). Será relatado brevemente como foi a chegada a estes arquivos e sobre os documentos do período militar ali encontrados. Durante este percurso se percebeu que, por um lado, há um grande desconhecimento a respeito destes acervos e, por outro lado, um mito de que são inacessíveis. Hoje, os arquivos originais dos processos julgados nas Auditorias Militares de São Paulo durante o período ditatorial, e especialmente os de crimes políticos, estão localizados em sua maioria no arquivo do STM em Brasília. Isto porque ao recorrer das decisões da 1ª instância da Justiça Militar, os processos completos eram enviados para novo julgamento pela 2ª instância, e lá eram arquivados até o ano de 1980. Nesse ano, a responsabilidade de guarda passou para as Auditorias Militares espalhadas por todo o Brasil, que recolhiam os processos após a decisão da 2ª instância. Por isso os processos de crimes

políticos do período de 1980 a 1985 ocorridos no Estado de São Paulo estão no arquivo da Auditoria de São Paulo.¹

No caso deste acervo, identificamos que as condições de preservação e conservação dos documentos são inadequadas e não há um funcionário especializado, e é importante destacar que o arquivo do STM é um órgão dentro do Departamento de Documentação e Divulgação do STM instituído e em execução, destinado à preservação e à divulgação do seu acervo. Já o arquivo da Auditoria de São Paulo é o local de depósito dos processos, e não um órgão oficial.

Um dado relevante, disponibilizado pelo Arquivo do STM, é que no período compreendido entre o ano de 2001 e junho de 2017 foram feitos atendimentos a 8.453 cidadãos brasileiros.²

Atualmente, nas Auditorias Militares de São Paulo,³ estão guardadas séries de livros administrativos do período estudado, bastante relevantes para a pesquisa histórica e que já foram utilizados como prova para reparação de ex-presos políticos no que tange às leis de anistia, segundo relatos da administradora de foro. São livros de tomo de processos ordinários, livros de sentenças, rol de condenados, registro de inquéritos, dentre outros, material muito importante para compreender esse período histórico. Um livro, em especial, foi fonte primordial a pesquisa realizada, o livro *Relação de processos de acusados incursos na Lei de Segurança Nacional (1967-1979)*, que possui o detalhamento dos resultados dos julgamentos na primeira instância (Auditoria Militar) e nas duas instâncias de recursos (STM e STF), além de observações relevantes de atos judiciais tramitados.⁴ Além desse material encontrado nas Auditorias de São Paulo, os processos judiciais de crimes políticos instaurados pela Justiça Militar existentes no STM são peças documentais mestras para o acervo patrimonial do futuro Memorial da Luta pela Justiça, pois

¹ O provimento n. 12/79, de 29 de novembro de 1979, complementado pelo provimento n. 18/80, ambos assinados pelo presidente do Superior Tribunal Militar, oficializam a descentralização do arquivamento dos processos da JMU e a competência da primeira instância a sua guarda.

² Informação disponibilizada por e-mail em 22/6/2017, por Alexandre Guimarães, supervisor II da Seção de Arquivos do STM.

³ A partir do ano de 1993, na 2ª CJM existem somente a 1ª e 2ª Auditoria Militar em São Paulo. Seu acervo está localizado na Rua Cásper Libero, centro da capital de São Paulo, para onde mudaram em 2011 deixando o prédio que abrigará o MLPJ. Neste prédio há uma sala climatizada onde estão guardados os documentos das três auditorias do período militar. O arquivo da 3ª Auditoria está sob a responsabilidade e guarda da 3ª Auditoria.

⁴ O trabalho com estas fontes será apresentado em outro texto deste mesmo livro-relatório.

abranquem o período de maior movimentação na JMU no julgamento de crimes políticos (1965-1980).

De uma forma geral, o processo judicial começa quando o juiz recebe a denúncia de um crime e termina no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível. Os processos de crimes políticos que tramitaram (ou foram julgados) na JMU também ocorrem desse modo. A primeira instância é formada pelas Auditorias, cabendo recurso ao STM e, em casos de violação da Constituição, também ao Supremo Tribunal Federal (STF), havendo uma etapa preliminar de Inquérito Policial Militar (IPM), em que os organismos da polícia civil ou dependências militares realizam a investigação do crime e, ao finalizá-la, apresentam ao Ministério Público um relatório final. Este, por sua vez, pode oferecer a denúncia ao juiz auditor que pode receber a denúncia e dar continuidade ao processo ou arquivar o IPM. A denúncia também pode ser rejeitada pelo juiz. Sendo aceita, inicia-se o processo judicial propriamente dito.

Dessa maneira, nos casos de crimes políticos cometidos por civis durante a ditadura, a Justiça Militar entra em ação depois da fase do IPM, escritos em grande parte nos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) espalhados pelo Estado de São Paulo. Assim sendo, nem todos os presos políticos, desaparecidos e mortos durante a ditadura se tornaram réus nas Auditorias Militares. Somente aqueles que foram denunciados pelo MP e cuja denúncia foi aceita pelos juízes auditores.

Além dos arquivos da JMU, os acervos potenciais que devem enriquecer o projeto de implantação do MLPJ, assim como seu Centro de Referência, são os arquivos pessoais de advogados que têm um caráter específico e podem revelar importantes nexos entre advogados, presos políticos, sociedade civil e Justiça Militar durante o período. Ainda vale citar os arquivos de outras entidades que lutaram por justiça durante o período, como a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil. Além dos registros oficiais nos arquivos públicos (Arquivo Nacional – em especial, os arquivos do SNI gerenciados pelo Programa Memórias Reveladas –, e Arquivo do Estado de São Paulo – e sua vasta documentação do Dops/SP).

Para o projeto do MLPJ já é imprescindível o acervo do Projeto Brasil: Nunca Mais, recentemente atualizado pelo MPF no Projeto Brasil: Nunca Mais Digital, que certamente lavraram o testamento dos crimes de lesa-humanidade praticados durante a Ditadura.

Todos esses acervos têm servido como prova para a reparação das vítimas de tantos outros abusos exercidos pelo Estado durante a ditadura:

como as perseguições e prisões políticas e as consequências por elas trazidas para civis que se opunham ao regime imposto. Para além desta utilização, esses arquivos são fonte inesgotável para pesquisa histórica e cultural, trazendo novas problemáticas e conhecimentos em diversas áreas como direito, ciências sociais, arquivologia, literatura, dentre outras.

Na consulta realizada aos arquivos da JMU, em especial, os arquivos da Auditoria Militar, percebemos que a guarda desses documentos foi garantida desde os anos de chumbo, porém, a preservação e divulgação ainda estão em risco. Felizmente grande parte deste acervo está preservada e a ele é dado acesso público. Apesar disso, não estão em condições ideais de pesquisa e as garantias de sua preservação permanente ainda são frágeis, por isso, a validade de sua divulgação.

Brasil: Nunca Mais. Do papel ao digital

Marlon Alberto Weicher¹

Ainda durante a ditadura militar, mais precisamente em 1979, um projeto ambicioso foi iniciado: obter – a partir do acervo de processos judiciais que tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília –, informações e evidências de violações aos direitos humanos praticadas por agentes do aparato repressivo do Estado. Pretendia-se, ainda, evitar o possível desaparecimento desses documentos durante o processo de redemocratização, tal como ocorrera na ditadura Vargas.

Os mentores do projeto – em especial a advogada Eny Raimundo Moreira – perceberam que os processos relacionados a presos políticos poderiam ser reproduzidos, aproveitando-se do prazo de 24 horas facultado pelo Tribunal para a custódia provisória de autos. Nesses processos, parcela considerável dos acusados havia denunciado perante as Auditorias Militares que haviam sido vítimas de tortura, inclusive descrevendo detalhes das práticas, assim como locais e responsáveis. Em função da militância jurídica dos advogados dos presos políticos, muitos juízes terminavam por permitir o registro da notícia da tortura nas transcrições dos depoimentos, ainda que não levassem as denúncias em consideração. Era especialmente esse acervo de informações que se buscava, pois eram documentos oficiais (processos judiciais) que continham registros das violações aos direitos humanos. E, ademais, por serem documentos oficiais de investigação, traziam muitos nomes das autoridades que atuavam pelo aparato repressor.

¹ Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto. Procurador Regional da República. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Coordenador do projeto Brasil: Nunca Mais Digital, pelo Ministério Público Federal. Coordenador do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Membro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Integra o Conselho de Orientação Cultural do Memorial da Resistência de São Paulo.

A ideia foi levada ao Reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana e, em seguida, ao Cardeal da Igreja Católica, Dom Paulo Evaristo Arns, que a acolheram e resolveram coordenar as atividades a partir de São Paulo. Os recursos financeiros necessários foram solicitados e obtidos com o secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas-CMI, Philip Potter, com o auxílio de Charles Roy Harper Jr., pastor e membro daquela entidade.

Com a chegada dos fundos ao Brasil, no início de 1980, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas – advogado em Brasília – montou uma pequena empresa próxima ao Superior Tribunal Militar, cuja atividade era prestar serviços de cópias. Não sabiam os funcionários que se tratava de uma empresa de fachada, que tinha o real propósito de fazer as cópias dos processos dos presos políticos. Os advogados participantes do projeto, sobretudo o próprio Seixas, retiravam, assim, os processos da Corte Militar, para exame fora do cartório, e os entregavam à equipe de cópias.²

O material produzido era, então, remetido a São Paulo. Surgiu, nesse momento, a preocupação com a apreensão do material pela repressão. E, de fato, durante os trabalhos, em três ocasiões houve receio de invasão dos locais de análise e guarda dos documentos pelas forças policiais e militares, o que obrigou as equipes a alterarem seus esconderijos, conforme relatou Luiz Eduardo Greenhalgh,³ a quem coube coordenar essa atividade.

Diante desse temor de apreensão do acervo e dos recursos tecnológicos existentes à época, decidiu-se que todas as cópias dos autos judiciais seriam microfilmadas. Os 543 rolos resultantes desse processo foram remetidos à sede do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, na Suíça.

Aproximadamente após seis anos de trabalho em sigilo a tarefa foi finalizada. A reprodução dos 710 processos judiciais consultados totalizou mais de 800 mil cópias em papel. A partir do exame desse material e da sistematização de informações foi produzido um documento-mãe, denominado Projeto A, com 6.891 páginas divididas em 12 volumes. A equipe de análise produziu 123 quadros com a consolidação de dados, tais como (i) quantos presos passaram pelos tribunais militares, (ii) quantos foram formalmente acusados, (iii) quantas pessoas declararam ter sido torturadas, (iv) quantas pessoas desapareceram, (v) quais eram as modalidades de tortura mais praticadas, (vi) quais eram os centros de detenção, (vii)

² Depoimento disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/videos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

³ *Idem*.

quais eram as organizações de esquerda que combatiam o regime, (viii) quem eram os médicos que davam plantão junto aos porões e (ix) quais os funcionários identificados pelos presos políticos.

Considerando a dificuldade de leitura e até de manuseio desse trabalho, foi idealizado por Dom Paulo o Projeto B, um livro que resumisse o Projeto A em um espaço 95% menor. Para operacionalizar a tarefa, foram escolhidos os jornalistas Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), auxiliados por Paulo de Tarso Vannuchi, que já coordenara o trabalho de sistematização das informações.⁴

A Editora Vozes (vinculada à Igreja Católica) aceitou publicá-lo. Assim, em 15 de julho de 1985, quatro meses após o fim do último governo militar, foi lançado o livro *Brasil: Nunca Mais*. A publicação da obra mereceu destaque na imprensa nacional e internacional e o livro foi reimpresso vinte vezes somente nos seus dois primeiros anos de vida. Tornou-se um *best seller*, permanecendo na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas e assumindo – à época – a posição de livro de não ficção brasileiro mais vendido em todos os tempos.

O BNM é até hoje considerado a maior iniciativa da sociedade civil no Brasil em prol dos direitos à memória, verdade e justiça, tendo permitido, ao longo destes anos, reconstituir parte da história das violações dos direitos humanos durante o regime militar. Sua publicação foi também transformadora, pois impactou novas gerações com o valor fundamental do respeito à dignidade da pessoa humana. No campo político, impulsionou a ratificação pelo Brasil da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e influenciou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, sobretudo quando esta define a tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Sob o temor de possível censura ao conteúdo da obra, houve a iniciativa de publicar uma versão do livro no exterior. Um ano depois de seu lançamento no mercado nacional, chegou às livrarias dos Estados Unidos a publicação “Torture in Brazil”, editada pela Random House, uma das maiores editoras daquele país.

Dom Paulo decidiu doar toda a documentação do projeto a fim de torná-la pública. O conteúdo foi oferecido, inicialmente, à Pontifícia Uni-

⁴ Depoimento disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/videos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

versidade Católica de São Paulo e à Universidade de São Paulo, as quais declinaram do convite. Ofertado, então, à Universidade Estadual de Campinas, a instituição aceitou o acervo, com a promessa de disponibilizar amplamente o material para consulta e permitir sua reprodução.

Assim, tanto o Projeto A quanto as cópias integrais dos 710 processos foram transferidos ao Arquivo Edgard Leuenroth, vinculado à Faculdade Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). A memória, portanto, estaria preservada.

Dom Paulo também determinou que fossem efetuadas 25 cópias do Projeto A e encadernadas em capa dura. Foram doadas 14 cópias para universidades, bibliotecas e centros de documentação de entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e ofertadas 11 cópias para instituições estrangeiras.

Os rolos originais de microfimes foram enviados pelo Conselho Mundial de Igrejas ao Latin American Microform Project (Lamp), mantido no Center for Research Libraries (CRL), consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas independentes, sediado em Chicago, Estados Unidos da América. O Lamp é um projeto de manutenção e preservação de coleções de microfimes latino-americanos raros e de relevância histórica.

Em 2005, o Centro de Referência Virtual Brasil: Nunca Mais do Armazém Memória⁵ disponibilizou na internet cópia digital da íntegra do Projeto A, em iniciativa financiada pela Finep (Ministério da Ciência e da Tecnologia) e realizada em parceria com o Instituto Paulo Freire.

Era preciso, porém, trazer todo o acervo do BNM para a era virtual, não só para facilitar a pesquisa, como também para permitir às novas gerações acesso a essa história de coragem e de dedicação aos direitos humanos. Surgiu, pois, o Brasil: Nunca Mais Digital, uma iniciativa do Ministério Público Federal, do Armazém Memória e do Arquivo Público do Estado de São Paulo e que reuniu, ao final, outras doze instituições.⁶

⁵ Vide <<http://www.armazemmemoria.com.br>>.

⁶ Instituto de Políticas Relacionais; Conselho Mundial de Igreja; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Center for Research Libraries/Latin American Microform Project; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas; Rubens Naves, Santos Júnior, Hesketh – Escritórios Associados de Advocacia; Comissão Nacional da Verdade; Universidade Metodista de São Paulo; Brown University e Rede Latino-Americana para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas.

Iniciado em 2011, o primeiro passo foi repatriar o acervo de microfímes que estava no exterior. Com a colaboração do CRL, foi feita uma cópia integral dos originais, entregue ao Ministério Público Federal. Da mesma forma, o Conselho Mundial de Igrejas cedeu uma reprodução de todos os seus arquivos sobre o BNM, num conjunto de 80 pastas de documentos.

Esse material foi digitalizado, examinado, organizado, classificado, digitalmente tratado e indexado, por uma equipe de mais de cem colaboradores, resultando no sítio de internet lançado em 9 de agosto de 2013 (bnmdigital.mpf.mp.br), com 848 mil imagens, além de vídeos, fotos e informações sobre o BNM.

O BNM Digital, portanto, readéqua para a linguagem do século XXI e o contexto de suas ferramentas tecnológicas o histórico *Brasil: Nunca Mais* e, com isso, renova as possibilidades da sociedade brasileira refletir sobre o valor da informação e a força da verdade.

O *Brasil: Nunca Mais* tem e transmite a energia da afirmação dos direitos humanos, especialmente em favor do combate e prevenção da tortura, assim como da verdade e da justiça. Inspirados pelos exemplos de Dom Paulo Evaristo Arns, Jaime Wright e de toda a equipe de trabalho dos anos 1980 é um dever e uma honra ajudar – com a criação do sítio BNM Digital – a cumprir o que foi requerido na apresentação do livro: “Que ninguém termine a leitura desse livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas”.⁷

⁷ Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*, 37ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 27.

Pesquisa nos arquivos do projeto Brasil: Nunca Mais e da Justiça Militar da União

O projeto de expografia do futuro Memorial da Luta pela Justiça prevê que o percurso de entrada na instituição seja feito com uma imersão no enfoque temático do Memorial, através da projeção dos nomes de réus e advogados na parede lateral do prédio. Para atender essa demanda, foi realizado um levantamento das fontes disponíveis e foi considerado como primordial a pesquisa nos processos de crimes políticos tramitados na Justiça Militar de São Paulo durante o período ditatorial.

Nesse sentido, o Projeto Brasil: Nunca Mais foi a principal fonte de consulta para a seleção dos processos necessários para a pesquisa que resultou na lista preliminar de nomes dos réus e advogados. Através dos dados disponíveis no relatório “A Pesquisa BNM – os instrumentos de pesquisa e a fonte”¹ e dos dados dos Sumários, produzidos pelo Ministério Público Federal no BNM Digital², chegamos ao total de 216 processos do Estado de São Paulo.³

Para compilar os nomes de réus e advogados, três fontes foram examinadas, a saber: os sumários e os processos disponíveis no BNM Digital, os

¹ Arquidiocese de São Paulo. Projeto Brasil: Nunca Mais, t. II, v. 1. A pesquisa BNM – os instrumentos de pesquisa e a fonte, 1985. 422p. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL>, Acesso em: 30 jun. 2017.

² Brasil: Nunca Mais Digital. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumario>> Acesso em: 28 nov. 2016.

³ A seleção de processos no Projeto Brasil: Nunca Mais foi, em sua maioria, baseada nos acórdãos da Justiça Militar transcritos em seus diários oficiais (Diário Oficial do Estado da Guanabara até 1973 e, depois, Diário da Justiça, quando da mudança do STM para Brasília). Importante observar que o recorte temporal do BNM não alcança todo o período militar. Vai de 1964 a 1980. Para saber mais, consultar: Arquidiocese de São Paulo. Projeto Brasil: Nunca Mais, t. II, v. 1. A pesquisa BNM – os instrumentos de pesquisa e a fonte, 1985. 422p. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL> Acesso em: 30 jun. 2017.

livros de registro (tombo de processos, rol de condenados, sentenças) das Auditorias Militares de São Paulo e alguns processos originais existentes no Arquivo do Superior Tribunal Militar (STM).

É importante ressaltar que o recorte estabelecido por esta pesquisa considerou que todos os denunciados pelo Ministério Público Militar aos juízes auditores tornaram-se réus nestes tribunais. Excetuando-se as denúncias que não foram aceitas pelos juízes, casos raríssimos no contexto estudado. Em relação aos advogados, foram considerados todos aqueles que defenderam os réus nos processos de crimes políticos originários nas Auditorias Militares de São Paulo, considerando-se todas as fases dos processos e qualquer grau de envolvimento no trabalho de defesa perante os tribunais da Justiça Militar da União.

Ampliando a demanda, foram compiladas outras informações dos processos em uma preliminar base de dados. O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre eles para subsidiar outras análises possíveis, que podem ser oportunamente desenvolvidas pelo projeto museológico.

Seleção dos processos e base de dados

Partindo do quadro: “Dependências de Inquérito”⁴ do relatório BNM e cruzando esta fonte com os sumários dos processos organizados pelo BNM Digital,⁵ foram identificados 159 processos de crimes políticos julgados nas Auditorias Militares de São Paulo.⁶ Esses 159 processos do Estado de São Paulo estão dentro do universo de 710 processos que foram recolhidos, fotocopiados e compilados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais. A partir desses sumários foi elaborada uma base de dados em excel (base159) com planilhas individualizadas por processos, contendo os seguintes dados: n. BNM, número e ano do processo, n. do recurso no STM, organização/se-

⁴ Este quadro traz o levantamento por Estado e cidade dos anos dos inquéritos e dependências de origem dos processos pesquisados no projeto, in: Arquidiocese de São Paulo. Projeto “Brasil: Nunca Mais” t. II, v. 1, 1985, p. 304-313.

⁵ Brasil: Nunca Mais Digital. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumario>> Acesso em: 28 nov. 2016.

⁶ Nesta contraposição de fontes chegamos às seguintes conclusões: a) dos 158 processos listados no relatório BNM, apenas quatro tiveram IPMs que se originaram em São Paulo e não tramitaram nas Auditorias deste Estado, sendo dois remetidos para o Rio de Janeiro, um a Porto Alegre e outro ao Distrito Federal (n. BNM: 470, 491, 529, 537); b) por sua vez, nos sumários BNMDigital existem dois processos que não estão citados no relatório BNM, provavelmente por erro de datilografia ou tabulação (n. BNM: 528 e 553).

tor social, cidade, Auditoria, nome do acusado, nome(s) do(s) advogado(s), resultado do julgamento em primeira instância.

O BNM em seu projeto A (relatórios) identificou a existência de processos incompletos e não localizados, que não foram fotocopiados e incluídos no acervo desse projeto. Por esse motivo, foi necessário ampliar a pesquisa de processos políticos tramitados nas Auditorias de São Paulo. Para isso, foram analisados os quadros: “Relação de processos incompletos no arquivo BNM” e “Relação de processos políticos não localizados para a pesquisa BNM”.⁷

A análise dos quadros identificou a necessidade de consulta a informações de 57 processos nos arquivos da Justiça Militar.⁸ Esta consulta recolheu os dados dos julgamentos em primeira instância, tal como realizado nos processos levantados dos Sumários do BNM Digital. Para registrar os dados desses novos processos, uma nova base de dados (base 57) foi feita, com as mesmas informações da primeira.

Resultados preliminares

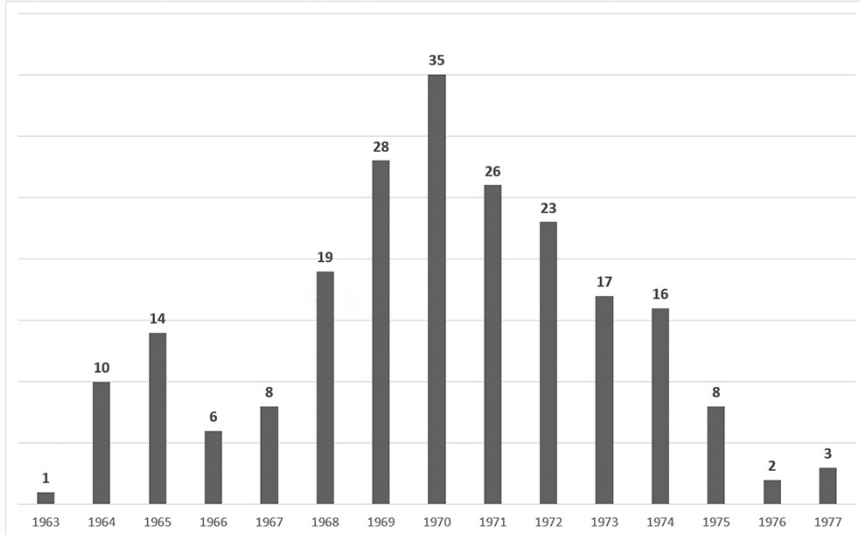
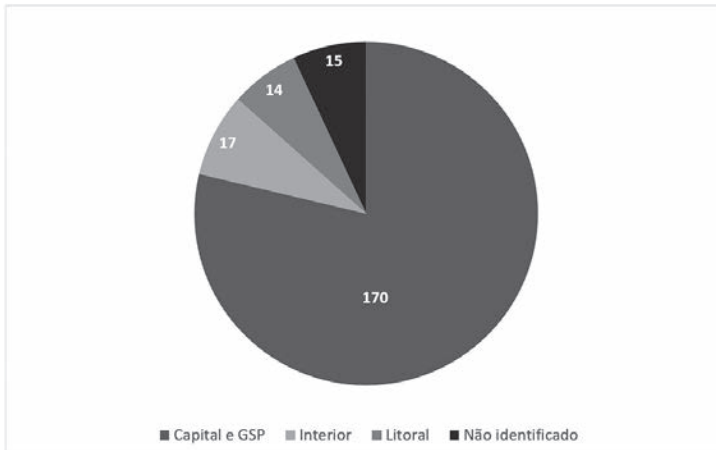
Depois das bases de dados (159 e 57) preenchidas, foram unificadas as informações dos 216 processos, para recolher os nomes de réus e seus advogados que serão projetados no percurso de entrada ao futuro MLPJ.

Visando compartilhar outros resultados, fruto desta pesquisa nos Arquivos da Justiça Militar, foram elaborados alguns gráficos que permitem ampliar o conhecimento sobre a atuação das Auditorias Militares de São Paulo, no contexto da repressão ditatorial.

Foram identificados 216 processos de crimes políticos nas Auditorias Militares de São Paulo no período de 1963 e 1977, nos quais foram identificados: 2.740 réus, sendo 468 mulheres e 2.272 homens. Nesses mesmos processos se envolveram, nas defesas dos réus, 38 advogadas e 287 advogados. Os gráficos que seguem ilustram a caracterização dos processos pesquisados.

⁷ Arquidiocese de São Paulo. Projeto Brasil: Nunca Mais, t. II, v. 1, 1985, p. 97-100.

⁸ Os dados trazidos pelo BNM destes 57 processos caracterizados como “incompletos” e “não localizados” foram suficientes, na maioria dos casos, para localizar os processos de origem nos arquivos da Auditoria Militar de São Paulo e do Superior Tribunal Militar.

Gráfico 1 - Quantidade de processos por ano⁹**Gráfico 2 - Processos por Auditoria Militar de São Paulo¹⁰**

Cabe observar que das informações colhidas nessa etapa da pesquisa, sobre os 216 processos das Auditorias Militares de São Paulo, a maioria dos casos foi julgada por Conselhos Permanentes de Justiça do Exército, sendo

⁹ Refere-se ao ano de oferecimento da denúncia do Ministério Público Militar ao juiz auditor nas Auditorias de São Paulo.

¹⁰ Refere-se à distribuição de processos de crimes políticos entre as 3 auditorias da 2ª CJM, que existiram em São Paulo durante a Ditadura civil-militar.

58 processos tramitados na 1ª Auditoria e 139 tramitados na 2ª Auditoria. Os demais processos foram julgados por outros conselhos.

Gráfico 3 – Localidades das dependências de inquérito que originaram os processos¹¹

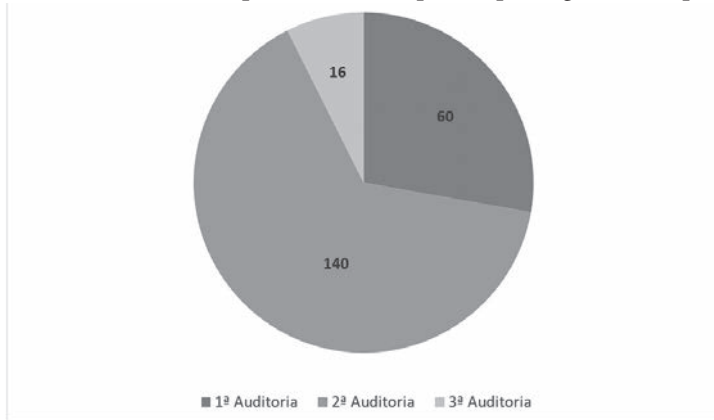
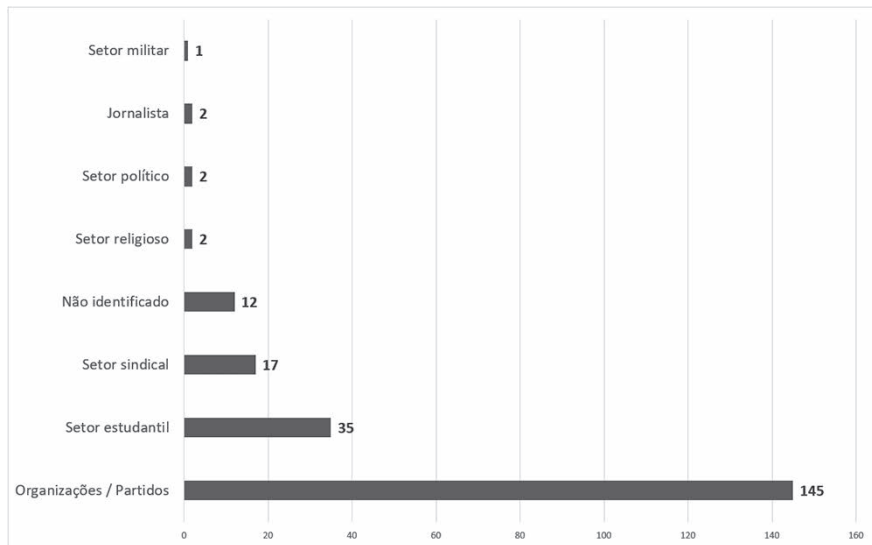


Gráfico 4 – Setores da sociedade atingidos na instauração dos processos¹²



¹¹ Partimos da categorização proposta no Projeto Brasil: Nunca Mais, expandindo sua aplicação para os processos pesquisados (57 processos). A partir das cidades dos IPMS aplicamos as divisões – capital e GSP, litoral e interior – utilizadas na atualidade.

¹² *Idem.* Cf. metodologia utilizada pelo projeto BNM, in: Arquidiocese de São Paulo. Projeto Brasil: Nunca Mais, t. II, v. 1. A pesquisa BNM, 1985, p. 9.

A maioria dos processos pesquisados se constituiu para julgar atividades de organizações e partidos clandestinos no período ditatorial. As organizações e partidos acusados foram: Ação Libertadora Nacional (ALN); Ação Popular (AP); Ala Vermelha (ALA); Comitê de Solidariedade Revolucionária (CSR); Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN); Fração Bolchevique Trotskista (FBT); Liga Operária/Movimento de Emancipação do Proletariado (Liga Operária/MEP); Movimento de Libertação Popular (Molipo); Movimento Popular de Libertação (MPL); Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Movimento Revolucionário Marxista (MRM); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); Organização Revolucionária Marxista Política (Polop); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário (PCBR); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Operário Comunista (POC); Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (Port); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista Democrática e Popular (Rede); União de Comunistas (UC); Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Muitas dessas organizações e partidos realizaram atividades conjuntas, e em alguns processos foram julgadas também conjuntamente.

Esses resultados são preliminares e sua revisão é indicada em uma nova fase da pesquisa para a implantação do MLPJ, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de existência de novos processos de crimes políticos que não foram revelados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais.

A pesquisa precisa ser ampliada em uma nova etapa, considerando o período de 1980 a 1985. Sabe-se da existência de ao menos um processo considerado de crime político neste período, o caso dos sindicalistas do ABC Paulista, em 1981. Nesse processo, em que Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente, esteve denunciado, de acordo com o relato do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e de outras fontes da época, a decisão do Conselho Permanente de Justiça sobre o caso foi estabelecida antes mesmo do julgamento. Isso posto, é crucial que essa pesquisa nos arquivos da Justiça Militar da União seja continuada e ampliada.

IV. Reflexões preliminares para o desenvolvimento do plano museológico

Considerações sobre a segunda fase da pesquisa

A Segunda Fase da Pesquisa¹ não buscou revisar o trabalho anteriormente feito, mas complementá-lo, em especial, o projeto de expografia elaborado no contexto de criação do Plano Museológico.

As questões apresentadas a seguir são resultado de diálogos com atores sociais interessados no projeto, entrevistas com advogados e ex-presos políticos, além de necessidades identificadas na pesquisa histórica realizada com diversas fontes documentais.

Uma das primeiras necessidades identificadas é de que este sítio de memória, quando musealizado, possa difundir a atuação da Justiça Militar durante a Ditadura. Mas para isso é importante enfrentar temas complexos, como o papel que cumpriam essas Auditorias Militares no contexto da perseguição e repressão aos qualificados como “inimigos do Estado”. Era aquele um lugar de repressão? Que aspectos dessa Justiça Militar serão demonstrados nesse Memorial? O que foi a 2ª Circunscrição da Justiça Militar durante a Ditadura?

Nesse sentido, é preciso considerar essa perspectiva como ponto de partida para quem visita o Memorial, pois as visitas educativas e a interação do público em atividades culturais realizadas no prédio demonstraram a existência de interesse em conhecer mais sobre essa instituição judicial militar, durante o período ditatorial.

¹ Cabe lembrar que essa pesquisa foi direcionada para a produção de fontes primárias sobre a luta por justiça a partir das vivências individuais de advogados e ex-presos políticos (coleta de 20 testemunhos em vídeo e estúdio), e para a pesquisa de conteúdo da proposta de expografia do mural do corredor de entrada do Memorial, o qual deverá ter o nome dos réus e advogados que vivenciaram a Justiça Militar aplicada aos crimes políticos que tramitaram nas Auditorias Militares da 2ª CJM.

Algumas especificidades podem ser interessantes de serem expostas para contextualizar detalhes e limites que foram ultrapassados em nome da chamada “segurança nacional”. Eram feitos sorteios trimestrais dos integrantes do Conselho Permanente de Justiça, os quais apesar de serem os responsáveis pelos “julgamentos” não tinham formação jurídica.² Outros detalhes são intrigantes, como a relação do oficial de justiça da 2ª Auditoria Militar com os policiais de um centro clandestino de detenção (o DOI-Codi). Essa informação foi recorrentemente apresentada nos testemunhos de advogados que foram entrevistados nessa fase da pesquisa. Muitas outras questões, como a do juiz auditor com formação jurídica que intimou o réu para questioná-lo sobre a escolha de sua advogada de defesa, coagindo-o,³ ou ainda sobre o escrivão que datilografou sentenças⁴ do Conselho Permanente de Justiça condenando réus antes mesmo do julgamento, são informações importantes de serem apresentadas aos visitantes. Esses dados possibilitarão que o visitante saiba das várias fronteiras ultrapassadas por essa instituição judiciária-militar que infringiu os valores humanos, ignorando as diversas violações de direitos que foram reiteradamente denunciadas, seja por cartas e documentos, seja, principalmente, durante os julgamentos.

Assim, sugere-se uma revisão do “Enfoque Temático” – perfil, função e trajetória da Auditoria Militar. Essas informações precisam ser aprofundadas e integrar a exposição de longa duração, a fim de subsidiar a equipe educativa do Memorial, potencializando um diálogo mais qualificado a partir de conteúdo histórico exposto.

² Há certidões feitas após os sorteios e esses documentos são parte do acervo do STM.

³ Caso do entrevistado Paulo Vannucchi, que relatou em entrevista para essa pesquisa que estava preso no Dops quando o juiz auditor Nelson Machado Guimarães o intimou na Auditoria Militar da 2ª CJM e, em sua sala, o questionou sobre a escolha de sua advogada Eny Raimundo Moreira.

⁴ O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, em entrevista para esta pesquisa, citou o caso dos sindicalistas do ABC em fevereiro de 1981, condenados na 2ª Auditoria Militar, cujas sentenças foram datilografadas um dia antes do marcado para o julgamento.

A lista de réus e advogados (percurso de entrada)

O trabalho de pesquisa apresentado anteriormente sobre a busca, nos acervos da Justiça Militar, dos nomes de réus e advogados que resistiram nas Auditorias Militares de São Paulo demonstrou a delicadeza e o cuidado necessários para a execução do mural planejado para o percurso de entrada dos visitantes. Um dos desafios cumpridos foi estabelecer critérios para a escolha desse conteúdo.⁵ Isso não teria sido possível sem a consultoria dos advogados Maria Regina Pascoale e Belisário dos Santos Júnior.

Várias questões se interpuseram no andamento: como fazer essa seleção dos nomes? Qual será o critério mais adequado? Todo preso foi réu na Auditoria? Todo réu foi julgado? Todo denunciado tornou-se réu? E os advogados que só atuaram em uma única audiência de um processo que durou anos? Como contemplar as pessoas com critérios claros de inclusão e exclusão? E os civis e militares que foram processados, todavia não chegaram à fase do julgamento?

Foram várias as perguntas, pesquisas e diálogos para chegar ao critério que deverá ser utilizado: incluir os nomes de todos os denunciados pelo Ministério Público, cujas denúncias foram aceitas pelo juiz auditor de pelo menos uma das três Auditorias Militares da 2ª CJM, bem como todos os advogados que representaram réus nos processos, ainda que por substabelecimento temporário. Com essa decisão, que foi respaldada pelo Núcleo Memória, se assume que não se deve medir a violência sofrida pelas víti-

⁵ Nos documentos: Plano Museológico e Projeto de Expografia – ora era apresentado esse como o Mural dos presos políticos julgados na Auditoria Militar e dos seus advogados, ora como o Mural dos réus e seus advogados.

mas que passaram pelo aparato repressivo do Estado ditatorial. Por isso, foram considerados todos os denunciados na Justiça Militar.

Por ser um lugar de homenagem, com nomes em projeção por todo o muro, indicamos que esteja disponível no Centro de Documentação do Memorial uma lista em ordem alfabética de todos os nomes projetados. O objetivo é facilitar a busca ou confirmação de algum homenageado, parente ou interessado em saber mais informações sobre a pessoa ali homenageada. A pesquisa desenvolvida nessa segunda fase elaborou uma planilha com os dados associados a cada réu ou advogado que deverá ser revisada, complementada e disponibilizada para consulta.

“Aqueles que não puderam estar ali” (painel artístico)

Um dos entrevistados na pesquisa, o ex-presos político Artur Machado Scavone, lembrou emocionado dos que foram mortos e desaparecidos na resistência à Ditadura. Ele enfatizou que o Memorial da Luta precisa fazer uma homenagem a todos que ali estiveram, e não menos, também, àqueles que não o fizeram: “aquele espaço tem que ter uma memória daqueles que não puderam passar por lá, dos que foram assassinados, que é muita gente”, afirma.

Nesse sentido, é importante considerar que, apesar de muitos desses mortos e desaparecidos políticos não terem tido a oportunidade de resistir à Ditadura também nos Conselhos de (In)Justiça das Auditorias Militares, suas vozes foram representadas por muitos réus e advogados que denunciaram seus assassinatos e desaparecimentos.

Pesquisa apresentada pelo Projeto Brasil: Nunca Mais expõe inúmeras denúncias feitas por réus sobre mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura. Entre esses casos, pode-se mencionar a denúncia do entrevistado Aldo da Silva Arantes que citou, em suas declarações à Justiça Militar na década de 1970, as mortes de Armando Teixeira Frutoso, João Batista Franco Drumond e Paulo Stuart Wright.¹

Ainda sobre cidadãos mortos e desaparecidos políticos é importante registrar que a Justiça Militar decretou sentenças condenatórias a muitos deles, mesmo com suas ausências. Nestes casos, chamados de “Julgamento com Réu Revel”, os advogados das vítimas estiveram nas Auditorias Militares, ainda que em defesa da memória de seus clientes. Entre tantos casos tornados públicos, o advogado José Carlos Dias, em sua entrevista para

¹ Arquidiocese de São Paulo. Projeto Brasil: Nunca Mais, t. V, v. 4 – Os mortos, 1985, p. 54, 165 e 311 (respectivamente aos nomes citados).

essa pesquisa, citou emocionado o episódio do “julgamento” de sua cliente Heleny Guariba.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária, ela foi presa pela primeira vez em março de 1970, e posta em liberdade em abril de 1971 para responder ao processo. A denúncia contra ela foi aceita pelo juiz da 2ª Auditoria Militar de São Paulo em 04/02/1971. No entanto, antes de seu “julgamento” Heleny foi novamente presa pelos agentes da repressão em 12/7/1971, desta vez na cidade do Rio de Janeiro, onde desapareceu. A sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar foi publicada em 18/7/1972, determinando um ano de reclusão. Mas ela já havia sido assassinada no centro clandestino que ficou conhecido como “Casa da Morte de Petrópolis”, no Rio de Janeiro.

Entende-se, a partir dos relatos dos advogados e dos ex-presos entrevistados nessa fase da pesquisa, que o Painel Artístico previsto para ser instalado no jardim do futuro Memorial, deverá homenagear os mortos e desaparecidos políticos. Considerando que a projeção com os nomes a ser feita no percurso de entrada já homenageia os réus e seus advogados, não haveria a necessidade de duplicar essa homenagem, com suas fotos no Painel Artístico, como previsto inicialmente no Plano Expográfico.

Ao homenagear essas vítimas que foram brutalmente silenciadas, o Memorial da Luta dará espaço e voz para que suas mortes e desaparecimentos sejam a denúncia que não puderam fazer.

Diversidade dos documentos e grupos sociais representados na exposição de longa duração (sala do juiz)

No projeto de expografia foi determinado que o espaço usado durante a Ditadura como sala do juiz da 2ª Auditoria Militar seria utilizado para exibir documentos de processos de sentenças da Justiça Militar. Visando democratizar a decisão sobre como selecionar os documentos que deverão ser exibidos nesta sala, em todas as entrevistas durante a pesquisa foi perguntado sobre que processos o/a entrevistado/a considerava importante expor.

Os entrevistados demonstraram preocupação em que esses processos exibidos contemplem a diversidade das categorias dos atingidos, demonstrando, assim, que foram diferentes grupos de resistência à Ditadura, e citaram alguns casos considerados como representativos.

No trabalho com os documentos da Justiça Militar viu-se, também, a necessidade de apresentar nessa sala, documentos diferentes que podem existir em um processo. A própria composição dos processos é algo muito interessante de ser problematizado num espaço expositivo. A pesquisa teve acesso a documentos do STM que comprovam essa diversidade de documentos que podem ampliar o conhecimento sobre a relação dos advogados com seus clientes, mesmo após terem sido sentenciados, bem como estratégias utilizadas pelos advogados para quebrar a incomunicabilidade que, muitas vezes, a repressão determinava nos cárceres do Estado.

A seguir, será apresentado um documento digitalizado do Processo n. 132/71 da 2ª Auditoria Militar, do Arquivo do STM. Trata-se de um exemplo de como diferentes documentos deste Arquivo podem contribuir com conteúdos imprescindíveis para a Sala de Processos.

Presídio Tiradentes 14 de fevereiro de 1972 2025
 Exmo. Sr. Juiz da 1ª Auditoria de S. Paulo

Há mais de 30 dias meu filho Jean
 Abschud de Seixas, de 16 anos, preso e reco-
 lhido ao Presídio Tiradentes, onde me encon-
 tro, foi inesperadamente e sem explicação
 retirado deste presídio e levado para lugar
 ignorado.

Posteriormente fiquei sabendo pelo ad-
 vogado que Jean se encontrava na
 Penitenciária do Barandim, sob a alega-
 ção de estar fazendo testes ou exames,
 ele disse também que até então não he-
 ria conseguido ver ou falar com a mãe.

Só há poucos dias é que tive noti-
 cias de meu filho através do padre Cor-
 reia que me informou ser a sua situa-
 ção a seguinte: que os exames haviam
 terminado no dia 4 e que ele voltaria no
 dia 7 2ª feira, que estaria isolado e impos-
 sibilitado de receber comida, roupas, visita-
 tas ou livros e sem poder escrever ou re-
 ceber sequer um bilhete meu.

Sr. Juiz, um adolescente na idade de
 Jean, totalmente isolado, que poderá

1 2

pensar dos adultos? Que estes são. ^{20/06} ~~11~~
maus e injustos. Por que me tiraram
meus direitos de mãe? Acho que tenho
direito de me comunicar com ele onde
quer estiver.

Como o tempo para os testes já se
esgotou, chegou a hora de meu filho re-
tornar ao Presídio Tiradentes onde tenho
a oportunidade de vê-lo pelo menos uma
vez por semana, e isto até agora não
aconteceu.

Gostaria que Jovan fosse trazido o mais
breve possível para o Presídio, onde, como
já disse, fica perto de mim, a fim de evi-
tar que o desespero me leve ao desentrate
total.

Aguardando suas prontas providências

Salescrevo-me

Fanny Akselrud de Seixas

Carta de Fanny Akselrud de Seixas para o juiz da 2ª Auditoria Militar da 2ª CJM.

Fonte: Acervo do Superior Tribunal Militar

Essa carta é da ex-presa política Fanny de Seixas, mãe de três filhos que também foram presos políticos, entre eles, Ivan Seixas, que tinha 16 anos quando foi torturado junto com seu pai em 1971. O marido de Fanny, o operário Joaquim Alencar de Seixas, foi assassinado nas dependências do DOI-Codi no mesmo ano.

O documento revela outras informações do período ditatorial, e que era de conhecimento dessas Auditorias Militares, como por exemplo: que os presos eram transferidos com destino ignorado inclusive pelos advogados; que eram mantidos incomunicáveis muitas vezes, sendo necessário adotar estratégias jurídicas para ter acesso a informações mínimas de seus clientes; que a Igreja atuou na luta pela Justiça; que menores de idade também eram reprimidos pelo Estado e que os advogados se valeram de diversas estratégias em suas atuações na advocacia, e muitas dessas estratégias salvaram vidas. Como visto no documento, a carta era um apelo de uma mãe a um juiz pela vida de seu filho, que até pouco tempo estava desaparecido.

Considerando o exposto, entende-se que apenas uma sala para exibição dos processos possa não ser suficiente para garantir tamanha diversidade documental que revela aspectos importantes dessa história. A ressalva aqui é diversificar os documentos que podem ser exibidos, além de sentenças.

Nesse sentido, outra demanda que nos foi apresentada pelos entrevistados, e que as pesquisas nos acervos documentais respaldaram, é exibir outras vozes que ecoaram na luta pela Justiça. Entre elas: os familiares das vítimas, as comissões e comitês de defesa de presos políticos, igrejas, imprensa, dentre outros organismos que se envolveram diretamente nessa luta.

Foram encontrados diversos documentos nos processos do STM que apontam essa solidariedade em múltiplas facetas, como abaixo-assinados pela soltura de réus, cartas de recomendação de boa índole, depoimentos de próprio punho alegando boa conduta profissional, entre outros documentos nos quais pessoas e organizações da sociedade civil se arriscavam para ajudar presos e perseguidos políticos. Esses documentos eram anexados ao processo pelos advogados e hoje fazem parte da história dessa luta por justiça corajosamente conduzida por advogados.

Conhecer a atuação de outros grupos da sociedade civil potencializa a ampliação do entendimento sobre o alcance dessa luta por justiça contra as arbitrariedades de um regime ditatorial. Um exemplo indispensável e

recorrentemente comentado pelos entrevistados nessa pesquisa foi a atuação de Dom Paulo Evaristo Arns à frente da Comissão de Justiça e Paz. Por isso, sugere-se que haja um espaço destinado aos movimentos da sociedade civil que atuaram, muitas vezes, em apoio ao trabalho dos advogados na luta pela Justiça.

Ampliação da coleta de testemunhos (Sala dos Testemunhos)

Nessa pesquisa não foi utilizado o termo depoimento para se referir aos testemunhos. Como exposto no texto sobre a metodologia do trabalho de história oral desenvolvido, buscou-se promover um momento de escuta e de muito respeito ao trabalho de memória desenvolvido por nossos colaboradores.

Na segunda fase da pesquisa, foi dada prioridade à gravação com 16 advogados que atuaram nas Auditorias de São Paulo, pois já havia essa sinalização no Plano Museológico. Por este motivo, nesse momento, somente quatro réus puderam compartilhar suas perspectivas sobre a Justiça Militar e a luta por justiça, a partir de suas experiências e memórias.

No entanto, é importante ressaltar que ambas categorias, advogados e réus, contribuíram de modo significativo na identificação de novos caminhos da pesquisa que precisam ser desenvolvidos para o futuro Memorial. Apontaram outros grupos sociais que contribuíram com a luta pela justiça durante a Ditadura, e nomes de outros advogados que atuaram na defesa de presos políticos em São Paulo.

Todos os vinte entrevistados receberam um material com informações sobre o projeto e imagens da proposta expográfica prevista. Esse compartilhamento deu a oportunidade de consultá-los acerca de suas perspectivas sobre o trabalho do Memorial, bem como o que, na opinião deles, deveria ser apresentado. Cabe salientar que esse diálogo é fundamental em um projeto de memorialização, como alerta a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

Por esses e outros motivos, sobretudo pela importância da democratização da preservação dessas memórias, ressalta-se a necessidade de continuação do trabalho de história oral, sendo indispensável observar a diversidade de gênero, a categoria dos entrevistados, e no caso específico dos

réus, a diversidade de organizações de resistência à Ditadura representada por seus integrantes.

O Núcleo Memória, no segundo semestre de 2017, continuará o trabalho de escuta e gravação em audiovisual, com cinco civis que foram réus nas Auditorias Militares da 2ª CJM.

Destarte, cabe o alerta de que esse trabalho precisa ter continuidade nos anos seguintes, posto que muitos dos possíveis entrevistados se encontram em idade avançada. Lamentavelmente pode ocorrer de o MLJP não dispor de testemunhos que são imprescindíveis por motivos de falecimento ou doenças neurodegenerativas de potenciais entrevistados. Um caso que merece ser registrado foi a perda inestimável do advogado Modesto da Silveira, que seria entrevistado pela equipe de pesquisa no segundo semestre de 2016, mas que, no entanto, veio a falecer antes da realização da entrevista. Visando garantir a participação da voz e da história desse brilhante advogado, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas – do Arquivo Nacional, se dispôs a conceder uma cópia de sua entrevista para o futuro Memorial.¹

Compartilha-se da ideia de que é importante que seja desenvolvido um trabalho interdisciplinar permanente para a implantação do Memorial da Luta. No entanto, destacamos ser imprescindível o prosseguimento de pesquisas históricas para aprofundar a proposta de intervenção museal, no sentido de enriquecer e consolidar o projeto em marcha, sem esquecer de manter um contínuo diálogo com os intessados no projeto, em especial, os advogados e ex-presos e perseguidos políticos.

¹ Agradecemos a Inês Stampa e a Vicente Rodrigues, do Gabinete da Direção Geral do Centro de Referências Memórias Reveladas, pela possibilidade oferecida, a qual deverá ser oportunamente formalizada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, após pedido oficial do Memorial da Luta pela Justiça quando este dispuser de personalidade jurídica constituída.

V. Ocupação cultural do prédio da antiga Auditoria Militar

Atividades culturais realizadas

Ciclo de cinema Milton Bellintani: justiça e direitos humanos

O Ciclo de Cinema Justiça e Direitos Humanos foi idealizado pelo jornalista e diretor do Núcleo Memória Milton Bellintani, que faleceu em novembro de 2015.

O objetivo do ciclo é exibir filmes que trabalhem com temas relacionados aos direitos humanos, seguidos de debates com convidados. Dirigido a advogados, estudantes de Direito, formuladores de políticas públicas, gestores e militantes de organizações sociais, e de cidadãos em geral, a primeira edição do Ciclo de Cinema Justiça e Direitos Humanos aconteceu no segundo semestre de 2015, apresentando cinco filmes considerados essenciais para dar visibilidade ao compromisso dos advogados com uma Justiça para todos. Os filmes exibidos em 2015 foram: *Sobral – O homem que não tinha preço* (direção: Paula Fiúza); *O dia que durou 21 anos* (direção: Camilo Tavares); *500 – Os bebês roubados pela ditadura argentina* (direção: Alexandre Valenti); *O caso dos irmãos Naves* (direção: Luis Sergio Person), *Os advogados contra a ditadura – por uma questão de justiça* (direção: Silvio Tendler).

A partir de 2016, o ciclo passou a homenagear o jornalista que foi um grande militante de direitos humanos no Brasil. Neste ano, os filmes exibidos foram: *O dia que durou 21 anos* (direção: Camilo Tavares); *O caso dos irmãos Naves* (direção: Luis Sergio Person); *Os advogados contra a ditadura – por uma questão de justiça* (direção: Silvio Tendler); *Cidadão Boilesen* (direção: Chaim Litevsky); e *Sobral – O homem que não tinha preço* (direção: Paula Fiúza).

A exibição dos filmes e todas as atividades culturais realizadas na segunda fase de intervenção, apresentadas nessa obra, ocorreram na sala onde aconteciam os “julgamentos” da 2ª Auditoria Militar. A escolha con-

siderou, sobretudo, o espaço que estava em melhores condições de uso e a facilidade de acesso.

Colóquio de direitos humanos

Para seguir com a ocupação cultural e educativa do Memorial da Luta pela Justiça, o primeiro semestre de 2017 foi dedicado ao Colóquio de Direitos Humanos, realizado em parceria com a OAB SP. Foram selecionados três temas atuais da pauta dos Direitos Humanos para serem debatidos com especialistas, nas manhãs de sábado.

Em março, o tema foi *Intolerância Religiosa*, com a presença do Dr. Hédio Silva Jr., presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB SP; do Professor Oswaldo Santos Jr., historiador, teólogo, mestre em Ciências da Religião e diretor do Núcleo Memória; e Fernanda de Sousa, uma das diretoras do documentário *Intolerâncias da Fé*, exibido no dia. A estreia do Colóquio contou também com uma exposição fotográfica de Roger Cipó, sobre a cultura do candomblé.

O segundo encontro, em abril, discutiu *Segurança Pública e a Situação Penitenciária*, com a presença do vice-presidente da Pastoral Carcerária, Padre Gianfranco Graziola, e de Jacqueline Sinhoretto, coordenadora do Grupo de Estudo sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos. Além do debate, foi exibido um vídeo-resumo do relatório do Artigo 19 – instituição internacional focada na promoção da liberdade de expressão –, que trata sobre a violência policial a protestos no país.

No mês de maio, o tema foi *Direitos Trabalhistas e Previdência Social*. Para debatê-lo, estavam presentes Thiago Barison, do Sindicato dos Advogados de São Paulo (Sasp), onde coordena a Comissão de Direitos Humanos, e Ricardo Russo Jr., conselheiro eleito da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo e conselheiro da 2ª turma da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB SP, membro das Comissões de Direito Material do Trabalho, de Direito do Trabalho Empresarial e assessor da 5ª Câmara Recursal do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB SP.

Curso ditadura, história e memória

Desde o ano de 2013, o Núcleo Memória realiza o Curso Ditadura, História e Memória, que tem por objetivo apresentar os interesses políticos e econômicos da articulação do Golpe de 1964, seus desdobramentos e

consequências, discutindo as complexas relações entre a classe dominante brasileira e o imperialismo estadunidense e que tem seu ponto de convergência na derrubada do governo João Goulart e na instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O curso é coordenado pelo cientista político, economista e ex-presos político Heládio Leme que, com base na historiografia da época, reuniu a contribuição de ex-presas e ex-presos políticos vinculados ao Núcleo Memória, definindo, coletivamente, a estrutura e os conteúdos que seriam trabalhados no curso. A 4ª edição foi realizada em 2016, no prédio do Memorial da Luta pela Justiça, com apoio da OAB SP, Oak Foundation e Universidade Metodista de São Bernardo do Campo. Nessa edição, houve mais de 80 inscritos, dentre os quais 40 foram selecionados: professores (das redes pública e particular) e educadores populares, com o intuito de capacitá-los para difundir conhecimentos sobre o período da ditadura civil-militar e sobre as lutas por memória, verdade e justiça que seguem até hoje. Para tanto, os encontros, além dos conteúdos históricos, apresentaram recursos metodológicos para trabalhar os temas em sala de aula. Na ocasião, vários participantes expuseram algumas atividades realizadas com seus alunos em sala de aula, apesar dos poucos recursos disponíveis. O curso seguiu estrutura semelhante à dos anos anteriores: cinco aulas, aos sábados, ministradas por cinco professores, que apresentaram os módulos temáticos que abrangem desde as origens do golpe até o processo de redemocratização, passando, nessa narrativa, pela construção do aparato repressivo e pelos movimentos sociais e populares de resistência à ditadura, buscando explicitar o legado da ditadura cujas consequências se estendem até os dias de hoje. A novidade em 2016 foi a emissão de certificados pela Universidade Metodista de São Paulo.

Os professores do curso foram:

Aula 01: O panorama do Brasil no pré-1964 e a articulação do golpe civil-militar/ O Brasil na ditadura: construção do Estado autoritário e sua periodização – Heládio Leme;

Aula 02: Controle e repressão à sociedade na ditadura – Maurice Politi;

Aula 03: A resistência da sociedade civil e a luta por democracia – Oswaldo de Oliveira;

Aula 04: A arte na resistência e a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita – Marcelo Ridenti;

Aula 05: Heranças da ditadura e a luta por Memória, Verdade e Justiça – Ana Paula Brito.

Entrevistados pelo projeto

Atividades realizadas no prédio da antiga Auditoria Militar



Gabriela Beraldo

Ciclo de Cinema “Milton Bellintani” Justiça e Direitos Humanos exhibe o documentário *Cidadão Bolesen*, de Chaim Litevsky, em 19 de novembro de 2016. Para o debate estavam presentes o ex-presos político Manoel Cyrillo e Dr. Martim Sampaio (OAB/SP), mediado pelo diretor do Núcleo Memória Maurice Politi.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Ciclo de Cinema “Milton Bellintani” Justiça e Direitos Humanos exhibe o documentário *Advogados contra a ditadura – por uma questão de Justiça*, de Silvio Tendler, em 15 de outubro de 2016. Para o debate estavam três advogados de ex-presos políticos: Eny Moreira, Belisário dos Santos Júnior e Ayrton Soares, que também é conselheiro do Núcleo Memória. A conversa foi mediada pela historiadora e diretora do Núcleo Memória Ana Paula Brito.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Colóquio de Direitos Humanos sobre Segurança Pública e Sistema Carcerário em 29 de abril de 2017, com a professora Jacqueline Sinhoretto, o vice-presidente da Pastoral Carcerária Padre Gianfranco Graziola e o Dr. Martim Sampaio, da OAB/SP.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Colóquio de Direitos Humanos sobre Intolerância Religiosa em 18 de março de 2017, com o Professor Oswaldo Oliveira de Santos Júnior, Dr. Jäder Freire de Macedo Júnior, vice-presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB/SP e Raquel Tamassia, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Aula do Professor Heládio Leme no Curso “Ditadura: História e Memória” em 12 de novembro de 2016.
Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Aula do Professor Oswaldo de Oliveira Santos Júnior no Curso “Ditadura: História e Memória” em 26 de novembro de 2016.
Fonte: Acervo Núcleo Memória

Curso Ditadura: História e Memória

para professores e educadores populares
No futuro Memorial da Luta pela Justiça | 50 vagas | Gratuito

12 de novembro

**O panorama do Brasil no pré-64 e a articulação do golpe civil-militar
O Brasil na ditadura: construção do Estado autoritário e sua periodização**

Heládio José Leme
Economista e cientista político pela Unicamp e ex-preso político. É militante na área de Direitos Humanos, professor aposentado da Universidade Federal de Uberlândia e coordenador do curso Ditadura: História e Memória.

19 de novembro

Controle e repressão à sociedade na ditadura

Maurice Politi
Administrador, ex-preso político e diretor do Núcleo Memória.

26 de novembro

A resistência da sociedade civil e a luta pela democracia

Oswaldo de Oliveira Santos Junior
Graduado em Geografia, Teologia e História. Mestre em Ciências da Religião, coordenador do Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista e diretor do Núcleo Memória.

3 de dezembro

A arte na resistência e a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita

Marcelo Ridenti
Graduado em Ciências Sociais e Direito e doutor em Sociologia pela USP. É professor do Departamento de Sociologia da Unicamp e autor de diversos livros, incluindo "O Golpe e a ditadura militar, 40 anos depois - 1964-2004".

10 de dezembro

Heranças da ditadura e a luta por Memória, Verdade e Justiça

Ana Paula Brito
Doutoranda em História Social pela PUC/SP, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel e diretora do Núcleo Memória.

Sábados | 13h às 17h | Av. Brigadeiro Luís Antônio, 1249
Inscrições: enviar ficha de inscrição (disponível em: nucleomemoria.org)
até 31/10/2016 - Serão disponibilizados certificados de participação

Realização



Apoio











Cartaz da 4ª Edição do Curso Ditadura: História e Memória

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Aula do Professor Marcelo Ridenti no Curso “Ditadura: História e Memória” em 03 de dezembro de 2016.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Aula da Professora Ana Paula Brito no Curso “Ditadura: História e Memória” em 10 de dezembro de 2016.

Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Visita do colégio Santa Maria à antiga Auditoria Militar em 24 de junho de 2017.
Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Visita do colégio Lourenço Castanho ao Memorial da Luta pela Justiça em 09 de junho de 2017.
Fonte: Acervo Núcleo Memória



Gabriela Beraldo

Visita do colégio Santa Maria à antiga Auditoria Militar em 24 de junho de 2017.
Fonte: Acervo Núcleo Memória

Atividades educativas realizadas

Nos anos de 2016 e 2017, os diretores do Núcleo Memória realizaram uma série de visitas mediadas no prédio da antiga Auditoria Militar. O objetivo, ao receber os visitantes, foi colocar o Memorial da Luta pela Justiça em funcionamento por meio dessas atividades educativas.

Nas visitas, os mediadores compartilharam informações sobre a atuação da Justiça Militar no período ditatorial e como eram os “julgamentos” aos qualificados como “inimigos do Estado” nas três Auditorias Militares que funcionavam no prédio. Em um percurso, que se inicia reproduzindo a trajetória dos réus, é mostrado onde os presos eram mantidos e por meio de relatos de ex-presos políticos compartilhados na visita é possível conhecer como era o aparato de segurança no local. A partir de pesquisas e relatos de advogados, também são apresentadas informações sobre as três auditorias, seu funcionamento, especificidades e outras referências da luta pela justiça empreendida no local durante a ditadura.

Entre os grupos que visitaram o lugar, pode-se citar os alunos do Ensino Fundamental do Colégio Lourenço Castanho e do Ensino Médio do Colégio Santa Maria, além de estudantes universitários que integram a Clínica de Direitos Humanos “Maria Augusta Thomaz”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do curso de Jornalismo da Fundação Armando Alvares Penteado, e alunos dos cursos de Arquitetura e História que integram o grupo de Pesquisa Lugares da Memória, da Universidade de São Paulo. Os professores e educadores populares que participaram do curso “Ditadura, História e Memória” também puderam visitar o espaço.

A importância da Educação em Direitos Humanos em sítios de memória

As visitas mediadas que foram realizadas no prédio do futuro Memorial da Luta pela Justiça buscaram promover atividades no âmbito da educação em direitos humanos. Mas o que seria e qual a importância da educação *em* direitos humanos?

Ao tratar da Educação *em* Direitos Humanos (EDH), a preposição “em” tem um sentido importante, pois ela sinaliza que a práxis pedagógica é uma construção permanente e coletiva, indica relação, troca e diálogo. Esse fazer educativo deve ser entendido como uma prática interdisciplinar e transversal, pois como não há um *locus* específico e engessado para a EDH no currículo escolar, a sua reflexão deve perpassar todos os conteúdos e ações educativas.

O desenvolvimento de um programa educativo que contemple a educação em direitos humanos em sítios de memória musealizados é uma necessidade, visto que a sociedade tem experimentado formas de manipulação que criam distorções na compreensão da realidade, e práticas que diminuem a humanidade do outro, em uma verdadeira “guerra de todos contra todos”. Nesse contexto de disputa de memória em torno de questões complexas como violações aos direitos humanos, a ação educativa em direitos humanos é imprescindível.

A ação educativa em sítios de memória, como o futuro Memorial da Luta pela Justiça, precisa compreender a educação em direitos humanos como metodologia para intermediar um processo questionador e crítico do passado ditatorial. Entende-se necessária uma educação para a indagação, isto é, para o porquê, visando a uma ressignificação das memórias e histórias compartilhadas.

A práxis pedagógica da Educação em Direitos Humanos deve, portanto, levar em consideração esse tripé da ação em direitos humanos, o fato

de que as questões que envolvem sua violação são: indivisíveis, interdependentes e indissociáveis. Deve-se, ainda, levar em consideração que ela possui um forte caráter preventivo, que se expressa em três dimensões fundamentais. A primeira é a de ser uma “*educação para o nunca mais*”, isto é, para que práticas que violam os direitos humanos sejam explicitadas e não se repitam ou se perpetuem na sociedade. A segunda é a facilitação da compreensão e consciência de que todo indivíduo é um “*sujeito de direito*” (*Subjectum juris*) –, e que precisa exercer continuamente ações coletivas visando se estabelecer como tal. E a terceira dimensão é o “*empoderamento*” (*empowerment*) deste sujeito (Candau, 2009, p. 71).¹

Há muitas pesquisas e conceitos difundidos sobre a importância da Educação em Direitos Humanos, mas o fundamental a ressaltar é que sua utilização em sítios de memória é indispensável para a reafirmação de valores e práticas que consolidem a cultura dos direitos e o exercício do respeito e tolerância, bem como a promoção e valorização das diversidades (étnico-raciais, religiosa, cultural, geracional, de gênero, de orientação sexual, dentre outras). Ela não se limita a uma aprendizagem cognitiva, antes, inclui o desenvolvimento social e emocional de todas as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2009, p. 25).²

Assim, pode ser compreendida como uma “ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa”. Compreende-se que esse processo não se limita ao espaço escolar, muito embora seja neste espaço que ocorre a sua sistematização e codificação. Os movimentos sociais com suas lutas devem também ser considerados como agentes nesse processo de educação em direitos humanos (p. 25). Por isso, esse fazer pedagógico se insere igualmente no âmbito da educação não formal, que engloba a educação popular, as instituições museológicas e os sítios de memória, entre outros.

As instituições museológicas em geral cumprem um papel social bastante particular. De acordo com a museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:

¹ Candau, Vera. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 1, p. 65-82, jan./jun. 2009.

² Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

(...) podemos dizer que é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo.

A grande tarefa do museu contemporâneo é, pois, a de permitir esta clara leitura de modo a aguçar e possibilitar a emergência (onde ela não existir) de uma consciência crítica, de tal sorte que a *informação* passada pelo museu facilite a *ação* transformadora do Homem (Guarnieri, 2010, p. 204).³

Neste sentido, podemos afirmar que as instituições museológicas transmitem e comunicam mensagens a partir do patrimônio e das memórias preservadas. Mas promover a sensibilização, instigar a reflexão e, em determinada medida, estimular a ação são resultados de processos educativos.

Segundo o historiador e educador Francisco Régis Lopes Ramos,

Como lugar de produção do saber, o museu não pode ser confundido com centros de pesquisa ou de aulas, embora faça pesquisa e dê aulas, nem com instituições de recreação, embora assuma um caráter lúdico. A peculiaridade do museu se realiza plenamente em múltiplas interações: com tramas estéticas e cognitivas, em análises e deslumbramentos, na dimensão lúdica e onírica dos fundamentos historicamente engendrados que constituem o espaço expositivo (Ramos, 2004, p. 29).⁴

Ao articular esse potencial aos museus, memoriais e sítios de consciência da área de história, memória e direitos humanos, temos que a *mediação* apresenta um papel fundamental enquanto ferramenta dessa práxis educativa, pois ela pode contribuir com “uma internalização cada vez mais forte dos direitos humanos e da dignidade humana, tanto por parte de cada cidadão e cidadã, quanto no imaginário coletivo” (Candau, 2009). Deste modo, ela educa para o nunca mais, rompendo com a cultura do silêncio e da impunidade que estão fortemente enraizados na sociedade brasileira.

É neste contexto que a Educação em Direitos Humanos irá desempenhar seu papel, como uma educação que: (...) parte de três pontos essenciais: primeiro, *é uma educação de natureza permanente, continuada e global*. Segundo, *é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores*, (grifo nosso) para atingir corações e

³ Guarnieri, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação, in: Bruno, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*, v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 203-210.

⁴ Ramos, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos (Benevides, 2000).⁵

É importante destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um instrumento da consciência histórica da humanidade que se expande, por exemplo, a cada novo instrumento complementar internacional. “É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre” (Bobbio, 2004, p. 33). Estas “tábuas” seguem sendo escritas pela ação dos movimentos sociais e pela práxis pedagógica da educação popular e dos sítios de memória, que apontam as contradições do sistema e as múltiplas formas de violações produzidas por ele.

⁵ Benevides, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? São Paulo, 18/2/2000. Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm#_ftn1>. Acesso em: jun. 2009.

VI. Futuro Memorial da Luta pela Justiça. Os desafios continuam

Um sítio de memória para a cidadania

*Maurice Politi,
Oswaldo de Oliveira dos Santos Junior
e Ana Paula Brito*

Em 5 de agosto de 2013 conseguiu-se, em São Paulo, um feito histórico: devolver à cidadania um espaço que havia sido expressão do autoritarismo durante os anos da Ditadura civil-militar que tomou conta do Brasil entre os anos 1964 e 1985.

Conseguir que o prédio fosse cedido à OAB SP para nele se instalar um Memorial em defesa dos Direitos Humanos e que fosse palco de homenagem aos que resistiram às arbitrariedades daqueles anos foi uma vitória dos princípios e valores da Democracia. Por isso, a cerimônia de entrega do prédio, na presença de autoridades e de um numeroso público com representantes de diversas entidades da sociedade civil, foi considerada por todos os que estiveram presentes como um ato de “retomada democrática”.

No entanto, pode-se considerar que esse foi o primeiro de uma série de desafios que se apresentam para a criação de mais um sítio de memória na cidade de São Paulo.

Transcorridos quatro anos da cessão de prédio, já se pode afirmar que o projeto de recuperação do prédio da antiga Auditoria Militar e sua transformação em sítio de memória já está em pleno desenvolvimento, sendo a segunda fase da Primeira Etapa de Intervenção iniciada em julho de 2016.

Quando concluído, o Memorial da Luta pela Justiça terá como missão institucional “a defesa dos direitos humanos e a construção da memória sobre as reciprocidades estabelecidas entre advogados e ex-presos políticos, estabelecidas durante o período da ditadura civil-militar”.¹ No entanto, o Núcleo de Preservação da Memória Política entende que sua missão extra-

¹ Plano Museológico do MLPJ. São Paulo, 2014, p. 9.

pola esses limites, posto que essa instituição precisa transmitir os valores pelos quais diversos grupos da sociedade civil se mobilizaram para que seu projeto existisse. Entre esses valores está o lema do Núcleo Memória, de que é preciso conhecer o *passado* para entender o *presente*, e finalmente construir um *futuro* que reconheça o valor da democracia, dos princípios da tolerância e do respeito ao indivíduo humano e seus direitos.

Os recursos financeiros para o projeto ainda estão sendo captados. Enquanto isso, todas as atividades e ações em prol de sua realização foram resultado de esforços de diversos atores sociais para a recuperação do prédio, como exposto no primeiro capítulo dessa obra e, sobretudo, da determinação e recursos financeiros da OAB SP e do Núcleo Memória.

Certamente, um dos maiores desafios iniciais está sendo a captação do valor integral necessário e pleiteado para a reforma e implantação museal no espaço, cujo valor ainda deverá ser atualizado, uma vez que os orçamentos foram feitos em 2014 e os custos dos serviços necessários estão desatualizados. Até a conclusão deste texto (junho de 2017), foram captados 14% do valor total do projeto, sendo que, apenas a partir da captação de 20% é possível ter acesso aos recursos obtidos para início da obra. Essa determinação é estabelecida pelo Governo Federal, ao dispor sobre as regras que regem a Lei Rouanet.

Durante o período do restauro e reforma do prédio, que tem previsão de duração de dois anos, não será possível realizar atividades educativas e culturais no local. Isto posto, outro desafio será encontrar uma forma de atuar na conscientização pública sobre o projeto do Memorial nesse período. Como envolver novos atores sociais, garantindo uma maior inclusão dos vários grupos que atuaram na resistência à ditadura e na luta pela justiça? São questões importantes e que não serão desconsideradas pela OAB e pelo Núcleo Memória ao longo dos anos, até que aquele prédio “seja invadido pela democracia”² e o Memorial esteja em pleno funcionamento, contando com a diversidade de memórias ali representadas e expostas.

O projeto do Memorial da Luta está relacionado à Justiça de Transição no Brasil e, por meio da memorialização, certamente trará questões subjacentes da história nacional ainda não resolvidas, todavia necessárias. A

² Este termo foi utilizado pelo advogado e ex-presos político Idibal Pivetta que, em suas diligências nas Auditorias Militares de São Paulo, dizia aos escrivães que a Ditadura iria acabar e a Democracia iria invadir aquele prédio. Essa informação foi dita pelo próprio advogado e foi recorrentemente comentada por outros advogados e advogadas que foram entrevistados pela Pesquisa Histórica da Segunda Fase.

instituição não deverá menosprezar o tema da imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade, uma vez que muitas das injustiças valorosamente combatidas por advogados no passado continuam impunes no presente. Torturadores e assassinos da Ditadura continuam sendo homenageados como heróis em todo o território nacional. Em 2017, o Núcleo Memória empreendeu a Campanha “Ruas da Vergonha”, que exigia do Poder Público a renomeação dos logradouros públicos que homenageiam criminosos de lesa-humanidade.

No Brasil, temos poucos memoriais sobre o tema da Ditadura. Existem várias iniciativas de reivindicação para criação de novos sítios de memória. No entanto, em funcionamento, apenas o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) em São Paulo; o Memorial das Ligas Camponesas, na Paraíba e o Memorial da Resistência de Fortaleza, no Ceará.

Na cidade de São Paulo, o projeto do Memorial da Luta pela Justiça já está em conexão com outras iniciativas de memorialização: a de recuperação do prédio do antigo DOI-Codi e sua transformação em sítio de memória, e com o já consolidado Memorial da Resistência de São Paulo. Essa conexão formaliza o que temos chamado de “roteiro da memória da Ditadura em São Paulo”, que conta um pouco sobre a trajetória imposta às vítimas pela repressão do Estado ditatorial, as quais, ao passarem pelos três lugares, em sua grande maioria, evidenciam a conexão entres os três espaços.

Nesse roteiro da memória da Ditadura, o prédio que abrigou a ex-Auditoria cumpre um papel fundamental ao ser o espaço instituído pela repressão para dar “ares de legalidade” à violência do Estado. Integrar de algum modo esses três lugares em processos de memorialização é uma excelente oportunidade de proporcionar à população e às novas gerações o *Direito à Memória*.

O ex-preso político Artur Scavone, no ano de 2014, testemunhou para a Comissão Nacional da Verdade e afirmou que, quando esteve mantido preso no DOI-Codi, viu o Juiz Auditor da 2ª Auditoria Militar no local, o mesmo juiz que respondeu em depoimento à CNV que não denunciou casos de tortura, pois “não daria em nada”. Essa relação que existia entre estes lugares de repressão e a Justiça Militar que atuava nas três Auditorias Militares da 2ª CJM deverá ser um tema a ser enfrentado pelo futuro MLPJ.

Um segundo importante desafio, este de mais largo prazo, mas que deve ser pensado desde o momento do início das obras, é o que diz respeito à sustentabilidade do novo espaço. Para isso, será necessário tornar o

Memorial da Luta pela Justiça uma entidade jurídica autônoma, para que possam ser combinados os esforços de fortalecimento institucional com iniciativas políticas coletivas de interlocução e negociação. Isso somente poderá ser realizado ao se ter um plano de *desenvolvimento sustentável* da instituição que combinará, na melhor das hipóteses, não somente uma capacidade de obter receitas “próprias”, como acessar, de forma regular, fontes de financiamento públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Mas a entidade tornar-se sustentável não significa somente contar com fontes de sustentação financeira, significa também um conjunto de fatores que a fortaleça institucionalmente e que garanta a sua continuidade no tempo. Para isso, é imprescindível pensar na qualidade da organização que gestionará o Memorial da Luta pela Justiça. Da qualidade de sua gestão tática e estratégica serão derivadas as bases de sua legitimidade e sua habilidade para influenciar os processos de políticas públicas que digam respeito aos conceitos da Justiça de Transição. De sua governança institucional e de seus sólidos programas de comunicação e pesquisa, se gerará a credibilidade e a confiança da instituição.

O desafio da sustentabilidade, portanto, nessa etapa pode ser definida como a capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social do projeto do MLPJ na sociedade por meio de seus programas educativos, exposições e acervos. Dessa maneira, a partir dessas interações criativas se possibilitará o fortalecimento de capacidades estratégicas de articulação local e internacional.

Finalmente, pode-se dizer que o maior desafio do Memorial da Luta resulte, talvez, do fato de ter que se tornar um sítio de memória vivo e dinâmico, permitindo ser constantemente atualizado e estar em sintonia com as novas gerações que avançam e se reinventam, assim como com as novas tecnologias. Essa é a visão de longo prazo que o Núcleo Memória percebe como fundamental para que o Memorial da Luta possa desenvolver um projeto sustentável que atenderá às necessidades em constante evolução dos interessados e do público em geral. Comunicando e estabelecendo diálogos que relacionem passado, presente e princípios de respeito aos direitos humanos para um futuro mais justo e democrático.

Anexos

1. Ficha técnica – advogados

Entrevistado: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Coleção: nome da coleção de entrevistas de um determinado projeto

Código do entrevistado: Código Alfanumérico

Código da entrevista: Código Alfanumérico

Fotografia
3x4, tirada
no dia da
entrevista

Instituição Responsável: nome da instituição responsável pela realização da entrevista

Projetos e parcerias: nome do projeto/pesquisa e/ou da instituição financiadora (se for o caso)

Tipo da entrevista: individual ou coletiva

Tema: tema amplo da entrevista

Data: dia/mês/ano

Local de gravação: nome do local da gravação (estúdio, residência etc.). Cidade/Estado

Duração total da entrevista: XXhXXmin (duração total do vídeo editado e finalizado)

Testemunho com restrições: a restrição é quando o entrevistado pede para editar determinado trecho da entrevista, cortando alguma fala específica por ele.

Identificação do arquivo de vídeo: preencher com nome do vídeo finalizado, seguindo padrão pré-estabelecido.

Entrevistador(es): nome de todos os entrevistadores, mesmo aqueles que não conduziram diretamente a entrevista.

Operador de câmera: nome do operador e/ou nome da empresa/entidade em que trabalha.

Registro fotográfico: nome do fotógrafo e/ou nome da empresa/entidade em que trabalha.

DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome completo: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Sexo: feminino/masculino

Data de nascimento: dia/mês/ano

Local de nascimento: cidade/Estado

Estado civil: perguntar na prévia da entrevista

Profissão/atividade atual: perguntar/confirmar na prévia da entrevista

Grau de instrução: perguntar/confirmar na prévia da entrevista

Endereço da residência atual: endereço completo da residência e/ou escritório de trabalho atualizado.

Telefone: contatos do entrevistado

E-mail: contatos do entrevistado

DADOS DA ADVOGACIA – PESQUISA PRÉVIA

Este bloco de dados é preenchido antes da entrevista, com base numa pesquisa bibliográfica breve que contempla outras entrevistas concedidas pelo entrevistado, livros e *sites* próprios sobre a atuação na ditadura civil e militar. Alguns dados dessa pesquisa são confirmados com o entrevistado em conversa antes da entrevista.

Curso de direito (escola e período): nome da escola e período de formação

Período de atuação na defesa presos políticos: ano ou período em que atuou

Escritórios que atuou: escritórios onde teve atuação como estagiário e como profissional formado advogando para presos e perseguidos políticos.

Principais casos que atuou: casos destacados na bibliografia pesquisada.

Atuação em organizações sociais ou políticas: atuação destacadas na bibliografia pesquisada.

Sofreu algum tipo de repressão/perseguição: preencher sim ou não, de acordo com resposta do entrevistado.

Prisão (ano/local): ano e local de prisão

Atentado/invasão ao escritório (ano/local): ano e local do atentado

ATUAÇÃO HOJE: dados colhidos na bibliografia pesquisada e confirmados previamente com o entrevistado.

FONTES DE PESQUISA

Lista de fontes de pesquisa mais acessadas, privilegiadas no geral. Listagem de fontes relacionadas.

2. Ficha de decupagem – advogados

Entrevistado: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Coleção: nome da coleção de entrevistas de um determinado projeto

Código do entrevistado: Código Alfanumérico

Código da entrevista: Código Alfanumérico

Fotografia
3x4, tirada
no dia da
entrevista

Categorias do entrevistado: perfil da atuação (advogado, ex-presos político); local de residência e atuação (cidade/Estado); período de atuação na Justiça Militar (período total de atuação).

Temas da entrevista: temas amplos e específicos abordados em todas as entrevistas e temas trazidos com ênfase pelo entrevistado.

BIOGRAFIA: breve descrição da biografia do entrevistado.

RESUMO DA ENTREVISTA: breve descrição do testemunho dado pelo entrevistado, levantando os principais temas abordados, as lembranças marcantes e o caminho de reflexão traçado.

DADOS EXTRAÍDOS DA ENTREVISTA

1 – ADOGACIA DE PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS

Listagem dos dados (nomes de advogados, presos políticos, entidades sociais e organizações políticas, clientes/casos/processos, agentes da repressão) que o entrevistado citou durante a entrevista. O intuito é que o leitor/pesquisador tenha uma aproximação com o universo de relações que emergem desse testemunho. Esse levantamento também poderá servir para a formação de um banco de dados. Neste bloco os dados extraídos da entrevista são:

Advogados de presos políticos citados; presos e perseguidos políticos citados; entidades sociais e organizações políticas citadas; casos/clientes destacados que acompanhou e agentes da repressão citados.

2 – AUDITORIA MILITAR DE SÃO PAULO/SP

Levantamento de dados citados na entrevista referente à Auditoria Militar de São Paulo. Esse bloco contempla tanto os dados da atuação como advogado neste espaço da justiça militar (período de atuação, número de casos que acompanhou, casos emblemáticos), quanto também mapeia as referências às autoridades judiciais e militares que atuaram ali e nas instâncias superiores (STM e STF). Os dados levantados são:

Período de atuação*; número de processos que acompanhou*; casos emblemáticos na Auditoria de São Paulo que destacou; autoridades judiciais, militares e funcionários; autoridades judiciais e militares das instâncias superiores (STM, STF);

*Informações dadas/confirmadas pelo entrevistado na prévia da entrevista.

3– MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

Listagem dos temas, casos e/ou processos que o advogado considera importante estarem expostos no futuro Memorial da Luta pela Justiça.

FONTES RELACIONADAS

Pequena bibliografia de fontes diretamente relacionadas ao entrevistado, em geral, outras entrevistas concedidas, livros próprios e *sites* ligados ao tema desse projeto.

COMO CITAR:

ÚLTIMO NOME, Primeiro Nome. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Fulana e Fulana. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, Cidade, dia/mês/ano.

3. Ficha técnica – ex-presos políticos

Entrevistado: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Coleção: nome da coleção de entrevistas de um determinado projeto

Código do entrevistado: Código Alfanumérico

Código da entrevista: Código Alfanumérico

Fotografia
3x4, tirada
no dia da
entrevista

DADOS DA ENTREVISTA

Instituição Responsável: nome da instituição responsável pela realização da entrevista

Projetos e parcerias: nome do projeto/pesquisa e da instituição financiadora (se for o caso)

Tipo da entrevista: individual ou coletiva

Tema: tema amplo da entrevista

Data: dia/mês/ano

Local de gravação: nome do local da gravação (estúdio, residência etc.). Cidade/Estado

Duração total da entrevista: XXhXXmin (duração total do vídeo editado e finalizado)

Testemunho com restrições: preencher com Sim ou Não. A restrição é quando o entrevistado pede para editar determinado trecho da entrevista, cortando alguma fala especificada por ele.

Identificação do arquivo de vídeo: preencher com nome do vídeo finalizado, seguindo padrão pré-estabelecido.

Entrevistador(es): nome de todos os entrevistadores, mesmo aqueles que não conduziram diretamente a entrevista.

Operador de câmera: nome do operador e/ou nome da empresa/entidade em que trabalha.

Registro fotográfico: nome do fotógrafo e/ou nome da empresa/entidade em que trabalha.

DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Nome completo: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Sexo: feminino/masculino

Data de nascimento: dia/mês/ano

Local de nascimento: cidade/Estado

Estado civil: perguntar na prévia da entrevista

Profissão/atividade atual: perguntar/confirmar na prévia da entrevista

Grau de instrução: perguntar/confirmar na prévia da entrevista

Endereço da residência atual: endereço completo da residência e/ou escritório de trabalho atualizado.

Telefone: contatos do entrevistado

E-mail: contatos do entrevistado

DADOS DA PESQUISA PRÉVIA

Esse bloco de dados é preenchido antes da entrevista, com base numa pesquisa bibliográfica breve que contempla outras entrevistas concedidas pelo entrevistado, livros e *sites* próprios sobre a atuação na ditadura civil e militar, além de informações do processo judicial e prisão política. Os dados não encontrados nessa pesquisa prévia são completados em conversa prévia antes da entrevista.

1 – MILITÂNCIA

Organização(ões) / Movimento(s) (nome/período): nome da (s) organização (ões)/movimento (s) que o entrevistado participou. Se possível, delimitar o período de atuação.

2 – PRISÃO POLÍTICA

Prisão (ano/local): ano e local de prisão.

Locais de cárcere: nome dos locais onde ficou detido e cumpriu pena. Trajetória carcerária.

Tempo total de prisão: desde a prisão até a saída em liberdade total ou condicional.

Data de saída da prisão: data ou ano.

3 – PROCESSO(S) NA JUSTIÇA MILITAR

Esse bloco de dados é preenchido com base no Projeto Brasil: Nunca Mais Digital, mais especificamente nos Sumários deste projeto. Apesar disso, também procuramos comparar estes dados com as informações de outras fontes, e no caso de incongruências anotamos as duas ou mais informações obtidas e sempre indicamos a fonte da informação.

Advogado (s): nome do(s) advogado(s) que atuou (aram) em seu(s) processo(s) (fonte)

N. BNM: Código do processo.

N. ação penal/ N. apelação: N. da ação penal e n. da apelação em segunda instância (BNM)

Acusação: Acusação (BNM)

Data do julgamento: data do julgamento (BNM)

Em que Auditoria foi julgado: nome da Auditoria em que foi julgado (BNM)

Recurso STM/STF: informação sobre recurso STM/STF (BNM)

Liberdade Condicional: preencher sim ou não e data quando houver informação (FONTE)

Resultado do julgamento: informação do resultado do julgamento (BNM)

ATUAÇÃO HOJE: dados colhidos na bibliografia pesquisada e confirmados com o entrevistado na prévia da entrevista

FONTES DE PESQUISA

Lista de fontes de pesquisa mais acessadas, privilegiadas no geral. Listagem de fontes relacionadas.

4. Ficha de decupagem – ex-presos políticos

Entrevistado: NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

Coleção: nome da coleção de entrevistas de um determinado projeto

Código do entrevistado: Código Alfanumérico

Código da entrevista: Código Alfanumérico

Fotografia
3x4, tirada
no dia da
entrevista

Categorias do entrevistado: perfil da atuação (advogado, ex-presos político); local de residência e atuação (cidade/Estado); período de prisão política (dias, meses, anos).

Temas da entrevista: temas amplos e específicos abordados em todas as entrevistas e temas trazidos com ênfase pelo entrevistado.

BIOGRAFIA: breve descrição da biografia do entrevistado.

RESUMO DA ENTREVISTA: breve descrição do testemunho dado pelo entrevistado, levantando os principais temas abordados, as lembranças marcantes e o caminho de reflexão traçado.

DADOS EXTRAÍDOS DA ENTREVISTA

1 – PROCESSO NA AUDITORIA MILITAR DE SÃO PAULO/SP

Levantamento de dados referente ao(s) processo(s) de crime político sofrido(s) pelo entrevistado na Justiça Militar de São Paulo/SP. Esse bloco é uma mescla de pesquisa prévia com as informações obtidas no testemunho do entrevistado, sendo que havendo conflito de dados das duas fontes, aqui privilegiaremos a fala do entrevistado. Os dados levantados são:

Período de prisão; trajetória carcerária; ano do julgamento; n. dos processos; advogados; sentença.

2 – MILITÂNCIA E REPRESSÃO POLÍTICA

Listagem dos dados (nomes de presos políticos, entidades e organizações políticas agentes da repressão e autoridades judiciais) que o entrevistado citou durante a entrevista, a fim de que o pesquisador/leitor possa ter uma aproximação com o universo de relações sociais e políticas que emergem desse testemunho. Esse levantamento também poderá servir para a formação de um banco de dados. Nesse bloco, os dados extraídos da entrevista são:

Presos políticos citados; entidades sociais e organizações políticas citadas; agentes da repressão citados; autoridades judiciais, militares e funcionários citados.

3 – MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

Listagem dos temas, casos e/ou processos que o ex-preso político considera importante estarem expostos no futuro Memorial da Luta pela Justiça.

FONTES RELACIONADAS

Pequena bibliografia de fontes diretamente relacionadas ao entrevistado, em geral outras entrevistas concedidas, livros próprios e *sites* ligados ao tema desse projeto. Além de consulta nos processos judiciais do Projeto Brasil: Nunca Mais e fichas e prontuários do Deops-SP (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

COMO CITAR:

ÚLTIMO NOME, Primeiro Nome. **Entrevista sobre a luta pela justiça durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). Coleção Exposição de Longa Duração.** Entrevista concedida a Fulana e Fulana. Núcleo de Preservação da Memória Política/Memorial da Luta pela Justiça, Cidade, dia/mês/ano.

5. Modelo de termo de licença para uso de entrevista

LICENCIANTE:

NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO, nacionalidade, estado civil, profissão, domiciliado no (*endereço completo*), CPF, adiante designada simplesmente LICENCIANTE,

LICENCIADO:

1º: NOME DA INSTITUIÇÃO, dados da instituição, endereço completo, cujos representantes legais são: *nome, qualificação institucional, endereço.*

LICENCIANTE e LICENCIADO, acima nomeados e qualificados, o LICENCIADO por seus representantes legais ao final assinado, tem entre si justo e acordado o seguinte:

O LICENCIADO pretende utilizar a entrevista concedida no (*dia/mês/ano*) pela LICENCIANTE para (*nome do entrevistador principal*), para (*finalidade específica do uso que será dado ao material produzido*), sem que isto implique em ônus para o mesmo.

Para tanto, a LICENCIANTE autoriza o LICENCIADO a utilizar seu nome, imagem física, dados biográficos e quaisquer outras características pessoais e profissionais, para os fins supracitados, que não poderão ser comercializados.

Essa entrevista não poderá ser veiculada na íntegra na Internet.

A presente autorização de imagem ressalva a honra, boa fama e a respeitabilidade da LICENCIANTE, que o LICENCIADO se compromete a res-

peitar e preservar, devendo (*nomes dos representantes da instituição que firmam o termo*) responder por eventuais danos que vier a causar.

A presente autorização de uso da imagem e voz da LICENCIANTE é concedida por prazo indeterminado, contado a partir da data da assinatura do presente termo de cessão.

Sobre restrição de algum conteúdo desta entrevista, o Licenciante informa que não/sim possui (*em nenhum tema que foi abordado/especificar tema em caso positivo*).

Elegem o foro central da cidade de (*nome da cidade*) para dirimir qualquer questão decorrente do presente termo que não possa ser resolvida amigavelmente.

Assim, obrigando-se por si, herdeiros e sucessores, firmam este instrumento em quatro vias iguais, juntamente com as testemunhas abaixo.

(Cidade, dia/mês/ano)

LICENCIANTE

NOME COMPLETO DO ENTREVISTADO

RG:

LICENCIADOS

NOME DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO

RG:

Qualificação institucional

Nome da instituição

TESTEMUNHAS

1) _____

Nome completo

RG:

2) _____

Nome completo

RG:

6. Processos consultados no Projeto BNM Digital e no Arquivo da Justiça Militar da União

ACERVO DO PROJETO BRASIL NUNCA MAIS

BNM	Processo	BNM	Processo	BNM	Processo	BNM	Processo
7	189/69	8	245/64	9	207/69-A	10	231/70
11	34/70	13	343/65	19	211/63	20	39/72
21	87/72	26	60/75	37	148/69	38	82/74
40	764/72	42	162/70	43	1235/76	55	580/72
58	303/70	63	72/74	65	198/69	67	86/70
68	100/72	70	112/71	72	703/72	79	135/71-1
84	632/71	87	104/74	88	19/73-1	95	366/70
97	16/70	98	43/71	100	207/69	102	85/70
104	39/68	105	6/70	106	146/70	128	41/70
130	592/71	142	285/64	144	269/64	159	258/64
162	446/71	165	65/68	171	110/72	173	76/67
174	64/72	180	132/71	189	38/74	197	11/73
202	205/69	203	858/73	204	29/73	207	362/65
209	23/73	214	871/73	221	57/68	224	793/72
229	101/69	232	526/71	244	140/70	252	35/71
254	780/72	255	271/64	259	360/65	261	394/65
262	357/65	283	367/65	286	366/65	294	72/71
299	32/70	304	445/70	305	467/70	324	63/70
331	67/68	332	111/71	333	379/65	341	117/71
344	100/71	353	773/72	365	121/70	373	659/71
383	857/73	392	6/71	399	759/72	409	1/73
410	59/72	415	13/73	419	35/75	422	1069
424	7/73	427	138/75	430	52/68	436	12/73
440	48/68	446	292/70	448	829/73	454	551/71
458	45/73	459	48/70	467	11/74	469	1002
474	418/66	476	487/71	480	423/70	484	132/69
486	51/68-C	488	468/66	489	118/69	502	267/64
510	236	516	168/69	525	61/72	528	1003
530	150/70	531	2/76	536	573/71	538	9/73
541	77/72	550	995/74	553	950/74	554	291/70
565	4/70	568	03/76	574	79/67	584	257/70
586	208/69	592	271/64	596	703/72	602	125/71
604	11/67	605	763-A	610	36/68	613	22/67
618	535/71	624	582/71	626	5/70	630	56/68
634	972/74	636	196/69	637	83/69	643	41/75
648	256/70	661	68/72	663	763/72	668	111/72
670	42/73	678	45/74	681	59/71	683	189/75
684	934/74	686	342/70	693	866/73	697	94/69
324	506	703	22/70	294	209/69	294	215/69
698	335/77			704	74/74	706	79/73
Total - 159 processos pesquisados.							

ACERVO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

BNM	Processo	BNM	Processo	BNM	Processo	BNM	Processo
709	25/75	710	203/69	711	39/74	712	88/72
716	784/72	719	77/67	720	82/67	721	61/68
722	64/68	725	680/71	726	327/65	NL01*	775
NL02	852	NL03	643/71	NL04	633/71	NL05	173/69
NL06	1269/77	NL07	351/70	NL08	331/70	NL09	768/68
NL10	228/69	NL11	139/69 C	NL12	149/69	NL13	163/69
NL14	187/69	NL15	154/70	NL16	52/71	NL17	8/72
NL18	1/74	NL19	12/75	NL20	275/65	NL21	113/69
NL22	42/68	NL23	49/70	NL24	87/70	NL25	67/68
NL26	373/65	NL27	466/66	NL28	57/67	NL30	281/64
NL31	282/64	NL34	361/65	NL35	368/65	NL36	391/65
NL37	722/66	NL38	746/66	NL39	43/68	NL40	38/68
NL41	72/68	NL42	50/68	NL43	54/68	NL44	64/68
NL45	89/69	NL46	82/69	NL47	206/69	NL48	50/77
NL51	62/74						
Total - 57 processos pesquisados. * NL (Não localizados), numeração adotada por esta pesquisa.							

No total foram consultadas informações de 216 processos de crimes políticos que foram julgados nas três auditorias militares da 2ª Circunscrição da Justiça Militar em São Paulo.